

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM HOSPITALIDADE**

**OS MEIOS DE HOSPEDAGEM E A GESTÃO AMBIENTAL**  
**EM SILVES - AM**

**STELLA MAGALY DE ANDRADE SOUSA**

**SÃO PAULO – SP**  
**2006**

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM HOSPITALIDADE**

**OS MEIOS DE HOSPEDAGEM E A GESTÃO AMBIENTAL**  
**EM SILVES - AM**

**STELLA MAGALY DE ANDRADE SOUSA**

*Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, área de concentração Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação do Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo.*

**SÃO PAULO – SP**  
**2006**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Davis Gruber Sansolo – Orientador

---

Dra. Marielys Siqueira Bueno – Universidade Anhembi Morumbi

---

Dra. Sueli Angelo Furlan – Universidade de São Paulo

Aos meus pais, Eufra e Nalva, com amor.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, pelos esforços para minha formação. À minha irmã, Pollyanna, pelo carinho e palavras de encorajamento nas horas de aflição, a Tia Tê pela compreensão nas minhas ausências e as minhas primas Cida, Tânia e Tereza, pelo apoio no momento mais difícil, quando tudo parecia conspirar contra a finalização dessa dissertação.

Aos professores do Mestrado em Hospitalidade pelos conhecimentos transmitidos e pelas contribuições ao meu amadurecimento acadêmico, em especial aos professores Doutores Ada Denker, Célia Dias, Elizabeth Wada, Maria do Rosário Salles e Luiz Octávio Camargo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo, pela confiança, incentivo, compreensão, amizade e generosidade ao me apresentar Silves como objeto de pesquisa, expressei não somente meu agradecimento mas minha sincera admiração.

Aos amigos que sorriram e choraram comigo durante esta caminhada, em especial Cristina, Carlo, Charlei, Grazielle, Juliana, Marina, Michely, Rodrigo, Sandra e Tatiana, pelas sugestões, idéias e palavras de incentivo, entre tantas outras coisas.

Ao Carlos, cujo convívio deu novo fôlego à fase final, amenizando o peso desses últimos meses e tornando-os mais alegres.

A Annie Schaecker e família, pelo apoio logístico durante a pesquisa de campo.

Aos membros da ASPAC e da COOPTUR (Pousada Aldeia dos Lagos), aos funcionários da Pousada dos Guanavenas e aos entrevistados das comunidades de Silves, pelas informações fornecidas que foram de vital importância para o desenvolvimento dessa pesquisa.

## Hino de Silves

(Maaci Silva)

*Silves, cidade risonha  
Que deixa saudades na gente  
Seu povo humilde e hospitaleiro  
Está sempre alegre e vive contente*

*Quando a gente chega aqui  
É a maior alegria  
Não dá vontade de voltar  
Porque a cidade é de admirar*

*Suas praias ensolaradas  
Cheias de esplendor*

*Silves, Silves  
É a alegria do nosso interior*

## RESUMO

O crescimento da conscientização a respeito das questões ambientais na sociedade tem pressionado os diversos setores a incorporarem a preocupação ambiental em suas atividades. No turismo, percebe-se a implantação de práticas ambientais em um número crescente de meios de hospedagem. Partindo da hipótese de que o meio de hospedagem pode ter um papel estratégico nas questões ambientais dos lugares em que estão inseridos, desenvolveu-se este estudo, baseado em pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo foi realizada no município de Silves, no Estado do Amazonas, onde foram escolhidos dois meios de hospedagem que atuam no segmento de ecoturismo, objetivando investigar a relação dos meios de hospedagem na gestão ambiental do lugar turístico. O estudo apresenta uma discussão sobre a prática do ecoturismo no Estado do Amazonas diante da instalação de diversos meios de hospedagem do tipo eco-hotel ou hotel de selva, acarretando modificações na natureza. Enfim, aborda o modelo de ecoturismo de base local desenvolvido em Silves, destacando a participação dos atores sociais envolvidos no processo, como as comunidades ribeirinhas, ONGs, meios de hospedagem e associações. Os resultados observados apontam que a atuação ambientalmente adequada e socialmente responsável do meio de hospedagem pode promover a conservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável da comunidade local.

**Palavras-chave:** Ecoturismo. Meios de hospedagem. Gestão ambiental. Participação comunitária. Lugar turístico.

## ABSTRACT

The growth of awareness concerning environment issues in the society has pressured on several activity sectors to incorporate the environmental conscious in their actions. At the area of the tourism, the implantation of environment practices of an increasing number of lodging is noticed. Regarding the hypothesis that lodging can play an important role in the local environment, a study was developed, based on bibliography and field research. The field research was placed in the city of Silves, in the Amazon state. Two types of ecological lodging were chosen, in order to investigate the relations between the lodging and the environment management of the tourist place. The study presents a discussion about practice of the activity of ecotourism in the state of Amazon in regards to the implementation of various lodging as eco-hotels or jungle hotels, resulting nature's modification. In conclusion, it relates the eco-tourism model of local base development in Silves, with emphasis on the participation of social actors involved in the process as riverside communities, NGOs (non-governmental organizations), lodgings and associations. The observed results points to the adequate environmental performance and the social responsibility of lodging can promote the maintenance of the environment and sustainable development of the local community.

**Key words:** Ecotourism. Lodging. Environment management. Community participation. Tourist place.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1 – A Questão Ambiental: da Gestão ao Lugar Turístico</b> .....	20
<b>Capítulo 2 – Gestão Ambiental de Meios de Hospedagem e suas Relações com o Lugar</b> .....	33
<b>Capítulo 3 – Ecoturismo: Fundamentos, Prática e Crítica</b> .....	40
3.1 Ecoturismo no Estado do Amazonas: solução para os problemas ambientais e sociais? .....	45
<b>Capítulo 4 – Silves: Compreendendo o Lugar por meio da Observação das Relações</b> .....	59
4.1 Breve descrição sobre Silves .....	63
4.2 Os meios de hospedagem e a gestão ambiental em Silves .....	77
4.3 O turismo de base local como alternativa econômica e aliado na gestão ambiental em Silves .....	99
<b>Considerações Finais</b> .....	103
<b>Referências</b> .....	106

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da região do município de Silves .....	59
Figura 2 – Furo do Liberato .....	60
Figura 3 – Porto de Silves .....	60
Figura 4 – Várzea alagada .....	62
Figura 5 – Várzea seca .....	62
Figura 6 – Comunidade ribeirinha .....	66
Figura 7 – Casa na zona rural, população ribeirinha .....	68
Figura 8 – Casa população ribeirinha .....	68
Figura 9 – Mapa do Estado do Amazonas com indicação de Silves .....	74
Figura 10 – Vista frontal de Silves, com muro de arrimo .....	75
Figura 11 – Rua em Silves .....	76
Figura 12 – Revoada de garças .....	78
Figura 13 – Vitória régia .....	78
Figura 14 – Pousada dos Guanavenas .....	82
Figura 15 – Apartamento Pousada dos Guanavenas .....	82
Figura 16 – Pousada Aldeia dos Lagos .....	87
Figura 17 – Goteiras na parede do apartamento.....	88
Figura 18 – Banheiro do apartamento Aldeia dos Lagos .....	88
Figura 19 – Compostagem para produção de adubo .....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comunidades envolvidas nos projetos da ASPAC .....	73
Tabela 2 – Potencial de degradação da Pousada dos Guanavenas .....	96
Tabela 3 – Potencial de degradação da Pousada Aldeia dos Lagos .....	96

## INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica que se apropria dos espaços visando satisfazer determinados atores sociais como turistas, empresários e populações locais. Além disso, é uma prática social que ocasiona transformações nos espaços dos quais se apropria, decorrentes, entre outros fatores, do uso que o turista faz desses espaços, conferindo-lhes novos significados que atendam às suas demandas.

Como atividade econômica expressiva, a partir do século XX, seguindo a lógica capitalista de produção e consumo ilimitados, o turismo massificou-se. Entretanto, sua massificação não engloba maiores contingentes populacionais, pois, para ser praticada, exige algumas condições (tempo livre, recursos financeiros etc) não apresentadas pelas populações mais pobres (CRUZ, 2001). É, portanto, uma prática de certa forma elitizada.

A massificação do turismo é também uma causa importante do impacto que a atividade pode ter na transformação dos lugares, modificando as paisagens naturais. Por outro lado, como prática social, o turismo ainda interfere na dinâmica das sociedades receptoras, trazendo padrões de comportamento e de consumo externos, alterando, dessa maneira, o cotidiano das populações locais.

A relação do turismo com o espaço é de dependência, pois “Da fixidez do produto turístico decorre a necessidade de seu consumo in situ e, conseqüentemente, dos deslocamentos espaciais de consumidores-turistas.” (CRUZ, 2000, p.17). Percebe-se que o turismo está intrinsecamente ligado ao meio ambiente, dependendo, em muitos casos, da qualidade ambiental para seu desenvolvimento. Nesse ponto, coloca-se a contradição dos efeitos do turismo sobre o ambiente, degradando-o ou preservando-o. Enquanto atividade que necessita de atrativos naturais preservados, condições ambientais satisfatórias no que se refere ao lixo, ao saneamento, à qualidade do ar e às estruturas básicas como transporte e locais de atendimento a saúde, o turismo valoriza investimentos nesses aspectos, porém, muitas vezes, é a falta de planejamento da atividade e o fluxo exagerado de turistas que causa efeitos negativos nos lugares turísticos.

Os resultados dessa relação são distintos no que se refere aos espaços urbanos e aos espaços naturais. É necessário ressaltar que o turismo não é o único modificador de áreas naturais, Beni (2002) aponta algumas alterações observadas amiúde nesses espaços, introduzidas pela prática do turismo:

Quando nos referimos em especial às localidades com recursos naturais turísticos, seria incorreto atribuir ao setor Turismo todo o dano ambiental, pois são as diferentes práticas econômicas as que maiores danos causam aos ecossistemas turísticos. É evidente que o setor também contribui, com suas variadas atividades, para diminuir e até tirar a qualidade de muitos atrativos naturais. Hotéis que descarregam seus esgotos diretamente em rios, lagos, praias etc, sem nenhum processo de tratamento; gigantescos estabelecimentos de hospedagem que escondem a paisagem; construções diversas que agridem a natureza, com suas formas, tamanhos e cores; atividades equivocadamente planejadas, em desacordo com a qualidade do atrativo natural; falta de estudos sobre a capacidade de recepção provocada pelos usos turísticos descontrolados; devastação de áreas arborizadas pela especulação imobiliária; contaminação das águas por lanchas, iates e barcos; excessiva captura de espécies animais com alto risco de extinção, etc.(op. cit., p.60).

Apresentando índices de crescimento acentuado, no contexto mundial, nas últimas décadas, o turismo tem chamado a atenção como atividade importante para a economia de vários países (MITRAUD, 2003). Essa importância tem ampliado o interesse de governos, da iniciativa privada e da população, para que a atividade se desenvolva e, na intenção de criar novos mercados e atender a demandas específicas, o turismo foi segmentado e diferentes modalidades surgiram. A evolução significativa de algumas modalidades ditas “alternativas”, do turismo contemporâneo, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados suburbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico, em contato com os ambientes naturais, durante seu tempo de lazer.

As consequências do grande fluxo de pessoas nesses ambientes – extremamente sensíveis – fazem com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas se apresente como fundamental para evitar os danos sobre os meios visitados e manter a atratividade dos recursos para as gerações futuras. (RUSCHMANN, 2001, p. 9).

Dessa forma, o planejamento da atividade surge como uma necessidade para sua própria manutenção e do ambiente onde se desenvolve.

O conceito de ambiente é fruto das relações que o homem estabelece com a natureza, sendo ele também parte dessa. Portanto, a harmonia deve ser buscada

nesse relacionamento, atendendo a interesses de ambos. Segundo Rodrigues (2003, p. 41), esse conceito “[...] em escala total de abrangência extrapola os dados físicos do território incorporando também as dimensões humanas.”

Sendo assim, a busca de melhorias e soluções para os problemas ambientais deveria estar atrelada à preocupação com os problemas sociais. A degradação ambiental nos países subdesenvolvidos está relacionada à pobreza em que vive a maioria de sua população e às dívidas com os países desenvolvidos. Como exemplo localizado dessa questão, pode-se citar a situação de algumas regiões de recursos pesqueiros na Amazônia que têm seu equilíbrio ecológico ameaçado, quando grandes indústrias de pescado passam a utilizar seus recursos de forma indiscriminada. Além do dano ambiental, o efeito social é sentido diretamente pelas populações ribeirinhas do local que vêm agravada a condição de pobreza em que vivem, pois o peixe constitui sua principal fonte de renda e de alimento.

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. (SACHS, 2002, p. 53)

Sachs (2002) é um propagador da idéia de “pensar global e agir local”. Embora os problemas ambientais sejam resultado de uma crise global, é na escala local que os efeitos são percebidos mais claramente. Assim, entende-se, que os primeiros afetados pelos distúrbios causados ao ambiente, mesmo os grandes acidentes ambientais, são as populações residentes nos ecossistemas afetados e, portanto, é necessário incorporar a participação local na busca de soluções para os problemas ambientais dos lugares.

Sachs (2002) também defende a participação comunitária como uma das vertentes para o desenvolvimento sustentável, pois em escala menor, o planejamento ambiental pode ser facilitado:

Uma experiência comum é que o ecodesenvolvimento pode ser mais facilmente alcançado com o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, como também com a organização de um processo participativo de identificação de necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminho para a melhoria do nível de vida dos povos. Esse processo exige, obviamente, a presença de advocacy planners de algum tipo, que atuem como facilitadores do processo de negociação entre os stakeholders (atores envolvidos) – população local e autoridades – subsidiado por

cientistas, associações civis, agentes econômicos públicos e privados. (SACHS, 2002, p. 75)

Voltando à abordagem da relação turismo e ambiente, observa-se que a aplicação de conceitos de ecologia no turismo é observada num dado momento histórico, quando as discussões a respeito de ecologia foram incorporadas por diversos campos, abrangendo quase todos os aspectos das relações humanas, sociais, econômicas, legais etc. A sociedade absorveu a utilização, de certa forma banalizada, do termo “eco” associado a outras palavras, para dar a idéia de ecologicamente correto. No turismo, por volta da década de 80, as viagens começaram a ser apresentadas tendo como cenário a natureza. A conscientização da sociedade nas questões ambientais promoveu o aumento da demanda pelo ecoturismo, como forma de contribuir para a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais.

Nesse contexto, o ecoturismo passa a ser visto como uma atividade que apresenta condições de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e atuar como um agente promotor da educação ambiental e da preservação do local.

É necessário esclarecer que o tema qualidade de vida é abordado nesse estudo indiretamente, como um assunto que permeia as discussões a respeito de ecoturismo, comunidade e meio ambiente. Porém, devido à diversidade de interpretações que a expressão pode demandar, por seu caráter relativo e variedade de elementos envolvidos quando se apresenta como algo que difere de uma comunidade ou sociedade para outra e envolve questões como as aspirações de um grupo social, o atendimento às necessidades básicas, as condições de vida e a própria percepção desse grupo sobre o que é qualidade; optou-se por adotar uma definição que melhor representasse a idéia de melhoria das condições de vida, bem-estar físico, econômico e ambiental da população de determinada localidade. Assim, tal como Herculano (1998) a define, qualidade de vida seria:

[...] a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que esses possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, hígidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de

espaços naturais amenos urbanos, bem como a preservação de ecossistemas naturais. (HERCULANO, 1998, p.92)

Nesses termos é que o ecoturismo, por privilegiar pequenas estruturas, pequenos negócios, e supostamente ter mais condições de distribuir a renda que ficaria nas mãos de poucos e atrair investimentos em infra-estrutura básica, beneficia também a comunidade acentuando a qualidade de vida.

É importante destacar o papel das estruturas de hospedagem nas áreas naturais onde se desenvolve o ecoturismo. Em muitos desses espaços, o meio de hospedagem representa o suporte da atividade, a “[...] base de sustentação e atração de demandas, incluindo-se a demanda internacional.” (CRUZ, 2001, p. 19), e é a partir dele que inicia a relação do turista com o ambiente visitado. Assim sendo, a maneira como o meio de hospedagem conduz a interação de seus hóspedes (ecoturistas) com a comunidade e o ambiente determinará o tipo de relação que esse turista vai desenvolver com o espaço visitado, bem como com a sociedade local, seja pelos passeios oferecidos, seja na maneira como a cultura local ou o ambiente são apresentados ao turista. Além disso, conforme versa Cruz (op. cit.), nos ambientes naturais os impactos da atividade turística estão relacionados à implantação de infra-estruturas necessárias à sua prática, além da circulação de pessoas, também promovida pela prática do turismo. Portanto, é correto afirmar que a ação e a postura ambiental dessas estruturas de hospedagem afeta a comunidade e o ecossistema em seu entorno e, assim, fica claro que os meios de hospedagem que vão atender a demanda por um tipo de turismo ecológico têm um importante papel na gestão ambiental das comunidades receptoras, principalmente em áreas naturais.

É importante frisar que o meio de hospedagem não é o único ou mesmo o principal agente envolvido na conservação do meio ambiente de um lugar turístico, mas pode representar um papel estratégico e essa relação merece ser estudada cientificamente.

Sansolo (2002, p.44), ao comentar essa situação, afirma que:

Hotéis atraem pessoas, contratam funcionários e, em geral, os postos de menor salário é que são oferecidos aos moradores dos lugares [...]. Lucram com a vinda de turistas e acabam por dividir o prejuízo ambiental com os moradores quando despejam seus esgotos sem tratamento em rios ou o lixo em lugares inadequados. Muitas vezes a paisagem é totalmente modificada para atender o gosto dos turistas.



Dessa maneira, convém destacar que o objetivo principal desse estudo é pesquisar as relações dos meios de hospedagem com a gestão ambiental do lugar. Para consolidar o objetivo desta pesquisa, buscou-se um estudo de caso que contemplasse as propostas traçadas e o referencial teórico levantado. Por isso, escolheu-se pesquisar a atuação dos empreendimentos hoteleiros instalados no município de Silves - AM, uma ilha fluvial a aproximadamente 300 km da cidade de Manaus, em plena floresta amazônica.

Aliado ao objetivo principal, procurou-se ainda, verificar os benefícios ou aspectos negativos do ecoturismo de base comunitária em Silves, nas comunidades e na conservação do local e descrever os meios de hospedagem e sua atuação ambiental para avaliar a inserção da gestão ambiental dos mesmos no contexto da sustentabilidade do lugar turístico.

Assim sendo, espera-se que esta dissertação possa oferecer alguma contribuição para a adequação de empreendimentos de hospedagem aos destinos turísticos, observando padrões de diretrizes de sustentabilidade. Espera-se que tais aspectos sejam observados também na implantação de novos empreendimentos ambientalmente corretos. Por meio dos aspectos abordados, buscou-se ainda ressaltar a importância da gestão ambiental nos lugares turísticos e da atuação ambientalmente correta e socialmente justa dos meios de hospedagem, envolvendo a localidade onde os mesmos se inserem.

Diante dos objetivos propostos, duas hipóteses foram levantadas: O meio de hospedagem pode ter um papel estratégico na gestão ambiental de um lugar turístico e o ecoturismo de base local beneficia realmente as comunidades envolvidas, melhorando a qualidade de vida e auxiliando na conservação do lugar turístico.

Em função das peculiaridades apresentadas pelo objeto proposto para pesquisa, o método que se mostrou mais adequado para a abordagem foi a dialética histórico-estrutural. A problemática ambiental em Silves pode ser historicamente explicada nas condições sociais e nos confrontos ocorridos para a manutenção das comunidades tradicionais ali residentes.

Demo (1985) defende a dialética como a metodologia mais apropriada para tratar de temas sociológicos, pois para ele o tema central da sociologia seria a desigualdade social. Assim, ele explica:

No fundo, persiste a crença de que a realidade social possui características tão próprias que necessita de uma metodologia própria para sua explicação. Não se nega que a dialética faça uso de componentes comuns a todas as ciências, inclusive exatas e naturais, mas afirmamos que a realidade social, por ser necessariamente histórica e ideológica, precisa ser tratada de forma específica. (DEMO, 1985, p.15)

Demo (op. cit.) defende, ainda, a idéia de que a pesquisa sociológica deve auxiliar o entendimento de assuntos práticos, buscando não se ater somente a teorias, visando formas de desigualdades menos desiguais. Para ele, a desigualdade social faz parte da sociedade como um componente estrutural e sempre vai existir, além disso, é o conflito social que move a história e origina novas formas de dominação e ordem.

Sobre essa postura dialética, Brandão (1999, p.115), versa que:

Pelo menos um laivo de determinismo é típico de nosso modo de fazer ciência. Mesmo a história não acontece de qualquer maneira, mas é condicionada, de tal sorte que tudo o que acontece na história é historicamente explicável. Por mais que o salto seja qualitativo e radical, foi causado por fatores antecedentes. Não cai do céu, nem é puramente decidido pela vontade humana.

A presente pesquisa aborda assuntos como participação comunitária, desenvolvimento sustentável, redução de desigualdades, temas que podem denotar traços ideológicos fortes e que, portanto, exigem um cuidado maior na escolha do método de coleta dos dados. Sobre esse aspecto, Demo (1985, p. 24) versa que:

As técnicas de experimentação ajudam nesse intento, à medida que podem transmitir o cuidado em torno da coleta e da mensuração dos dados, da observação controlada, do teste estatístico confiável etc. Ajudam para que não forcemos os fatos, que não inventemos ilações incontroláveis, e que corroborem posições teóricas com bases empíricas. Levam-nos a conviver de perto com o fenômeno estudado. Uma coisa é estudarmos teoricamente, ou através da literatura existente, o fenômeno do menor delinqüente; outra é, a par disso, praticar a observação participante junto a ele, procurando proximidade direta.

Nesta pesquisa, optou-se pela observação não participante e entrevista com sujeitos qualificados para auxiliar na coleta de dados. Dessa maneira, a pesquisa partiu de bases empíricas, para um estudo de natureza teórico-prática. Os dados obtidos foram analisados frente a uma perspectiva dialético-histórica.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases, a saber: estudo exploratório, realizado no período de 22 a 28 de março de 2004, com o objetivo de formar um quadro da realidade existente, por meio de observação de campo, entrevistas semi-estruturadas com a população local, empreendedores, gestores e representantes do

poder público; e pesquisa de campo, elaborada a partir do levantamento de dados anteriores, ocorreu no período de 08 a 17 de outubro de 2004, constituída de entrevistas semi-estruturadas com lideranças locais, residentes de algumas comunidades que participam do projeto de ecoturismo e residentes de comunidades que não participam. Os dados coletados na primeira fase foram analisados frente ao referencial teórico levantado na pesquisa bibliográfica, permitindo a sistematização e organização das variáveis a serem trabalhadas na fase seguinte. As comunidades pesquisadas foram: Santa Luzia do Sanabani, Nossa Senhora da Conceição Baixa Funda, São José da Pampolha, São José da Enseada, São Sebastião do Itapani. Os meios de hospedagem pesquisados foram a Pousada Aldeia dos Lagos e a Pousada dos Guanavenas.

Na fase exploratória, foram entrevistados 06 integrantes da liderança da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e da COOPTUR, além de uma funcionária da pousada Guanavenas, do prefeito da cidade e de ribeirinhos de três comunidades que estão inseridas no programa de ecoturismo. Na segunda etapa, foram entrevistadas mais algumas pessoas relacionadas ao trabalho da COOPTUR, uma delas que lidera um projeto de uma ONG Italiana em Silves, além de ribeirinhos de uma comunidade envolvida no programa de ecoturismo e duas comunidades não inseridas no programa. Vale esclarecer que, nas comunidades, a escolha dos entrevistados se deu pelo seguinte critério: uma liderança, que poderia ser o presidente da comunidade, e dois comunitários. Alguns dados suplementares a respeito dos meios de hospedagem pesquisados foram levantados na pousada Aldeia dos Lagos e na pousada Guanavenas. O proprietário da pousada Guanavenas (prefeito em final de mandato) foi entrevistado, bem como sua secretária e nova prefeita do município de Silves. Além disso, foram examinados alguns documentos necessários para a dissertação e foram feitas observações *in loco*.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, são abordadas as bases conceituais de gestão ambiental e sua aplicação na relação com o lugar turístico. No princípio, apresenta-se uma contextualização sobre o tema, trazendo-o até os dias atuais, para enfim atender aos objetivos da pesquisa, discutindo a gestão ambiental nos lugares turísticos.

O segundo capítulo trata da gestão ambiental de meios de hospedagem, no contexto da gestão ambiental do lugar e a possível influência desses meios de hospedagem nas questões ambientais do lugar em que estão inseridos.

No terceiro capítulo, discutem-se os fundamentos teóricos do ecoturismo, em confronto com sua prática no Estado do Amazonas, dado que a instalação de diversos meios de hospedagem e redes hoteleiras em plena floresta amazônica, está acarretando diversas modificações na natureza e nas sociedades locais.

O quarto e último capítulo apresenta o estudo de caso desta pesquisa. Faz-se uma descrição panorâmica de Silves, para contextualizar o lugar e, em seguida, apresentam-se os dados levantados sobre os meios de hospedagem lá instalados, comparando a atuação dos mesmos na sustentabilidade do local e na sua relação com o entorno, na busca de avaliar o modelo de ecoturismo de base local implantado em comunidades ribeirinhas de Silves e sua importância na conservação ambiental, bem como o papel do meio de hospedagem e os atores envolvidos nesse processo.

## Capítulo 1 – A Questão Ambiental: da Gestão ao Lugar Turístico

A questão ambiental tem suas raízes históricas e culturais no questionamento das condições presentes de vida, que emerge de diversos movimentos sociais.

Gonçalves (2000) observa que, no início do século XX, os movimentos que se colocavam contra a ordem social, política e cultural questionavam, principalmente, o modo de produção capitalista. O cerne desses movimentos eram as lutas operárias por melhores condições. Entretanto, após algumas conquistas do proletariado, acompanhadas de pequenas melhorias nas suas condições de vida, o próprio capitalismo consolidou-se como sistema e o questionamento passou a ser, fundamentalmente, acerca do modo de vida vigente.

Alguns autores (GONÇALVES, 2000; SOUZA, 2000) apontam que, a partir dos anos 60, a humanidade assistiu à movimentação de diversos segmentos da sociedade que criticavam a ordem instituída. Dessa forma, iniciou-se também um processo de sensibilização quanto à degradação contínua, que vinha sendo causada ao meio ambiente, em nome do crescimento econômico.

Gonçalves (2000) comenta a diversidade de outras lutas ou questionamentos que estão intrinsecamente ligados ao movimento ecológico:

Talvez nenhum outro movimento social tenha levado tão a fundo essa idéia, na verdade essa prática, de questionamento das condições presentes de vida. Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração de poder, entre outras. Não há, praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar. (op. cit., p.12)

Assim, para melhor compreensão da ordem vigente quando do surgimento desses movimentos, faz-se importante retomar que a sociedade moderna industrializou-se calcada em um modelo de desenvolvimento econômico que relegou a preservação do meio ambiente. Esse modelo mostrou-se excludente e incentivador do esgotamento dos recursos naturais.

Gonçalves (2000) ressalta que se, até o século XIII, a riqueza era expressa pela posse da terra, com a ascensão da burguesia, ela passou a significar posse do dinheiro. De uma sociedade que produzia para seu consumo e vendia o excedente, mesmo sob o jugo do feudalismo, passou-se a uma sociedade conduzida pelas relações mercantis, onde era necessário produzir para o mercado. Dessa forma é que, no final do século XVIII, se instituiu o modelo de sociedade capitalista e a Revolução Industrial acentuou ainda mais o uso de recursos naturais de forma indiscriminada.

Em outras palavras, formou-se a sociedade onde o consumo e a acumulação de capital ditam a dinâmica das relações, seja da relação do homem com a natureza, seja com seus semelhantes, não havendo limites para a busca do lucro.

Souza (2000) corrobora com essa visão de que as mudanças na sociedade, provenientes de uma nova ordem econômica, foram um dos fatores que contribuiu para a utilização da natureza como um recurso, desencadeando o desgaste do meio ambiente:

[...] o aumento da renda dos consumidores, a intensificação das atividades produtivas e do consumo, a urbanização com concentração espacial da produção e expansão dos grandes aglomerados populacionais urbanos, foram alguns dos fenômenos, derivados do impressionante “sucesso econômico” do mundo ocidental no século XX, que incrementaram os efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente. (SOUZA, 2000, p.49).

Cabe, nesse momento, uma breve reflexão a respeito da compreensão da natureza e suas implicações nas relações sociais. É importante destacar que o conceito de natureza na sociedade pós-industrial foi instituído como algo que se opõe à cultura, de forma a separar a natureza da cultura, considerando-a como algo inferior, dicotomizada do homem, que precisava dominá-la. (GONÇALVES, 2000). Essa separação brota em determinado momento histórico, justificada pela necessidade que tem o homem de desvendar a natureza para dominá-la e assim utilizar seus recursos em favor das necessidades materiais e isso passa a constituir a base do pensamento moderno e contemporâneo. Gonçalves (op. cit) também afirma que o conceito de natureza é construído ao mesmo tempo em que se instituem as relações sociais e que é em torno da relação homem-natureza que são tecidas as relações sociais. Esta visão parece acertada e cabe, portanto, supor que o domínio da natureza é a história do domínio do homem pelo próprio homem.

Nesse ponto, coloca-se a contradição do paradigma ecológico no modelo de sociedade industrial. Não é simplesmente uma questão de não desmatar, ou preservar espécies animais, ou poluir menos, mas sim uma questão de mudança na maneira de instituir as relações no seio da sociedade, pois, quando se critica o aumento do lixo, por exemplo, se está criticando a forma de organização sociocultural que instituiu essa relação, negando outros modos de instituir relações. “[...] o movimento ecológico coloca hoje em questão o conceito de natureza que tem vigorado e, como ele perpassa o sentir, o pensar e o agir de nossa sociedade, no fundo coloca em questão o modo de ser, de produzir e de viver dessa sociedade.” (GONÇALVES, 2000, p.28)

Esse questionamento fez com que, em determinado momento, a sociedade passasse a repensar o custo ambiental do desenvolvimento e a valorizar práticas empresariais que fossem comprovadamente menos agressivas. Todavia, esse processo de conscientização ambiental levou algumas décadas para se configurar no seu atual contorno.

Para Souza (2000), durante a evolução do pensamento ambiental, podem-se identificar algumas fases distintas, marcadas por sensíveis mudanças, seja no campo das idéias, seja no campo das ações, no comportamento dos atores sociais: No princípio, as idéias ambientalistas não encontravam um ambiente social e econômico favorável a uma reflexão mais aprofundada por parte das pessoas, cientistas ou governos, pois a degradação ambiental não estava vinculada às condições de saúde das populações nem ao bem-estar social, tampouco se atentava para o fato de que essa degradação pudesse significar um risco ao próprio modelo econômico adotado e que pudesse ainda comprometer a viabilidade da vida na terra. Esse comportamento durou até meados do século passado e proporcionou o surgimento dos movimentos conservacionistas e ecológicos. Um segundo momento, que o autor chama de fase de massificação, duraria da segunda metade do século passado até o início dos anos 70 e se caracterizava pela generalização da percepção sobre a problemática ambiental. Nessa fase, o foco concentrava-se nos efeitos da degradação sobre o bem-estar humano, principalmente a poluição, mas ainda desconsiderava a escala global e as preocupações se mostravam imediatistas; tentavam solucionar os problemas que surgiam, sem haver qualquer planejamento para preveni-los. Uma terceira fase, que vai do início dos anos 70 ao início dos anos 80, revelava a possível insustentabilidade do modelo de

desenvolvimento em curso, ampliando os efeitos dos problemas ambientais a uma escala global. Essa fase é marcada por importantes eventos a respeito da temática ambiental, como a Conferência de Estocolmo, em 1972, e publicações, como as do Clube de Roma, que preconizavam a necessidade da imposição de limites ao crescimento econômico. Um quarto momento surgiu, decorrente então da globalização dos problemas ambientais, alargando a visão que até então se tinha sobre a degradação ambiental, para a ótica dos efeitos que essa degradação poderia ter sobre o equilíbrio dos ecossistemas, comprometendo a própria vida no planeta.

Nesse contexto, os governos instituíram órgãos ambientais para regulamentação e controle ambiental, buscando criar condições para implantação dos princípios do desenvolvimento sustentável. Assim, surgiu a gestão ambiental, primeiramente, no universo das organizações, como uma resposta às pressões exercidas pela sociedade, para que os danos causados ao meio ambiente, pela operação das indústrias e empresas, fossem reduzidos. A utilização de tecnologias para minimizar danos ambientais e a consideração do risco ambiental representado pelas atividades de uma empresa ou indústria transformam-se em pontos favoráveis na obtenção de crédito e financiamentos junto a instituições oficiais. Andrade (2003) comenta o posicionamento das empresas em face dessa nova ordem:

Em função das exigências da sociedade, feitas por parte das organizações, de um posicionamento mais adequado e responsável, no sentido de minimizar a diferença verificada entre os resultados econômicos e sociais, bem como da preocupação ecológica, que tem ganhado destaque significativo, e em face de sua relevância para a qualidade de vida das populações, tem-se exigido das empresas um novo posicionamento em sua interação com o meio ambiente. Nos anos 80 os gastos com proteção ambiental começaram a ser vistos pelas empresas líderes, não primordialmente como custos, mas como investimentos no futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva. A atitude passou de defensiva e reativa para ativa e criativa. (op. cit., p.6)

No caminho dessa evolução da melhoria do desempenho ambiental nas empresas, vários paradigmas foram quebrados. Autores como Almeida (2000), Tachizawa (2002) e Andrade (2003) também afirmam que a responsabilidade ambiental tem deixado de ser vista como um custo para ser incorporada à estratégia da empresa.

Vale salientar que a incorporação da responsabilidade ambiental nos objetivos empresariais ocorre não só nas grandes empresas, mas até mesmo nas



pequenas que, por serem mais flexíveis, encontram mais rapidamente uma maneira de introduzir mudanças. Esse fato encontra apoio nas ONGs que, segundo Souza (2000), ampliaram seu papel e deixaram de ser consideradas fora da realidade para atuar em conjunto com as comissões de certificação ambiental, dando o apoio técnico necessário.

Almeida (2000) versa que a aplicação dos conceitos de gestão ambiental em uma organização significa a revisão dos processos dessa organização, identificando de que maneira suas atividades interagem com o meio ambiente, para definir políticas ambientais que possam modificar os processos de produção de forma que causem o mínimo de impacto possível e utilizem os recursos naturais de maneira sustentável. É um processo que envolve mudança da cultura organizacional.

Isso posto, é correto afirmar que há diferentes níveis de envolvimento das empresas no que se refere ao comportamento ambiental, pois nem todas revêem seus procedimentos e modificam suas estruturas com a mesma velocidade. Prova disso está na criação de funções e estruturas internas nessas empresas, que podem variar desde o controle da produção até o nível mais gerencial, quando o comprometimento ambiental está inserido no planejamento estratégico da empresa. Assim é que Almeida (op. cit.) identifica três estágios no comportamento ambiental das empresas, a saber: há empresas que se encontram em um estágio no qual o envolvimento fica limitado ao atendimento às leis ambientais e à prevenção de acidentes locais, não influenciando a estrutura produtiva, ou seja, mantém-se a mesma estrutura, porém utiliza-se um ou outro recurso (equipamento) para controle da poluição. Num segundo estágio, são observados os processos produtivos, a utilização de energia, a reciclagem de resíduos, as matérias primas utilizadas. A empresa preocupa-se com a integração de suas práticas com o meio ambiente, com o foco mais voltado à prevenção do que ao controle da poluição. O terceiro estágio, por fim, seria o da excelência ambiental. A atitude reativa, de resposta a multas e sanções dá lugar a novos valores éticos e a empresa preocupa-se com seu desempenho ambiental, que pode comprometer a sua própria competitividade. Nesse estágio, a responsabilidade ambiental está integrada à gestão administrativa, gerando políticas e planos de ação.

Almeida (Idem) afirma ainda que a grande maioria das empresas no Brasil encontra-se no primeiro estágio, apenas respondendo às exigências das leis de

controle da poluição da água, do ar e do solo, em uma atitude contraditória entre a responsabilidade ambiental e o lucro.

Com efeito, é importante destacar que o montante de empresas que se preocupam com o controle dos impactos causados por suas atividades ainda é pequeno tendo-se como referência o número de empresas existentes. Além disso, nesse reduzido número, encontra-se ainda uma expressiva quantidade de empresas que utilizam práticas de gestão ambiental apenas para se beneficiarem no aspecto mercadológico. Ou seja, divulgam suas atividades, processos e produtos como sendo ecologicamente corretos, sem que estejam realmente envolvidas nos preceitos da ecologia ou assumindo a responsabilidade ambiental que lhes cabe.

Outrossim, não há como ignorar que os comportamentos ambientais descritos, longe de significarem uma inversão dos valores propagados pelo desenvolvimento econômico, carregam consigo a preocupação primeira de garantir o lucro e a sobrevivência econômica e, para isso, tentam compatibilizar as atividades empresariais com a responsabilidade ambiental.

De acordo com Souza (2000), com a consolidação das idéias desenvolvidas no campo da conservação ambiental, novas concepções e novos termos são cunhados para demonstrar alternativas de conciliação entre desenvolvimento e equilíbrio ecológico. Fala-se de desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, entre outros. Pode-se depreender que a diferença principal entre tais alternativas está no enfoque que é dado ao tratamento da questão ambiental, se econômico ou socioambiental. Em outras palavras, a diferença está na associação que é feita, em cada uma dessas alternativas, entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, social e cultural.

Em tempo, a abordagem de desenvolvimento sustentável gira em torno da dinâmica de mercado, com a finalidade de diminuir as distorções causadoras dos problemas ambientais sem, no entanto, abandonar os padrões de vida e de consumo, visando prioritariamente à manutenção do sistema. A idéia de gestão ambiental, conforme adotada pelas empresas, está relacionada a esse paradigma. A crítica que é feita a essa visão de desenvolvimento sustentável é que, por vezes, reduz os problemas ambientais à sua dimensão econômica, confunde desenvolvimento com crescimento, concebendo o meio ambiente como provedor de recursos naturais para o sistema econômico e como fator de bem estar. Além disso, atribui valor monetário ao meio ambiente, baseado em preferências individuais.

Souza (2000) chama, ao modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável, “desenvolvimento sustentável de mercado” e diz que esse é o paradigma predominante, cuja concepção consta do relatório *O nosso futuro comum*<sup>1</sup>, enquanto o ecodesenvolvimento seria sua versão crítica, menos compatível com a economia de mercado.

Comentando alguns dos princípios do ecodesenvolvimento e suas idéias centrais, Souza (2000, p. 162) destaca:

Princípios utilizados no Ecodesenvolvimento, como a participação popular das comunidades locais na definição de prioridades e estilos de desenvolvimento apropriados, já bastante difundidos sob a doutrina do planejamento participativo; bem como o privilégio de estratégias locais de desenvolvimento com base nas suas potencialidades e limitações a partir de forças endógenas e não exógenas, e de tecnologias adaptadas às condições e conveniências locais, também presentes nas teorias de desenvolvimento local, são todos bastante acessíveis e possuem um amplo poder de aceitação pública, além de se mostrarem “politicamente corretos” sobretudo em tempos de descentralização de poderes e responsabilidades, e de descrença na capacidade do Estado em organizar o desenvolvimento. A expressão atribuída ao ecólogo René Dubós, sobre “pensar globalmente e agir localmente”, parece ser a tônica do Ecodesenvolvimento.

A partir desse comentário, pode-se depreender que o ecodesenvolvimento constitui uma forma de considerar a questão ambiental sob o ponto de vista socioambiental, propondo a reorientação do desenvolvimento econômico e social por meio de propostas endógenas e locais, valorizando os conhecimentos populares e utilizando tecnologias adaptadas à realidade social e cultural, além de condições físicas e econômicas locais. Sua ferramenta de ação é o planejamento participativo.

Na linha de pensamento do ecodesenvolvimento, Callenbach et al (1993) versam a respeito do gerenciamento ecológico, cuja proposta, pode-se dizer, está associada à excelência em qualidade ambiental e social na atuação de empresas. Os autores sugerem que, a organização verdadeiramente envolvida nos objetivos do gerenciamento ecológico, muitas vezes, será vista na situação de ter que colocar os interesses ambientais (bem coletivo) na frente dos interesses econômicos (individuais), ou seja, as ações e soluções empresariais não seriam ditadas necessariamente pelo lucro.

---

<sup>1</sup> Documento elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD – em 1987, para reunir o aporte teórico sobre desenvolvimento sustentável e para fazer uma análise dos desafios ligados ao meio ambiente e desenvolvimento com propostas para solucioná-los. A comissão foi criada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas em 1983. (SOUZA, 2000)

Convém observar que os interesses sociais, nessa proposta, devem ser priorizados como, por exemplo, melhorias salariais, programas de inserção social no seu entorno, entre outras ações que reflitam em benefícios para seus funcionários e a comunidade. Na visão do gerenciamento ecológico, as preocupações sociais e ambientais não devem competir. Se as questões sociais, trabalhistas ou culturais parecerem conflitar com a pauta ambiental, a empresa está no caminho errado. (CALLENBACH ET AL, 1993, p. 93)

Entretanto, não é somente no universo empresarial que se utiliza a gestão ambiental ou o gerenciamento ecológico. O gerenciamento ambiental não se limita às questões administrativas. Ele deve, antes de tudo, fomentar propostas que convoquem as empresas à redução do impacto no meio ambiente e ao uso de recursos naturais.

O conceito de gestão ambiental também pode ter sua aplicação ampliada aos lugares, pois é onde certamente os impactos das atividades empresariais e industriais são percebidos. Franco (2000) observa que as concentrações humanas tendem a agravar a deterioração do meio ambiente, modificando o solo, os rios, os oceanos, a atmosfera, as florestas, alterando o ecossistema de uma maneira geral, devido aos ambientes extensos de entrada e saída (obtenção de energia, alimentos, água e outros materiais e saída de resíduos, por exemplo) que essas concentrações demandam. Nesse sentido, a autora esclarece que os problemas sociais e os ecológicos estão conectados, pois o social e o ecológico constituem o ambiente e são intimamente relacionados e interdependentes.

Portanto, presume-se que a gestão ambiental no lugar significa rever os fluxos de relações dos elementos que compõem seu ecossistema, objetivando conservar os recursos, minimizar os resíduos e procurar as melhores soluções para os problemas sociais que se apresentam.

Assim, Franco (Op. cit.) revela que a gestão ambiental do lugar requer o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, com iniciativa conjunta do poder público e das associações, empresas, representações, organizações não governamentais e outros.

No caso dos lugares, o planejamento ambiental demonstra ser uma alternativa adequada para iniciar o processo de gestão do ambiente.

Franco (2000) sugere uma metodologia chamada “elaboração de cenários ambientais” para ser empregada no planejamento ambiental dos lugares. “Pode-se

chamar de cenário ambiental a projeção de uma situação futura para o meio ambiente, tendo em vista a solução de um problema ou a melhora de uma condição presente indesejável ou insatisfatória” (FRANCO, 2000, p.167). Essa metodologia, que se apresenta coerente do ponto de vista da sustentabilidade, foi empregada pela autora em *workshop* realizado na reserva indígena Kaingáng, no Paraná, para discutir a conservação e desenvolvimento comunitário. O tema central do workshop foi “*Workshop* de Desenho Ambiental da Reserva Kaingáng – Conservação e Desenvolvimento Comunitário”. Nessa oficina, os participantes dividiram-se em grupos de trabalho para tecerem diagnósticos e análises sobre os temas derivados do tema principal e, ao final, procederam à formulação dos cenários ambientais.

Para gestão ambiental da reserva, o grupo responsável por esse tema tinha por objetivo “a realização de propostas sugeridas por meio do estudo de estratégias possíveis de nível organizacional dos projetos, da implantação e monitoramento dos mesmos e a busca de recursos e entidades interessadas a nível local, nacional e internacional” (op. cit., p.183). Além desse, havia ainda dois outros grupos de trabalho, dos quais um ficou responsável por elaborar os inventários, ou seja, fazer um levantamento preliminar da infra-estrutura urbana do lugar, características biofísicas e recursos paisagísticos. O outro grupo destinou-se a efetuar a aplicação de questionários na comunidade, para verificar suas aspirações e hábitos culturais, desde o início do processo de planejamento, para nortear a formulação das propostas e a criação dos cenários ambientais de conservação e desenvolvimento comunitário. Nesses grupos de trabalho foram elaborados três cenários ambientais que previam, basicamente, a recuperação das paisagens degradadas e conservação ambiental da reserva, o controle da degradação ambiental proveniente do meio externo e o resgate cultural, reduzindo o bloqueio cultural entre a comunidade e a sociedade, resgatando costumes e tradições, para reconstituir a integridade daqueles indivíduos. Ao final do workshop, houve a integração dos três cenários levantados, gerando um cenário final, cujas propostas de ação foram apresentadas para a comunidade e autoridades locais. Também foi elaborado um cronograma, prevendo a implementação dos objetivos do cenário ambiental em fases, de acordo com os prazos estabelecidos para o atendimento dos objetivos. Essa metodologia, segundo a autora, permite e exige a interação das partes envolvidas, para a formulação da proposta, sem induzi-la de “cima para baixo”, como ocorre em grande parte dos procedimentos tradicionais de planejamento.

Parece acertado concluir que as metodologias participativas de planejamento se mostram eficientes no aspecto de assegurarem que os interesses locais sejam contemplados, a cultura local respeitada, as condições locais observadas e as metas ambientais definidas com a participação técnica e política da comunidade. Todavia, apresentam uma contradição no sentido de que sua utilização não é garantia de que as decisões locais não carreguem os valores do economicismo que vigoram na sociedade capitalista. Em outras palavras, não garantem, necessariamente, que as populações locais optem por soluções que priorizem os interesses ambientais. Assim, percebe-se que a regulamentação ambiental e as políticas públicas na área ambiental, as ações do Estado, assumem o papel de orientar as deliberações do planejamento ambiental, sendo prudente a observância de tal fato na sua formulação.

Franco (2000) ressalta a importância do intercâmbio internacional de informações e experiências para a reestruturação ecológica dos lugares, partindo do pressuposto de que os problemas ambientais locais estão vinculados aos problemas ambientais globais. A destruição dos recursos ambientais nos países em desenvolvimento está relacionada ao desperdício desses recursos nos países industrializados. Nesse ponto, a autora destaca o papel das ONGs como fomentadoras desse intercâmbio.

Outro ponto fundamental que merece ser ressaltado na elaboração do planejamento ambiental de um lugar concerne ao conhecimento da cultura e dos saberes locais sobre seus ecossistemas. Sobre esse aspecto, Hahn (Apud FRANCO, 2000, p. 71) versa que “em lugar de tratarmos dos sintomas, devemos desenvolver estratégias de proteção ecológica que abordem as origens antropológicas dos problemas ambientais”. Portanto, é aconselhável que o planejamento ambiental seja precedido de pesquisas profundas sobre as condições locais.

Corroborando com essa visão, Souza (2000) considera que as pré-condições para que as idéias de planejamento participativo, desenvolvimento local e tecnologias adaptadas (princípios do ecodesenvolvimento) possam ser operacionalizadas, é necessário viabilizar:

[...] um aprofundamento do conhecimento das culturas e dos ecossistemas, bem como aquilo que as diferentes culturas apreenderam sobre os seus respectivos ecossistemas. Isso requer um amplo programa de pesquisa em etnoecologia e etno-história,

para se estabelecerem tais conhecimentos bem como delimitar os pontos de partida dos processos de desenvolvimento local a serem implementados. (SOUZA, 2000, p.168).

Diante das elucidações acerca do gerenciamento ambiental dos lugares e para atender às finalidades deste capítulo, é cabível neste momento tecer considerações a respeito de gestão ambiental no lugar turístico.

Diferente do lugar, da maneira como ele é definido por Carlos (1996), que é o espaço das relações cotidianas que lhe dão sentido, base da reprodução da vida, construção social compreendida pelo uso, pela apropriação do corpo, o lugar turístico é construído sob o olhar dos de fora.

Na visão de Yázigi (2001), o turismo modifica os lugares alterando seus conteúdos para atender os desejos e necessidades do turista. O turista busca o atendimento de suas necessidades, trazidas dos seus lugares de origem (CRUZ, 2000). Assim, é correto afirmar que o lugar turístico é o lugar como ele é percebido pelo turista e formulado para os de fora, tentando sempre imitar conteúdos exógenos, repetindo esses conteúdos. Muitas vezes, essas modificações não são aceitas ou as novas estruturas inseridas no lugar não são utilizadas pela população local.

Além disso, o turismo é uma atividade que se desenvolve em locais que apresentam atrativos, sejam eles naturais, culturais, entre outros, passíveis de influenciar as motivações daqueles que se deslocam de suas residências para usufruir daquilo que não encontram no seu cotidiano. Cruz (Op. cit.) alega que é a presença de pessoas que define os lugares como turísticos. E é justamente o fluxo de turistas que pode acarretar sérios problemas ambientais e sociais ou agravar os já existentes nos lugares turísticos, de várias maneiras, tais como: aumento no consumo de água, aumento na geração de resíduos, consumo de energia, alterações na vegetação, alterações na fauna, para citar apenas algumas.

Não raro, os lugares turísticos são localizados em áreas naturais, de ecossistemas frágeis, que necessitam de um planejamento prévio para que os impactos da atividade sejam controlados e, se possível, eliminados. Logo, fica clara a importância da gestão ambiental no lugar turístico.

Nesse sentido, baseado em sua experiência no município de Rio das Ostras/RJ, Almeida (1999) afirma que a viabilização da gestão ambiental do lugar turístico requer uma contínua revisão do desenvolvimento desse processo para uma redefinição constante dos objetivos estabelecidos e para a correção dos caminhos

de ação relacionados. Assim, o autor recomenda a definição de áreas de planejamento e gestão para que possam servir de base na busca de soluções visando à qualidade ambiental.

[...] identificadas as principais políticas locais e regionais e o campo social – seus atores e interesses, responsáveis pela produção social do espaço –, foi possível determinarmos áreas de planejamento e gestão. Nessas áreas, caracterizadas pelo seu uso atual, são propostas intervenções objetivando a melhoria do quadro ambiental, priorizando os interesses locais, indicando os atores envolvidos no processo de participação e os órgãos públicos que devem atuar de forma compartilhada na prática da descentralização. (Almeida, 1999, p. 152).

O autor ainda indica os seguintes pontos a serem avaliados, nos lugares, visando ao estabelecimento de um quadro ambiental:

- Saneamento ambiental - água, esgoto, lixo.
  - abastecimento de água: tratada e não tratada;
  - número de domicílios atendidos por rede de esgoto e destinação;
  - número de domicílios atendidos pela coleta de lixo e destino final dos resíduos.
  
- Impactos ambientais e sociais da atividade do turismo:
  - a infra-estrutura existente (água, lixo, esgoto) atende à demanda da população fixa e flutuante? (monitoramento dos impactos ambientais);
  - monitoramento dos impactos sociais.
  
- Identificação dos planos estaduais (governo) propostos para a região que interferem no planejamento local.
  
- Zoneamento de usos e atividades com prioridade à conservação de:
  - recursos naturais;
  - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;
  - patrimônio natural, histórico, cultural e paisagístico.
  
- Identificação dos atores sociais e seus respectivos interesses:
  - comerciantes, empresários; população local; ONGs; associações; Câmara de Vereadores; conselho comunitário; etc.



- Avaliação da distribuição de recursos municipais nas secretarias.
  
- Mecanismos de participação previstos por lei orgânica do município:
  - Para garantir a participação popular na aprovação de projetos que envolvam “[...] grande impacto ambiental e atos referentes à conservação ou modificação do patrimônio histórico, artístico, cultural ou ambiental do município”. (ALMEIDA, 1999, p.150)
  
- Legislação local relacionada ao meio ambiente.

Esses aspectos, depois de detalhados, servirão como norteadores do processo de planejamento para a gestão ambiental do lugar turístico.

Convém lembrar que a participação de todos os atores na gestão ambiental do lugar é uma premissa que legitima a proposta. No capítulo seguinte, será discutido o papel de um desses atores, os meios de hospedagem, na gestão ambiental do lugar.

## Capítulo 2 – Gestão Ambiental de Meios de Hospedagem e suas Relações com o Lugar

Conforme exposto no capítulo anterior, as empresas de um modo geral estão sendo pressionadas a intensificar os cuidados ambientais em suas atividades, assumindo a responsabilidade socioambiental que lhes cabe. Nesse contexto, alguns instrumentos atuam com fomentadores da idéia, conforme versa Andrade (2003, p. 7):

A Agenda 21 convoca as empresas a uma participação ativa na implementação de seus programas que levarão ao desenvolvimento sustentável. Para a agenda, as políticas da indústria e do comércio, incluindo as empresas multinacionais, têm um papel fundamental na redução do impacto no meio ambiente e no uso dos recursos naturais.

A agenda 21 é um documento que foi elaborado a partir da RIO 92, a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para discutir os problemas ambientais e chegar a acordos sobre desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2000). Gonçalves (2004) realiza um apanhado sobre os eventos que marcaram o desenvolvimento da questão ambiental e os resultados advindos desses encontros, concluindo que “[...] o consenso da orientação voltada para o desenvolvimento sustentável não foi suficiente para viabilizar acordos internacionais de maior alcance, resultando, em muitos casos, apenas em “cartas de intenções”, sem prazos e metas precisas”. (op. cit., p.32).

Entretanto, são perceptíveis sensíveis mudanças na postura de algumas empresas que estão buscando solucionar o conflito entre desenvolvimento econômico e a questão ambiental, alinhando seus modelos de gestão aos princípios de responsabilidade socioambiental. Para Gonçalves (2004, p. 56),

responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, sendo fruto dos questionamentos e das críticas que as empresas receberam nas últimas décadas, no campo social, ético e econômico, por adotarem políticas baseadas estritamente na economia de mercado.

O turismo, em sua dinâmica, movimenta grandes contingentes de pessoas, que com suas necessidades, hábitos e costumes, alteram a configuração dos lugares e aceleram o desgaste dos recursos naturais, aumentando seu consumo. Em lugares

turísticos, o aumento da população ocasionada pelo fluxo de turistas, durante os meses de alta estação, pode causar inúmeros distúrbios que afetam a população local e são sentidos por meio de alterações no ambiente, tais como: falta d'água, aumento da quantidade de lixo (algumas vezes além do suportado pelo planejamento de coleta), aumento do consumo de energia, algumas vezes ocasionando sobrecarga, além do aumento do número de veículos, causando congestionamentos e poluição, entre outros problemas.

Mitraud (2003, p. 232), comenta que, “no turismo, o setor de hospedagem é o maior consumidor de recursos naturais e materiais diversos, e também o maior gerador de resíduos”. Esse comentário autoriza concluir que uma postura ambientalmente correta do meio de hospedagem pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade ambiental do lugar onde se localiza.

Atualmente, diferentes empresas do ramo hoteleiro, independente de sua localização (urbana, praia, selva etc.) ou tamanho, vêm incorporando a questão ambiental em seus sistemas de gestão. Para alguns empreendimentos hoteleiros, a adoção de práticas ambientais insere-se na estratégia competitiva da empresa. (GONÇALVES, 2004).

É o que acontece, por exemplo, na rede Sol Meliá, que possui seu próprio manual de meio ambiente e iniciativas implantadas em alguns de seus hotéis. Em duas de suas unidades, na Espanha - Sol Príncipe Principito e em Cuba - Sol Cayo Largo, desenvolvem-se programas de apoio para reprodução de espécies marinhas. (MELIÁ, 2004)

No Brasil, na unidade Meliá Jardim Europa, em São Paulo, a rede investe na adoção de procedimentos que visam, entre outros objetivos, apoiar a arrecadação de fundos para WWF Brasil. O hotel encarrega-se da venda de alguns produtos da WWF em uma lojinha e a renda é revertida para os programas da organização ambientalista. Dentre os procedimentos adotados pelo Meliá Jardim Europa, estão a separação de resíduos, ações para redução de consumo de água e energia e a utilização de equipamentos de refrigeração que não contenham CFC. O hotel dispõe, ainda, de um andar, especialmente desenvolvido e decorado com materiais reciclados e fibras naturais, chamado de *Green Floor* (YASSUDA, 2004). Trata-se sobretudo de uma estratégia de marketing voltado ao reforço de um diferencial competitivo, mas por outro lado desperta a atenção de hóspedes e funcionários para

a temática ambiental, mesmo que de forma fragmentada, superficial e acrítica em relação ao ambiente em que se insere na cidade e no bairro.

A rede Intercontinental, por sua vez, desenvolve um programa de gestão ambiental desde o final dos anos 80, quando foi realizado um estudo para avaliar como o grupo poderia melhorar sua performance ambiental. As informações levantadas pelo estudo resultaram na confecção do manual “International Hotel Environment Initiative”. Em 1995, a primeira versão do manual passou por uma revisão que deu origem a uma segunda edição, chamada “Environment Management for Hotels: The Industry Guide to Best Practice”. A aplicação desse manual envolve desde os hotéis 5 estrelas nas grandes cidades a Resorts em lugares exóticos.

Além do manual, o grupo também formou um Comitê Internacional do Meio Ambiente, para realizar auditorias que, entre outras ações, reúne-se todos os anos para prestar homenagem aos funcionários que se destacam no empenho pela causa ambiental. (INTERCONTINENTAL..., 1996)

Em um hotel 5 estrelas da rede, o Intercontinental Mayfair, em Londres, as iniciativas já ocorrem há mais de dez anos. Para minimizar o consumo de água, controladores foram adaptados a chuveiros e torneiras, sem causar desconforto algum aos hóspedes e com um resultado de economia de 500 m<sup>3</sup> de água por mês. O hotel utiliza ainda lâmpadas especiais de baixo consumo, papel higiênico reciclado, materiais de limpeza que não possuem agentes químicos prejudiciais à natureza e com sistema de dosagem para evitar desperdício, além de separar todo o lixo produzido. (Op. cit.)

A atitude ambientalmente adequada do Mayfair influenciou um de seus fornecedores a adotar práticas de produção menos poluentes. A empresa que fornece os impressos do hotel, percebendo a postura ambiental adotada pelo mesmo, passou a produzir um papel ecologicamente correto, com 60% de redução no custo, mantendo a mesma qualidade do papel comum. (Idem)

O compromisso ambiental inclui, também, contribuir com a comunidade em que o hotel se encontra, envolvendo-se em ações comunitárias, como o apoio a um abrigo diurno e organizações beneficentes. As sobras de papel higiênico, sabonete e xampu, que antes eram desprezadas, são recolhidas e levadas para essas organizações.

Em outra unidade do grupo, o Bali Intercontinental Resort, na ilha de Bali, o manual de iniciativas ambientais incentivou o envolvimento do poder público na melhoria do meio ambiente. Após receber a doação do manual ambientalista, o departamento do meio ambiente do município local desenvolveu um programa para que os outros meios de hospedagem da ilha também observassem alguns preceitos ecológicos na sua operação. O Bali Inter-Continental Resort conseguiu reduzir a quantidade de lixo orgânico que era enviada para o depósito, toda semana, de seis para um caminhão, destinando todo o lixo orgânico para uma composteira. Além disso, uniu-se a um grupo ambientalista chamado Wisnu Foundation para ajudar uma empresa de coleta de lixo a reformular seu modo de operar, separando o lixo para reciclagem e evitando que o mesmo fosse para depósitos ilegais na ilha. (INTERCONTINENTAL..., 1996)

No segmento do ecoturismo, há um tipo de meio de hospedagem que tem se multiplicado nas florestas tropicais, em especial na Floresta Amazônica; são os chamados hotéis de selva ou ecopousadas, empreendimentos que, de acordo com Reimberg (2001), podem promover a autêntica interação entre o hotel e os hóspedes com o meio ambiente e a população local.

Mitraud (2003, p. 232) comenta o problema dos resíduos sólidos nos meios de hospedagem ecoturísticos:

No ecoturismo, principalmente os pequenos empreendimentos do ramo hoteleiro, geram resíduos equivalentes aos domiciliares, porém em maior escala. São resíduos orgânicos e inorgânicos não perigosos. O dono de uma pousada, ou ecopousada, consciente dos problemas ambientais gerados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, pode e deve buscar alternativas para que os resíduos gerados tenham tratamento e/ou destino adequado.

Portanto, em estabelecimentos dessa natureza, o cuidado na concepção da estrutura física e sua arquitetura, tratamento de esgotos e destinação do lixo devem ser ainda mais criteriosos, pois estão situados dentro da própria floresta, em reservas ou até mesmo nos rios. É o caso, por exemplo, do Cristalino Jungle Lodge, na Amazônia mato-grossense, construído em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. (REIMBERG, 2001).

As pousadas, modalidade de hospedagem típica no Brasil, também refletem essa sensível mudança no comportamento ambiental. Considerando que em alguns casos se localizam em lugares cujo atrativo principal é a natureza, é possível encontrar aquelas que implantaram uma série de medidas, demonstrando alguma

preocupação com os impactos ambientais. A economia de energia e água, utilização de produtos locais para elaboração de alimentos, arquitetura da construção em harmonia com a paisagem e eliminação de qualquer forma de contaminação, são algumas dessas medidas.

No estado da Bahia, a pousada Lagoa do Cassange atua de maneira completamente independente há alguns anos, utilizando energia alternativa em substituição à energia convencional que esgota os recursos naturais. Ao optar pela energia solar e eólica, a pousada utiliza energia renovável para o abastecimento da iluminação, aparelho de som, rádio, telefone, fax, computador, TV, vídeo, liquidificador, sistema de bombeamento de água, etc<sup>2</sup>.

Determinar metas de redução de consumo de energia e água são as primeiras práticas internas que devem ser implantadas pelos meios de hospedagem para a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a cartilha da ABIH - “Hóspedes da natureza”, traz exemplos ilustrados do que pode ser feito e como.

Os órgãos oficiais que regulam a atividade dos meios de hospedagem no Brasil sinalizam a preocupação com a responsabilidade ambiental dos meios de hospedagem. O Instituto Brasileiro de Turismo, a EMBRATUR, determina, no regulamento geral de meios de hospedagem, em seu artigo sétimo, parágrafo segundo, que

“[...] serão exigidas condições específicas de proteção, observadas as normas e padrões estabelecidos pelos órgãos governamentais competentes, para os meios de hospedagem localizados no interior ou nas proximidades de: a) unidades de conservação ou protegidas pela legislação ambiental vigente; b) aeroportos, estações viárias, vias industriais ou estabelecimentos que ofereçam problemas especiais de poluição ambiental e sonora.” (EMBRATUR, 2002, p.3)

Além disso, na Matriz de Classificação dos Meios de Hospedagem, o item 2.10 refere-se às ações ambientais que deverão ser implementadas pelos meios de hospedagem que reivindicarem classificação oficial deste órgão.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a ABIH, por sua vez, lançou o programa “Hóspedes da natureza”, incentivando a adoção de políticas ambientais nos meios de hospedagem. Com esse objetivo, desenvolveu um selo para identificar os meios de hospedagem que implantam políticas ambientais, apoiados em uma

---

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.cresesb.cepel.br/Publicacoes/download/info5\\_pag1-12.PDF](http://www.cresesb.cepel.br/Publicacoes/download/info5_pag1-12.PDF), acesso em 10 set. 2003.

cartilha da instituição, visando à divulgação desses meios de hospedagem como empresas amigas da natureza. (PROGRAMA..., 2003)

Pode-se perceber que as empresas hoteleiras, de modo geral, estão sendo incentivadas a adotarem medidas de gestão ambiental e é crescente o número dos estabelecimentos que estão introduzindo medidas desse tipo. Entretanto, percebe-se ainda que grande parte dessas práticas é direcionada para empreendimentos localizados em áreas naturais, onde se desenvolve a prática do ecoturismo. Por outro lado, essas medidas são ainda parciais, considerando os aspectos ambientais como uma externalidade de sua atividade. Impactos causados pelos meios de hospedagem em localidades distantes de sua operação não são contabilizados, como é o caso da extração de madeiras nobres da Floresta Atlântica na Bahia e trazidas para o Sudeste e para outras regiões para utilização na arquitetura supostamente integrada à paisagem. A infra-estrutura básica como estradas, aeroportos, abastecimento de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação de lixo freqüentemente tornam-se responsabilidade do poder público, havendo portanto uma socialização dos prejuízos não obstante o turismo beneficie somente uma parcela da sociedade local.

Há muito o que se pesquisar e refletir sobre a adoção de tecnologias ditas de baixo impacto ambiental ou de programas de gestão ambiental. Nesse sentido, Gonçalves (2004, p. 77) aponta os principais sistemas ambientais adotados pelos empreendimentos de hospedagem no Brasil:

- Sistema da ABIH “Hóspedes da Natureza”;
- Sistema ambiental Produção Mais Limpa (P+L), desenvolvido pelo PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
- Sistemas ambientais autônomos – como os desenvolvidos pela rede Accor e a rede Meliá;
- Sistema ambiental baseado na norma ISO 14000.

Um olhar crítico, mesmo que rápido, sobre os programas de gestão ambiental adotados, evidencia seus entraves, pois logo param nos limites que o lucro ou a política local impõem.

No caso da política ambiental da rede Intercontinental, percebe-se que sua atuação é um pouco mais responsável, buscando a inserção de suas ações em um contexto maior, não se atendo às fronteiras físicas do meio de hospedagem e,

portanto, apresentando resultados importantes no que se refere ao sistema ambiental implantado no meio de hospedagem e sua relação com o lugar. Além disso, o manual de boas práticas ambientais já norteou a elaboração de outros instrumentos de igual teor, como é o caso da cartilha “Hóspedes da Natureza”.

Pode-se dizer que o que tem sido feito nos meios de hospedagem, no que se refere à problemática ambiental, são políticas ou ações ambientais isoladas, não constituindo gestão ambiental, pois não envolvem todos os processos da atividade, desde os aspectos mais simples até o nível gerencial.



### Capítulo 3 – Ecoturismo: Fundamentos, Prática e Crítica

O Ecoturismo teve sua origem nas alternativas de atividades turísticas que se desenvolveram como contraponto ao tipo de turismo de massa, considerado causador de problemas sociais, econômicos e ambientais nos núcleos receptores. Entretanto, seu surgimento não foi um fato isolado e a busca pela natureza e por tipos alternativos de turismo aconteceu em um determinado contexto, acompanhando uma tendência mundial que se colocou a partir dos movimentos de contracultura que se desencadearam desde os anos 60. Conforme mencionado no capítulo I, esses movimentos se manifestavam contra a sociedade consumista e incluíam em suas reivindicações questões ambientais, étnicas, políticas, entre outras. Pires (2002) observa que as manifestações da contracultura “[...] emprestaram seu caráter contestatório e inovador às aspirações por um “turismo alternativo”, como movimento de reação ao “turismo massificado” então dominante.” (p.42) Além disso, como complementa o autor, as alternativas de turismo que se apresentaram nessa época tiveram a virtude de alertar a sociedade sobre as falhas e as conseqüências do turismo convencional e abriram caminho para as segmentações existentes atualmente, entre elas o ecoturismo.

Pires (op. cit.) afiança ainda o caráter elitista das modalidades alternativas de turismo, de pequena escala nos produtos oferecidos, que, para garantir uma qualidade diferenciada, tornam-se mais dispendiosos que os produtos do turismo de massa. Para o autor, existem vários tipos de turismo que merecem a designação de “alternativas” ao turismo convencional e cita o turismo participativo, o turismo responsável, o turismo suave (ou brando), o turismo ambiental, o turismo sustentável, turismo ecológico, turismo baseado na natureza, o ecoturismo (que o autor diferencia como um segundo estágio do turismo ecológico) e o turismo rural. Percebe-se, entretanto, a quase igualdade das definições desses tipos de turismo, diferenciando-se apenas em um ou outro detalhe.

Cabe frisar que permanece ainda uma discussão conceitual a respeito do ecoturismo e não há consenso sobre o rol de atividades que podem se desenvolver sob essa denominação. Pode-se depreender que essa abrangência conceitual da

expressão “ecoturismo” é decorrente das variadas interpretações e percepções de determinados segmentos sociais diante dos seus interesses.

Pires (2002) realiza um levantamento de vários conceitos encontrados na literatura a respeito de ecoturismo. Esses conceitos enfatizam o aspecto de atividade desenvolvida na natureza, mas oscilam entre a concepção do mesmo ora como uma modalidade de turismo, ora como uma forma de turismo. Alguns conceitos de entidades e organizações representantes do *trade* o colocam como uma prática ligada ao esporte, à aventura e à educação. Segundo o autor,

o conjunto das definições apresentadas é uma amostra representativa do que se pode encontrar nas fontes disponíveis, dispensando a busca de outras citações que trariam somente um aporte quantitativo e não qualitativo à compreensão do universo conceitual sobre o tema. É consenso entre as principais personalidades envolvidas com o estudo desse tema que não surgiu ainda uma conceituação ou definição universalmente aceita por todos os setores com interesse no ecoturismo, e que essa ausência não implica limitação ao desenvolvimento efetivo das atividades que se realizam em nome do ecoturismo. (op. cit., p. 156-157).

Na verdade, não parece haver um consenso sobre o fato de o ecoturismo ser um segmento do turismo convencional ou a forma como se pratica o turismo. Portanto, neste trabalho, optou-se por assumir que o ecoturismo está mais relacionado com a forma como se desenvolve o turismo.

As primeiras definições de ecoturismo ressaltavam, na atividade, somente o seu caráter de auxiliar na preservação do meio ambiente natural, excluindo as populações. Com o tempo, essa definição foi sendo ampliada e as populações locais passaram a ser inseridas no contexto do ecoturismo, vislumbrando a possibilidade de gerar benefícios sociais para essas comunidades cuja participação no processo de implantação e gestão dessa forma de turismo passou a ser considerada fundamental.

Nesse cenário do surgimento do ecoturismo como atividade não predatória, capaz de se colocar como alternativa para a geração de renda às populações que dependem desse recurso para sua sobrevivência, cumpre destacar a atuação das ONGs ambientalistas. Segundo Pires (Idem), há duas maneiras como as ONGs se conduziram: Uma das maneiras, que prioriza o componente ambiental em detrimento do social, tem sido a intervenção na implantação do ecoturismo como fator de geração de receitas para a proteção e manutenção de unidades de conservação; a outra maneira, também alcançando a proteção das unidades de

conservação, focaliza a busca de formas de geração de renda que envolvam a participação das comunidades locais e garantam uma alternativa à utilização dos recursos naturais de maneira predatória, que em alguns casos constitui a ocupação tradicional dessas comunidades. Na primeira opção, muitas vezes, o que se vê é a retirada da comunidade de seus locais de origem, causando descontentamento dessas populações e gerando problemas sociais. A segunda opção expande os benefícios para a esfera social, condizendo com o significado de ecológico, que não se restringe à dimensão do ambiente natural.

Pires (2000) afirma ainda que a atuação das ONGs é considerada fundamental para assegurar a aplicação dos princípios do ecoturismo nos projetos que se intitulam como ecoturísticos, porque essas organizações podem servir como fonte de financiamento para tais projetos, atuar no auxílio técnico dos mesmos, desempenhar o papel de facilitadores nas relações entre comunidades, empresários e poder público, visando à obtenção de benefícios mútuos além de agir na orientação para os problemas relacionados com a atividade.

Entretanto, é necessário sublinhar, há um espaço delimitado para atuação das ONGs ambientalistas. Segundo Pires (op. cit.), esse espaço estaria assim delimitado:

- Identificar situações em que o ecoturismo possa ser colocado como alternativa;
- Ponderar sobre a viabilidade ou potencialidade ecoturística de áreas ou lugares;
- Elaborar e gerir projetos ecoturísticos, e orientar o planejamento de empreendimentos dessa natureza;
- Orientar recursos financeiros de apoio à atividade junto a órgãos governamentais, fundações e instituições financeiras;
- Coordenar atividades ecoturísticas sem finalidade comercial;
- Capacitar e profissionalizar recursos humanos para o ecoturismo nas comunidades locais visando à inserção desses na gestão participativa dos empreendimentos relacionados ao desenvolvimento do ecoturismo.

Atualmente as ONGs ocupam a posição de promotoras da atividade ecoturística, encabeçando projetos em diversos países, inclusive no Brasil. Sobre essa atuação, a crítica que se deseja fazer recai sobre a possível distorção no

campo de atuação delimitado anteriormente. Deve haver uma constante vigilância para que esse não seja desrespeitado sob risco de se criar uma relação de paternalismo, causando uma dependência tal, nesses projetos, que a ONG passe a fazer o papel de operador do ecoturismo.

Retomando a questão da conceituação, fica claro que, não havendo uma definição de ecoturismo completa e que sintetize as outras definições, a preocupação no desenvolvimento dessa forma de turismo estaria na observância do cumprimento de certos critérios que constituem os princípios éticos da atividade. Esses princípios são os pontos fundamentais para a construção de um futuro conceito e serão abordados a seguir.

Conforme sua proposta, o ecoturismo, como uma forma de turismo responsável, tem potencial para beneficiar comunidades locais, promovendo melhoria da qualidade de vida e conservação do patrimônio natural. Esse potencial deve levar em conta, também, que, por meio da educação ambiental, os efeitos podem se refletir no comportamento dos turistas. “Nesse sentido, três grandes eixos temáticos sustentam o conceito brasileiro de ecoturismo: a sustentabilidade, a educação do visitante e os benefícios às comunidades locais.” (MITRAUD, 2003, p.13). Mitraud (op. cit.) também deixa claro que, para que tais resultados sejam alcançados, é fundamental que sejam observados os seguintes princípios básicos no desenvolvimento da atividade ecoturística:

- Sua implantação deve contribuir para a conservação do meio ambiente, minimizando os impactos negativos por meio de estudos que norteiem planejamento, destinando recursos financeiros para a conservação e desenvolvendo a capacidade local para negócios sustentáveis que possam apoiar a atividade e gerar renda;
- Deve promover a valorização da cultura das comunidades e sua capacitação para gerenciar os recursos envolvidos de maneira participativa e de mínimo impacto;
- Deve incentivar a diversificação de atividades econômicas para a melhoria de qualidade de vida das comunidades, atuando como uma atividade complementar e integrada às atividades locais, incentivando a produção local;
- A integração e o equilíbrio entre os três princípios anteriores deve ocorrer via processo participativo.

Deve ser acrescentada a esses princípios a noção de que o ecoturismo é organizado principalmente para pequenos grupos e operado por pequenas empresas locais.

Durante o percurso do desenvolvimento do ecoturismo, todavia, percebe-se, a todo o momento a colocação de juízos de valor quanto à aplicação do mesmo, sendo apresentado como uma atividade com resultados inteiramente positivos, em contraponto ao turismo convencional, ou de massa, que passa a figurar como uma atividade com resultados inteiramente negativos. É importante esclarecer que nem sempre o turismo de massa não é planejado e só traz efeitos negativos, bem como não é sempre que o turismo alternativo é planejado e só gera efeitos positivos. As próprias políticas públicas para essa atividade tendem a exacerbar seus aspectos positivos.

O turismo vem sendo apresentado por ecologistas, empresários, agências financeiras – internacionais, nacionais, regionais – governantes estaduais e municipais, e, não raro, pelos representantes das sociedades locais, como um achado na solução de problemas econômicos e ambientais. Crescem as expectativas sempre positivas em relação ao ecoturismo, uma nova panacéia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Todavia, apesar de ter origem na busca de alternativa ao turismo de massa, ecológico e socialmente danoso, as relações positivas entre ecoturismo e sociedades locais, entre ecoturismo e preservação das riquezas naturais não podem ser automáticas, naturais. (COELHO, 1999, p. 52).

Neste momento da discussão, a crítica se volta para a banalização do ecoturismo pelo *trade* turístico, à sua conveniência, promovendo atividades que não se enquadram dentro da proposta. Essa questão será colocada com alguns exemplos práticos, na Amazônia.

Diante do exposto, é patente afirmar que os resultados advindos do ecoturismo, são muitas vezes contraditórios, chegando mesmo a serem considerados negativos. Há questões no desenvolvimento da atividade que merecem uma atenção especial e um estudo mais aprofundado, principalmente no tocante à turistificação de territórios, aspecto que será abordado mais adiante, à distribuição da renda gerada pela atividade e também à sua relação com as comunidades receptoras.

### **3.1 Ecoturismo no Estado do Amazonas: solução para os problemas ambientais e sociais?**

A Amazônia, esse imenso patrimônio natural, tem sido palco de conflitos sociais e ambientais que espelham as contradições de toda a sociedade brasileira. Esses problemas alcançaram intensa visibilidade nacional e internacional, devido ao *status* de maior floresta tropical do mundo e de reserva de recursos naturais e devido à velocidade com que algumas transformações ocorreram.

Esses conflitos, segundo Becker (1990), ocorrem em decorrência das contradições intrínsecas ao processo de reorganização da sociedade brasileira, diante da inserção do país no sistema capitalista mundial, mas assumem uma dinâmica particular, face às especificidades regionais.

Entretanto, antes de tratar das práticas econômicas exploratórias e do tipo de desenvolvimento implantado na região, cabe descrever os aspectos mais marcantes da natureza e da sociedade amazônica.

A Amazônia ocupa 2/5 da América do Sul e mais da metade do Brasil. A despeito da imagem que se associa ao nome Amazônia, essa não é um território homogêneo. “A Amazônia abrange, na verdade, uma grande variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos, que se refletem, por sua vez, em uma grande diversidade de espécies animais e vegetais.” (BECKER, 1990, p.84). Há dois tipos de cobertura vegetal predominantes na Amazônia: as matas inundáveis, compreendendo a várzea, igapó, áreas litorâneas e campos de várzea; e as matas de terra firme que são densas e altas. Ambas correspondem, respectivamente, a aproximadamente 10% e 80% da área total da região amazônica.

Para Gonçalves (2001), a palavra de ordem para descrever a Amazônia é diversidade. Ele explica que as espécies encontradas em uma área de um hectare da floresta, por exemplo, pouco se repetem nas áreas vizinhas. Além disso, há as diferenças entre as áreas banhadas pelos rios de águas claras e as áreas banhadas pelos rios de águas pretas, além de diferentes ecossistemas como planícies, cerrados, manguezais etc.

Becker (1990, p.84), explica essas diferenças das áreas de várzea e de terra firme e aborda a riqueza dos solos:

Os poucos rios de águas barrentas, provenientes dos Andes, com grande quantidade de sedimentos em suspensão ricos em nutrientes,

originam várzeas muito férteis. Os rios de águas claras, originários dos maciços da Guiana ou do Brasil Central, e os de águas pretas, que têm origem na própria bacia amazônica revestida pela floresta, constituem maioria na região, são muito pobres em nutrientes apresentando várzeas de menor fertilidade. Por outro lado, a maior parte dos solos das terras firmes, desenvolvidos sobre sedimentos terciários, são quimicamente muito pobres devido à lavagem por chuvas torrenciais ao longo de milhares de anos. Constituem exceção a este quadro apenas os solos provenientes da alteração de derrames basálticos de pequena extensão que correspondem a manchas de terra roxa.

Algo bastante interessante em toda essa diversidade é que as diferenças se completam, em um grau de complexidade que, se analisada a situação como um todo, apresenta um equilíbrio natural, no qual as condições existentes favorecem o aproveitamento de cada componente, que se transforma; ou seja, a própria floresta provê seu equilíbrio. Por outro lado, essa complexidade também a deixa vulnerável às influências externas que podem desequilibrar o todo.

A grande variação vertical de ambientes na floresta pluvial é de fundamental importância para os diversos organismos que a compõem. O clima, quente e úmido, é favorável ao crescimento da densa vegetação e à sua diversidade de espécies, e é também responsável pela intensa lixiviação dos solos e rápido desenvolvimento de pragas e doenças. Os efeitos de insetos e fungos são, contudo, reduzidos pela própria diversidade biológica, o elemento fundamental para o alto grau de eficiência da reciclagem de nutrientes minerais na floresta.

Esta intrincada rede que resulta no aproveitamento máximo de qualquer material ou recurso do ambiente constitui, entretanto, a própria fragilidade da região amazônica como um todo: os ajustes em toda a cadeia ecológica dependem da floresta, uma floresta que se auto mantém, reciclando os nutrientes com a queda das folhas no solo e sua decomposição por microorganismos. (BECKER, 1990, p.85)

Sob o ponto de vista social, o povoamento da Amazônia, desde a colonização, tem acontecido em ciclos, vinculados a atividades econômicas conectadas à expansão da economia mundial. Em virtude disso, resultou em conseqüências ambientais e sociais, pois tem promovido o desmatamento e a utilização indevida dos recursos e contribuído para o agravamento das desigualdades sociais e da disputa pela terra.

O primeiro desses ciclos está relacionado à descoberta das espécies vegetais que eram utilizadas como drogas ou condimentos na Europa. Os outros surtos de povoamento estão ligados à extração da borracha para atender às necessidades de industrialização dos EUA e da Europa e, a partir dos anos 20, à migração de nordestinos para as frentes agropecuárias e minerais, intensificada entre 1950 e

1960. Após 1970, o governo estimula um novo plano de modernização nacional e a Amazônia passa a ser foco de implantação de indústrias. Para Becker (1990), esse estilo de desenvolvimento adotado se fez “com quase total exclusão social, em termos econômicos e políticos.” (op. cit., p.12)

Se a atividade agropecuária tem sido o principal motivo do desmatamento da Amazônia, ocasionando a substituição da mata pela pastagem e agricultura, houve um período em que o desmatamento ocorreu para atender às demandas de energia do país, com a implantação de hidrelétricas. Essas usinas atendiam aos objetivos governamentais de crescimento econômico, pois criavam, também, condições para a instalação de grandes indústrias na região.

Gonçalves (2001, p.14) comenta o ponto de vista local sobre o modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia:

[...] o modelo de desenvolvimento que se tentou implantar foi imposto à região por pessoas estranhas a ela. Entre esses estranhos à Amazônia se incluem, também, brasileiros não-amazônidas. Foi com o aval do próprio governo brasileiro à época do regime ditatorial, usando slogans nacionalistas, que mais de seiscentas empresas transnacionais passaram a investir maciçamente na região. Foi sob o manto de um discurso nacionalista que, inclusive, dizia “integrar para não entregar”, que mais se fez presente o capital estrangeiro na Amazônia.

É correto afirmar que esse tipo de “desenvolvimento”, que visa somente ao lado econômico, não atendeu às demandas sociais nem ambientais e foi o grande responsável pela situação de degradação na qual se encontra uma parcela significativa das populações da Amazônia.

Ocorre que, para além dessa visão idealizada e ideologizada, existe uma outra visão da realidade amazônica vivenciada por suas populações [...]. É uma realidade dura de miséria e violência que desafia essa ecologia conservadora a pensar a questão social junto com a questão ecológica. Há milhões de famílias de trabalhadores rurais; as diferentes culturas dos povos das florestas; centenas de milhares de garimpeiros; milhões de habitantes nas suas cidades, onde hoje está a maior parte dos amazônidas que precisam ser alimentados. Há vários e poderosos interesses em disputa por seu subsolo, pela sua enorme riqueza em biodiversidade, por sua riqueza em metros cúbicos de madeira ou megawatts de energia. (GONÇALVES, 2001, p.16)

Segundo Figueiredo (1999, p.75), houve um agravamento das questões relativas à Amazônia a partir do século XX, pois,

Com a relação antitética entre práticas econômicas tradicionais na região como o extrativismo e a agricultura, outras ações passaram a fazer parte do seu cotidiano. O século XX foi quando a Região



Amazônica mais apresentou problemas sociais e ambientais, com o aumento da pressão antrópica sobre o meio ambiente. Após a decadência da exploração da borracha e a instalação dos chamados “grandes projetos” agropastoris e de mineração, após ainda a criação de grandes latifúndios responsáveis por conflitos agrários, a região parece ter entrado em um processo de degradação de seu meio ambiente. Por essa questão, atrai a atenção da comunidade internacional, preocupada com a preservação da floresta e de seus ecossistemas, que não deixa de pressionar o governo brasileiro a buscar alternativas de desenvolvimento que não danifiquem o meio ambiente.

Muito se tem discutido (CRUZ, 2000; RODRIGUES, 2003; IRVING, 1998) a respeito de atividades que contribuam para formas de desigualdades sociais menos contrastantes e preservação ambiental, principalmente nas regiões periféricas, distantes de centros urbanos, onde o contingente populacional é mais baixo e as desigualdades mais acentuadas.

O turismo, nesse contexto, representa uma alternativa de atividade que, se desenvolvida de maneira compatível com o cenário local, respeitando os limites naturais, sociais e culturais, pode ocasionar benefícios às sociedades e ao ambiente. O ecoturismo vem sendo implantado com esta finalidade, em especial nos municípios da região amazônica.

[...]a principal razão é, sem dúvida, a possibilidade que a atividade tem de promover o desenvolvimento mais equilibrado, e em consonância com os limites suportáveis do meio ambiente, numa região problemática como é a Amazônica, com divisões de classe e disparidades econômicas enormes, aliadas aos danos ambientais de grandes projetos de desenvolvimento. (FIGUEIREDO, 1999, p.76)

Por esses motivos, em 1994, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, ao definir a política de ecoturismo do Brasil, considerou a Amazônia como o principal destino de ecoturismo no país (FARIA, 2005). Nessa mesma época, a Embratur tratou de elaborar uma definição do Ecoturismo no contexto brasileiro, como sendo:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (EMBRATUR apud MITRAUD, 2002, p. 12)

Coelho (1999) aponta para alguns riscos de se considerar a atividade ecoturística como solução para os problemas sociais da Amazônia, pois “O turismo e, possivelmente, o ecoturismo podem levar a uma versão descaracterizada ou descontextualizada social e historicamente das práticas culturais.” (op. cit., p.58) Ressalta, em seguida, a sua posição, exemplificando:

Embora não sejam necessariamente antagônicas, a expansão do ecoturismo pode não vir acompanhada de justiça social. A distribuição de renda desejada pode não acontecer, dando lugar à concentração ainda maior da riqueza. Esta atividade pode assim confirmar ou criar novas desigualdades sociais. Além do mais, há que se preocupar com o possível surgimento de efeitos externos ou externalidades negativas, como danos potenciais à saúde ou elevações de preços dos produtos locais que tenderão a torná-los ainda mais inacessíveis às camadas mais pobres da sociedade local. (COELHO, 1999, p. 59)

Além desses efeitos, outro aspecto a ser observado concerne à distorção da imagem de Amazônia que é vinculada à promoção do ecoturismo na região: uma imagem de natureza desvinculada da sociedade, como se a região fosse completamente desabitada, intocada e o nativo, por sua vez, confunde-se quase sempre com o indígena, numa visão romântica, ignorando a existência das comunidades ribeirinhas, dos caboclos, das pequenas cidades e das atividades que são desenvolvidas em alguns pontos da floresta, como é o caso da agricultura e pecuária.

[...] a Amazônia é vista por muitos como sendo a “última fronteira”, onde ainda parece existir uma natureza intocada. É como se ela fosse o reino de uma natureza virgem, sem cultura. Onde ainda existiria uma espécie de “bom selvagem”, que não teria cometido o pecado original da civilização. Não resta dúvida de que essa imagem está na cabeça de muita gente, muitas vezes estimulada por uma “indústria” do turismo que vive de vender imagens idealizadas. (GONÇALVES, 2001, p.16)

Assim sendo, o ecoturismo pode contribuir para a produção de mitos sobre a natureza e a sociedade amazônicas, não permitindo que o ecoturista possa identificar as “relações entre sociedade e natureza que a moldaram. Enfrentam, assim, o risco de não dar conta das alteridades culturais nela contidas.” (COELHO, 1999, p.71). Em suma, a atividade ecoturística pode correr o risco de “além de alterar ou destruir práticas, valores e símbolos, valorizar práticas culturais descontextualizadas, desrespeitar as alteridades culturais que, muitas vezes, teoricamente se quer valorizar.” (id., ib.)

O Fundo Mundial da Natureza – WWF tem alertado para o pouco aproveitamento do potencial de geração de benefícios, tanto para a conservação como para a comunidade, no ecoturismo praticado no Brasil. (MITRAUD, 2003)

Diante dessa problemática, Faria (2005, p.72) comenta que, para que o ecoturismo realmente constitua uma alternativa de melhoria de vida para as comunidades tradicionais do Amazonas, é preciso que além das belezas naturais, a

cultura também seja vista como um atrativo, demandando cuidados e respeito e ressaltando os hábitos e costumes locais no planejamento da atividade. Entretanto, vale salientar que colocar a cultura local como atrativo não deve significar a vulgarização dos costumes e tradições para oferecê-los como produtos turísticos ao mercado.

Portanto, deve haver um cuidado para que o saldo da atividade para a comunidade seja positivo; que o custo ao meio ambiente e à cultura sejam menores do que os resultados econômicos. Isso justifica a necessidade de o ecoturismo ser “planejado com participação da comunidade no processo de gestão, com preparação e esclarecimento da população no que se refere à conscientização sobre o turismo e riscos que poderão advir [...]” (FARIA, 2005, p. 72). As decisões a respeito do desenvolvimento da atividade precisam ser tomadas em conjunto com a comunidade e, antes de tudo, precisam partir da própria comunidade. É necessário um trabalho de educação ambiental, para que se perceba a natureza como parte de sua cultura, e, mesmo assim, não se eliminam os riscos de resultados negativos, porque há também o outro lado da questão, que é o turista, cujo comportamento e grau de interação nesse processo são imprevisíveis. Observa-se que, em pequena escala, há situações que vêm obtendo algum êxito no desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, porém ainda de forma incipiente, como será visto no capítulo seguinte.

Por outro lado, é importante também lembrar que o ecoturismo não deve substituir as atividades tradicionais, mas sim servir como atividade complementar e de apoio aos demais projetos da comunidade.

Faria (2001) salienta ainda que, para promover o ecoturismo na Amazônia, é necessário manter os traços socioculturais e a etnicidade das populações. A questão principal é compatibilizar o ecoturismo com as necessidades, interesses e dinâmicas locais. Em outras palavras, significa desenvolver a atividade mantendo o estilo de vida das comunidades, suas atividades e o meio ambiente, sem que o objetivo principal seja o econômico e sim, por meio de práticas que se mostrem menos agressivas, a conservação do ambiente natural e a melhoria do nível de vida das populações, satisfazendo às necessidades mínimas de dignidade. O desafio que se apresenta é garantir que essas comunidades se voltem para sua verdadeira vocação produtiva, depois de satisfeitas essas necessidades. Isso não é tarefa fácil, pois essas mesmas comunidades estão inseridas em um todo onde o maior interesse é o

econômico e essa conjuntura global exerce uma pressão até mesmo nos mais afastados cantos da Amazônia.

No Estado do Amazonas, o desenvolvimento da atividade do ecoturismo está relacionado aos hotéis de selva. Quando, em 1994, o Estado do Amazonas foi tomado, pelo governo federal, como “Estado referência para o ecoturismo”, não havia ainda uma atividade ecoturística de fato expressiva, que justificasse tal situação. Assim, pode-se concluir que essa escolha tenha se dado em decorrência da diversidade do patrimônio natural da região, principalmente, mas também pela existência de um bom número de hotéis de selva, que são considerados como de ecoturismo. (FARIA, 2001)

Não é de se estranhar, portanto, que a política da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o ecoturismo na Amazônia, propôs a instalação de uma série de empreendimentos do tipo hotel de selva em alguns municípios. (FIGUEIREDO, 1999).

As políticas públicas para o setor, referentes ao Estado do Amazonas, começaram a surgir em meados da década de 90.

O estado do Amazonas, por suas características naturais e socioculturais, é considerado um dos principais destinos ecoturísticos brasileiros. Para isso, foram implementadas políticas públicas como o PROECOTUR, com o intuito de incentivar a implantação dessa atividade na região. (FARIA, 2005, p.64)

O PROECOTUR é o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal e “visa criar infra-estruturas básicas e turísticas para a implementação de pólos ecoturísticos em todos os estados da região.” (id., lb.). Ainda no âmbito das políticas públicas, foi criado pelo Governo Federal, para incentivar o desenvolvimento do turismo, de forma sustentável, o Plano de Turismo da Amazônia – PTA. Outros programas vinculados a esse também foram implementados, porém com o intuito de fomentar o desenvolvimento dos povos indígenas.

Assim, foram definidos municípios no Estado, que reunissem condições de atender à demanda do ecoturismo. Inicialmente eram 12 municípios, mas em 2001, mais dois foram acrescentados aos 12 primeiros, constituindo, dessa forma, o Pólo de Ecoturismo do Estado do Amazonas, reunindo 14 municípios. Vale salientar que quatro desses municípios que compõem o pólo apresentam potencialidade para o ecoturismo indígena. (FARIA, 2005)

Nesses municípios, a atividade ecoturística cria novas territorialidades. Os espaços são modificados, adquirindo um novo significado, que está relacionado ao uso que é feito deles. Luchiari (2001, p.18) afirma que a atividade turística,

[...] mitifica a realidade, dando-lhe novos conteúdos. Força o traço dos lugares, das regiões, das paisagens, criando atrativos para o fluxo da sociedade. O todo significativo desta criação não está nos lugares, nas regiões ou nas paisagens. Ele se estrutura na sociedade que, ao revalorizar as paisagens naturais, transforma-se em sua voraz consumidora, colocando em movimento a construção simbólica e fugidia dos mitos atuais.

Assim sendo, para um melhor entendimento dos processos que determinam a forma das relações com o lugar, é necessário definir o que é território e como esse se constitui.

Na visão de Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, por intermédio de uma ação realizada por um ator que, ao se apropriar desse espaço, concreta ou abstratamente, territorializa-o. O território, passa a ser, portanto, um local de relações. Conseqüentemente, a relação de um turista com o espaço e com os outros atores, dando-lhe determinado uso, transforma-o em um território e a essa relação dá-se o nome de territorialidade. O sentido do território do turista é diferente do território do local. Isso autoriza concluir que o mesmo espaço assume territórios diversos, de acordo com a representação construída pelo ator. Nesse sentido, o turista apresenta uma territorialidade nômade.

[...] há diferentes tipos de territorialidade que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária, dos que aí vivem freqüentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam. (Knafou, 1996, p. 64).

Outro aspecto que merece destaque na relação com o território é que essa “é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros.” (RAFFESTIN, 1993). Iso indica que o território vai refletir as relações entre os atores sociais.

No tocante ao turismo, Knafou (1996) versa que parte dos problemas que podem surgir, decorrentes dessa atividade, se devem às características da mesma na sua relação com o território, ou seja, às diferenças de territorialidade.

Convém observar que, sendo o território um espaço que foi apropriado e funcionalizado por determinados atores sociais, em um dado momento histórico, essa função que lhe é atribuída é mutável. Cruz (2000, p.19) discute esse caráter mutável do espaço territorializado pelo turismo e conclui que:

A valorização por parte dessas diferentes fontes de turistificação dos lugares, de determinados atributos socioespaciais dos territórios, num dado momento histórico, depende do contexto cultural em que se dá essa valorização. Como a cultura é mutável no tempo e no espaço, os territórios eleitos pelo turismo na atualidade não são, em todos os casos, os mesmos de ontem e não, necessariamente, serão os mesmos de amanhã. E como não há uma cultura mundial, lugares turísticos valorizados por algum grupo social podem não ter qualquer significado para outros grupos.

Além disso, essa modificação dos lugares por meio da criação de territórios ocasionada pela atividade turística, pouco considera as relações sociais e a dinâmica dos lugares. Os turistas, com seus hábitos e costumes, fazem com que o turismo seja responsável por introduzir práticas culturais distintas das práticas dos lugares visitados. Daí surgem contradições entre essas territorialidades impostas pelo turismo e o lugar. Essas contradições são encontradas recorrentemente nos municípios que fazem parte do pólo de ecoturismo do Estado do Amazonas.

Em São Gabriel da Cachoeira, um dos municípios que possuem potencial para o ecoturismo em comunidade indígena, o fluxo principal de turistas é para o Parque Nacional do Pico da Neblina ou para os roteiros de passeios fluviais para apreciar as belezas locais. A cultura indígena é sub-valorizada e os atrativos turísticos não foram organizados para envolver os turistas nas dinâmicas locais; muitos desses turistas nem mesmo são informados de que se trata de um município indígena. Há uma predisposição por parte das comunidades indígenas em participar desse processo, pois acreditam no potencial de alternativa de renda da atividade. Entretanto, a despeito da pouca informação que as comunidades têm a respeito do ecoturismo, elas estão pouco representadas no conselho de turismo do município. (FARIA, 2005).

Faria (op. cit.) comenta a inserção da população local do município de São Gabriel da Cachoeira no processo de turistificação do lugar, alertando que, um melhor esclarecimento sobre o ecoturismo e seus impactos e de como a população pode ser inserida na atividade, é importante “a fim de se evitar a criação de expectativas, sem possibilidade de concretização, para que não haja frustração, desinteresse e descrédito por parte da comunidade envolvida.” (Idem, p.68).

Barcelos, outro município do pólo que possui áreas de comunidades indígenas, também vive esse conflito da territorialidade causado pelo turismo. A comunidade tem procurado se organizar por meio de associações de bairros, agricultores e pescadores, e considera o ecoturismo como uma grande oportunidade de

desenvolvimento para o município e a solução de alguns problemas, como a manutenção do homem no campo, visto que um terço dos habitantes do município vivem na área rural. Além disso, esse município tem demonstrado preocupação com a capacitação da população para os serviços e com a ampliação de infra-estrutura, relacionados ao ecoturismo. Entretanto, o fluxo turístico para a cidade se concentra em um hotel de selva que lá existe e o turista permanece pouco tempo na sede do município, em contato com a comunidade.

Um fato de fundamental importância foi exposto com preocupação pelas principais lideranças, qual seja, a pequena circulação e permanência do turista na sede do município em virtude do tipo de turismo praticado pelo hotel de selva que não poderíamos classificá-lo como turismo ecológico e nem como ecoturismo, pois não existe a preocupação com a conservação do meio ambiente e nem o envolvimento da comunidade. Ao contrário, o que existe é a segregação da população local, porque o turista ao chegar ao aeroporto, segue imediatamente para o porto, e em seguida vai de barco para o hotel. O percurso de volta é o mesmo. Sequer chega a conhecer a cidade. Dessa forma não gera recursos para a cidade e não traz os benefícios que a atividade turística deve trazer para os locais onde o ecoturismo é praticado. (FARIA, 2005, p. 68)

Nesse aspecto, o hotel de selva deixa de ser um equipamento turístico facilitador para o desenvolvimento do ecoturismo e passa a representar um entrave para que a atividade produza seus benefícios. O turista circula somente nos roteiros já estabelecidos pelos guias, em territórios desvinculados do traço cultural e social local, tendo uma percepção descontextualizada da natureza, percebendo apenas a versão exótica dos lugares.

Lobato Neto (1999) apresenta resultados de uma pesquisa que realizou em quatro empreendimentos do tipo hotel de selva, localizados no Estado do Amazonas em 1997. Os resultados indicam que, apesar de a mão de obra empregada nesses hotéis ser da região, a maioria dessas pessoas vem de Manaus, restando para as localidades onde o empreendimento está instalado, apenas as funções menos qualificadas. Outro resultado interessante é que os empresários reconhecem que as pessoas da comunidade local não estão adaptadas às exigências do trabalho em um hotel, parte por falta de qualificação, parte por questões culturais, pois a atividade difere totalmente das atividades tradicionais dessas populações. Quanto ao público que frequenta esses meios de hospedagem, a pesquisa mostrou que a grande maioria é de turistas internacionais (80 a 90% do total).

Dados de uma pesquisa da Empresa Amazonense de Turismo – EMAMTUR, que dimensiona os efeitos positivos dos hotéis de selva perante a comunidade local, indicam como benefícios a criação de novos empregos, aquisição de produtos locais pelos hotéis, entre outros (FIGUEIREDO, 1999). Entretanto, não foi realizada uma análise desses efeitos, sob ponto de vista cultural. Há que se considerar que, além dos aspectos ambientais, a comunidade pode ser prejudicada com a dependência econômica se o ecoturismo passar a constituir a única atividade existente. Esse fato pode causar a decadência do local quando a demanda diminui. Também pode ocorrer a transformação sociocultural, paralela ao aumento da atividade e a transformação da cultura tradicional (festas populares e artesanato) em produto, banalizando-a e descaracterizando-a.

A situação ideal seria aquela em que o turista não é apenas um contemplador, mas antes, se envolve no cotidiano do lugar, nas manifestações culturais, no estilo de vida das pessoas. Assim, o trânsito do turista não fica restrito à delimitação de pequenas áreas onde se desenvolvem as atividades turísticas, compondo o território turístico como “bolhas de confinamento”.

Há uma circunferência de espaço, do âmbito, dos limites do turista. Tornando-se um lugar vigiado, consentido, programado, decorado de acordo com os interesses dos donos do empreendimento turístico, onde todos devem ter o mesmo patamar cultural e social: troca só com os semelhantes, onde a impossibilidade de trânsito social é gritante, podendo a liberdade do turista de fazer o que realmente gostaria, obrigando-o a remeter-se ao padrão de onde ele está (o microcosmo). Às vezes os mesmos não têm acesso a todas as formas de cultura das áreas onde visitam (suas manifestações de diferentes características); estes impedimentos se verificam pelo confinamento restrito a espaços geográficos delimitados. A cultura de um povo não está inscrita em uma territorialidade, mas transcende a mesma. Ela na realidade está inscrita em uma territorialidade, e as paisagens são muito mais do que as existentes nos confinamentos. Como a tendência atual é a ocupação imediatista e um turismo fugaz, não se incentiva uma observação mais aprofundada do cotidiano das pessoas comuns, no desfrutar dos bons momentos da vida com todo significado de vida impregnado de emoções simples. A relação que pode ser feita do Confinamento Territorial do Turismo com os “Hotéis de Selva”, conforme já verificado anteriormente, parte do pressuposto de que estes limitam os turistas a observarem somente superficialmente os recursos tanto naturais quanto culturais do seu entorno. Como já foi visto, estes são uma finalidade em si mesmos, não um ponto de apoio ao turismo, confinando territorialmente os turistas que são obrigados a observar somente o que interessa aos empreendedores, limitando seu movimento sem uma participação efetiva nas comunidades nativas. (FARIA, 2001, p.121-122)



Faz-se importante retomar que os hotéis de selva, na relação e no uso que desenvolvem com o espaço, constituem territórios cujo contexto social é de uma outra realidade, na maioria das vezes, a realidade social de outro país com outra língua. Sobre a implantação dessas infra-estruturas turísticas, principalmente em áreas de ecossistemas naturais, ainda preservados, e onde as populações apresentam condições de vida precárias, suficientes apenas à subsistência, Luchiari (2001, p.20) versa que

[...] sua implantação rouba do lugar parcelas de seu território, para construir ali um conteúdo social estrangeiro. É o turismo dos hotéis internacionais, estilo 'Méditerranée' ou dos Hotéis de Selva, os lodges. Salvo exceções, este tipo de infra-estrutura turística não é acessível para o mercado interno, não melhora as condições de vida da população local e não se comunica com o lugar.

Figueiredo (1999, p.75), de modo similar, critica o tipo de ecoturismo desenvolvido no Estado do Amazonas, pelos hotéis de selva:

[...] é um turismo internacional voltado a turistas estrangeiros onde a grande maioria da infra-estrutura turística, seja equipamentos turísticos ou de apoio, pertencem às oligarquias políticas regionais e a empresários/corporações estrangeiras, que visam o lucro imediato e o acúmulo de capital, considerando sempre as populações tradicionais como mão-de-obra barata, excluindo-as de todo e qualquer processo de planejamento e/ou gestão das atividades turísticas. Esse tipo de ecoturismo voltado ao mercado internacional e excludente impera na Amazônia e na maioria dos municípios que compõem o pólo de ecoturismo do Estado do Amazonas.

Essa afirmação de Figueiredo é facilmente confirmada quando se observa a instalação crescente de redes hoteleiras internacionais operando no Amazonas. Há previsão, por exemplo, da abertura de um hotel da rede Hilton no município de Novo Airão/AM, com 196 unidades habitacionais, que se chamará Hilton Amazon Ecolodge (VIALLI, 2004). A previsão inicial era de que o hotel seria inaugurado no segundo semestre de 2005, porém, ao que consta, essa previsão não se concretizou. A estimativa dos investidores é que a partir do terceiro ano, o empreendimento poderá trabalhar com uma rentabilidade de 30% ao ano. O projeto contempla algumas ações para minimizar o impacto de suas atividades e a geração de empregos para a população local, mas parece conveniente afirmar que esse tipo de empreendimento nada tem a ver com as diretrizes do ecoturismo que ditam que o ecoturismo deve ser uma atividade que gere benefícios *a priori* para as comunidades locais, o que é diferente de torná-las secundárias no processo.

Parece conveniente afirmar que, de maneira geral, a esperada melhoria na qualidade de vida das populações nativas, proporcionada pelos hotéis de selva, resume-se na geração de oferta de empregos como vigilantes, barqueiros, guias, pedreiros etc, sem qualquer apoio à manutenção das ocupações tradicionais ou preocupação com as mudanças que poderão ocorrer na sociedade local e na natureza.

Há também limitações no envolvimento das comunidades locais no tocante à gestão de negócios ecoturísticos devido ao despreparo profissional. Nesse sentido, as ONGs ambientalistas e as iniciativas pública e privada podem atuar unidas num esforço conjunto de capacitar adequadamente os envolvidos.

O turista, por sua vez, estimulado pela tendência “eco” e por uma visão mais crítica da degradação ambiental, sente necessidade de buscar ambientes menos urbanizados e volta-se para a natureza. Entretanto, essa busca e a valorização do contato com a natureza vulgarmente ocorre sob efeito de um comportamento consumista, com o olhar do consumismo, que está arraigado na sociedade moderna, sem viver ou compartilhar o lugar, estabelecendo uma leitura artificial do mesmo e reproduzindo situações sociais excludentes.

Luchiari (2001, p. 20) propõe que,

Esse tipo de infra-estrutura turística só pode ser aceita pelo lugar, cidade ou município se tal empreendimento prever uma contrapartida para a revalorização do lugar e de seu patrimônio sócio-ambiental, tais como: extensão de infra-estrutura, de serviços, inclusão e capacitação da população local como força de trabalho, valorização dos bens culturais locais, recuperação de áreas degradadas, tratamento adequado na destinação de resíduos (lixo e esgoto) etc. Não é justo, nem ético, que as nossas populações locais sejam varridas de suas territorialidades para dar lugar a formas-conteúdo exógenas, que vão tomando de assalto extensas áreas, transformando a natureza em um bem de acesso seletivo, e excluindo as populações autóctones da nova organização socioespacial.

Em última análise, pode-se concluir que a diversidade cultural e ambiental não tem garantido às comunidades caboclas, ribeirinhas e indígenas do Amazonas a melhoria da qualidade de vida. As privações de diferentes tipos (educação, alimento, saúde) por que passam essas comunidades precisam do apoio de novas tecnologias sociais e econômicas para serem superadas. Nesse sentido, o ecoturismo pode representar uma alternativa econômica capaz de gerar benefícios, como a valorização cultural da comunidade envolvida e o hotel de selva pode facilitar esse

processo. Entretanto, as dificuldades que necessitam ser superadas estão relacionadas, antes de tudo, a essa forma de apropriação da natureza, que reflete as relações sociais de dominação e de exclusão.

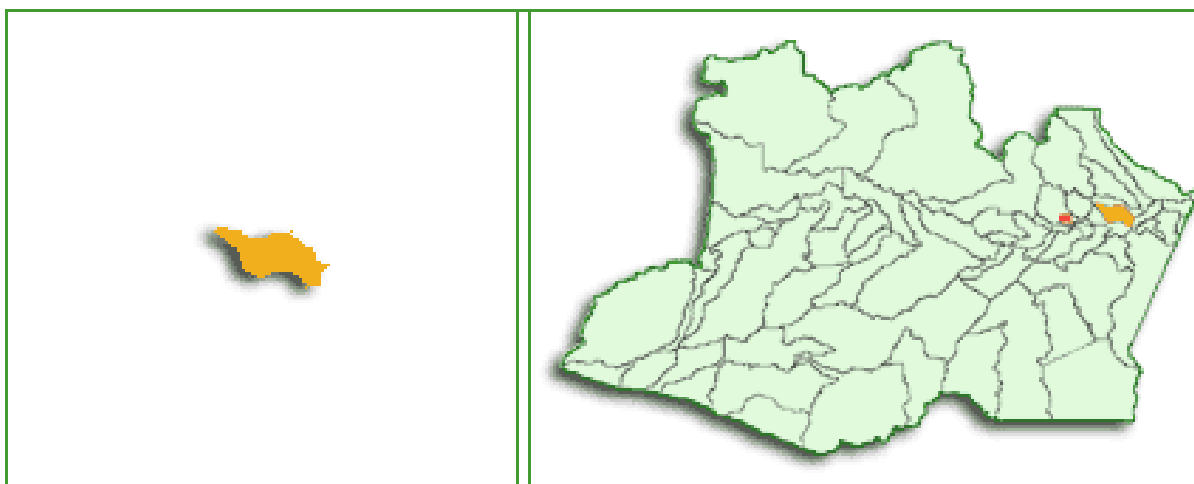
A bibliografia apresenta o ecoturismo como uma atividade que pode não causar impactos, quando na verdade eles sempre existirão, na forma de modificações no lugar. Que fique claro que não se é contra o desenvolvimento do turismo, nem se está subestimando o seu peso como atividade, pois isso é fato inquestionável. O que se questiona são os processos e a forma como a atividade vem sendo desenvolvida.

Em suma, fica a noção de que o ecoturismo não deve ser considerado como solução incontestável para todos as localidades naturais com problemas ambientais, pois essa atividade sempre terá potencial de causar impactos negativos nesses locais, tanto no tocante ao ambiente natural, como ao tecido social e aos valores culturais.

## Capítulo 4 – Silves: Compreendendo o Lugar por meio da Observação das Relações

Silves é um município localizado no estado do Amazonas, em uma região de lagos, no médio Amazonas, a 283 km de Manaus, por via fluvial. Sua área territorial é de 3.671 Km<sup>2</sup> e, segundo dados do IBGE<sup>3</sup>, a população estimada do município em 2004 foi de 8.771 habitantes. Limita-se com três municípios: Itapiranga, Urucurituba e Itacoatiara (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do Estado do Amazonas com indicação de Silves



Fonte: [http://www.manausonline.com/municipios\\_detalha.asp?id\\_mun=55](http://www.manausonline.com/municipios_detalha.asp?id_mun=55), acesso em 29 ago. 2004.

A ilha de Silves, sede do município, está cercada pelas águas do Rio Urubu e do Lago Saracá e encontra-se a 60 metros acima do nível do mar. O acesso à cidade se dá pela rodovia AM 010 ou pelo rio. Entretanto, a situação da rodovia é bem precária, ficando praticamente intransitável durante alguns meses do ano.

Saindo de Manaus, há um transporte público fluvial diário via Itacoatiara ou Itapiranga, de acordo com a época do ano; já que no período de cheia é possível utilizar-se de um caminho alternativo, conhecido como “Furo do Liberato” (Figura 2), que facilita a navegação de Itacoatiara a Silves, sem a necessidade de ir até Itapiranga. Vale salientar que nesse percurso de Manaus a Silves é preciso trocar

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

de barco de duas a três vezes, com intervalo de três a cinco horas entre a chegada de um barco e a saída do outro, dependendo da época do ano. As condições do transporte fluvial são deficientes, por vezes chegando a quebrar durante o trajeto; bem como os portos para embarque e desembarque de passageiros e cargas apresentam estrutura precária (Figura 3). Assim, leva-se praticamente metade de um dia no deslocamento. O mesmo ocorre no trajeto Silves / Manaus, com a opção de seguir de ônibus intermunicipal a partir de Itacoatiara.



Figura 2 – Furo do Liberato.  
Autor: SANSOLO, Davis. (2003)



Figura 3 – Porto de Silves.  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)

A economia do município baseia-se no setor primário, tendo na pecuária seu principal esteio, traduzido na criação de bovinos e suínos. A agricultura, por sua vez, representada principalmente pelo cultivo da mandioca, tem peso relativo na economia. Há ainda algumas culturas permanentes de menor expressão, como abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo, juta, milho, banana, cacau, cupuaçu, entre outras. A pesca é desenvolvida de forma artesanal, para consumo familiar. (BIBLIOTECA..., 2005). A atividade turística não é citada nas fontes oficiais como atividade de peso na economia local, entretanto percebe-se que há um fluxo de turistas que visitam o município em decorrência da existência dos hotéis de selva. É possível que no futuro haja um incremento desse fluxo turístico, porém, devido à natureza do turismo ecológico praticado na região, presume-se que esse crescimento deva ser controlado.

Sobre os aspectos geomorfológicos da região, Sansolo (2004, p. 9) versa que:

Considerando o geossistema em questão podemos descrevê-lo da seguinte maneira: formado por terraços aluvionários, cobertos de florestas de terra firme, solos hidromórficos, cobertos de mata de igapó e diques fluviais que formam lagos e várzeas. As comunidades se relacionam como esse ambiente por meio de uma cultura forjada com o conhecimento indígena e europeu, que até a década de sessenta possuía um padrão de ocupação baseado no binômio floresta/rios e modificada com a introdução da rodovia que liga Manaus a Itacoatiara, cujo padrão interferiu na organização espacial definido hoje pela relação rio/várzea/floresta/rodovia.

A maioria da população do município vive na zona rural, ao longo das margens dos rios e nas 26 comunidades existentes. No meio urbano, a população está distribuída em quatro bairros. (FARIA, 2005)

O clima da região é quente e úmido, destacando-se duas estações distintas: inverno e verão. O inverno, que ocorre nos meses de janeiro a junho, é marcado por chuvas; já o verão, é marcado pelo calor intenso e a precipitação pluviométrica é bem menor que nos outros meses (RIBEIRO, 1991). Pode-se dizer que a floresta passa, aproximadamente, seis meses do ano alagada e seis meses com pouquíssima chuva, quando alguns lagos chegam a secar e é possível ver o solo dos rios rachado (Figuras 4 e 5). O alto índice de pluviosidade, influenciando no regime dos rios tem conseqüências na reprodução dos peixes. Toda a vida na Amazônia se baseia no regime de cheia e seca dos rios. O regime de chuva na Amazônia é

resultado da interação da floresta com a atmosfera e, portanto, o equilíbrio hídrico e da temperatura dependem dessa interação (RIBEIRO, 1992).



Figura 4 – Várzea alagada  
Autor: SAN SOLO, Davis. (2003)



Figura 5 – Várzea seca  
Autor: SAN SOLO, Davis. (2003)

#### 4.1 Breve descrição sobre Silves

A história do povoamento de Silves inicia-se com a fundação da Missão do Saracá<sup>4</sup>, em 1660 (RIBEIRO, 1991). Naquele tempo, a Aldeia de Saracá era uma pequena Missão jesuítica de índios, concentrando as famílias Barururus, Caboquenas e Guanavenas. A partir de 1663, ocorreu uma série de conflitos sangrentos entre os colonizadores portugueses e os indígenas, que, segundo Ribeiro (op. cit), dizimou a maior parte das nações indígenas da região. Entretanto, como a história é contada pelos vencedores e não pelos vencidos, a visão desses fatos, por parte de alguns autores, é muitas vezes incompleta e veio influenciar a idéia que alguns amazonenses têm, a respeito de sua própria cultura:

Soam dolorosamente aos nossos ouvidos os termos com os quais Berredo se refere aos indígenas: “abortos da racionalidade”, “bárbaros”, “traidores”, “brutos”.

É importante registrar na memória esse fato, para compreendermos mais tarde por que não só os silvenses, mas a maioria dos amazonenses rejeitam ou não reconhecem suas raízes indígenas.

O povo de Silves se orgulha de suas origens portuguesas e renega as indígenas.

Hoje, em Silves, há um hotel de luxo para turistas chamado “Pousada dos Guanavenas”. Realmente, nessa região do rio Urubu, os cadáveres dos Guanavenas repousam abatidos pela ambição dos poderosos do tempo, quando defendiam seu direito à terra e à liberdade. (RIBEIRO, 1991, p. 19)

Em 1759, o povoado denominado Sant’Ana de Saracá foi elevado à categoria de vila, recebendo o nome de Silves e se tornando sede do município de mesmo nome (BIBLIOTECA..., 2005). O governo do Marquês de Pombal instituiu a substituição dos nomes indígenas de várias localidades brasileiras. Cabe ressaltar que a era Pombalina trouxe modificações na política colonial de Portugal na região amazônica. Naquele tempo havia uma disputa entre Portugal e Espanha pelos limites de suas possessões na América e algumas medidas tomadas por Pombal visavam garantir a delimitação das fronteiras por meio da ocupação do território amazônico. Dentre as medidas decretadas, havia incentivo ao casamento de colonos com mulheres indígenas, oferecendo premiações, e um conjunto de leis chamado *diretórios de índios* que afetou diretamente a população indígena, pois, entre outras coisas, proibiu o uso da língua nativa, tornando o ensino do português obrigatório nas escolas. Foi também nesse diretório que ficou determinado que as

---

<sup>4</sup> Nome de uma formiga bastante comum na região, que também deu nome ao lago Saracá (RIBEIRO, 1991).



aldeias seriam transformadas em vilas e receberiam nomes portugueses (RIBEIRO, 1992).

Em 1833, entretanto, Silves perdia a categoria de vila, ficando extinto o município até 1852, quando foi restabelecido. Desde então, passou a haver uma espécie de disputa entre os povoados de Silves e Itapiranga, pois ambos formavam a mesma unidade administrativa, com a sede desses municípios se alternando, entre as duas cidades durante algum tempo. Dessa forma, em 1922, a povoação de Itapiranga foi elevada à categoria de vila e a sede do município de Silves foi transferida para lá (RIBEIRO, 1991). A transferência de sede fez com que muitos silvenses protestassem, pois Itapiranga era um povoado mais recente que Silves e menos desenvolvido. “Muitas vezes, em poucos anos, Silves sofreu transferências de sede, anexações a outros municípios, perda de autonomia. Os silvenses nunca se conformaram e lutaram por reaver sua autonomia e reafirmar sua identidade de vila.” (RIBEIRO, 1991, p.21). Poucos anos depois, em 1925, um decreto restabeleceu a sede do município a Silves. Entretanto, em 1930, o município foi anexado ao de Itacoatiara.

Em 14 de janeiro de 1931, Silves e seus habitantes sofreram um rude golpe, tendo sido transferida novamente para Itapiranga a sede do antigo e tradicional município, ficando este como simples povoado subordinado a Itapiranga. Foi para ali também transferido o arquivo da prefeitura e da câmara municipal, com documentos muito importantes sobre a vida política e administrativa do antigo município. O povo silvense ficou revoltado e criou-se uma grande rivalidade entre o povo dos dois municípios, rivalidade que vem sendo superada aos poucos, mas que ainda persiste. A superação vem sendo tentada com a união dos municípios na luta comum em defesa do peixe, com trocas de visitas principalmente de grupos de jovens etc. (id., ibid., p.22)

Em 1935, o município de Silves foi restabelecido, mas a sede continuou em Itapiranga. Em 1938, o município passou a se chamar Itapiranga, bem como sua sede, a Vila de Itapiranga, que nesse mesmo ano foi elevada à categoria de cidade. No mesmo ano, o município passou a ser constituído, administrativamente, em dois distritos: o de Itapiranga e o de Silves. (BIBLIOTECA..., 2005).

Em 1956, os dois municípios se separaram como autônomos, por meio de uma lei estadual e Silves voltou a ser sede do município.

Outro fato marcante, é que, em 1981, o município de Silves perdeu partes de seu território para beneficiar novos municípios, de pequeno porte. Tais municípios

foram Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo (BIBLIOTECA, 2005). O território de Silves foi quase reduzido à metade.

Diante do exposto, há de se considerar que todos esses anos de perda de autonomia dificultaram o desenvolvimento do município no que diz respeito a investimentos em infra-estrutura, educação, moradia e saúde, principalmente.

Segundo Ribeiro (1991), durante sua permanência no município, há 20 anos, a alimentação era um dos quesitos mais prejudicados:

A alimentação no município é pouco variada: a principal é o peixe e a farinha de mandioca. Come-se também carne de caça e, na cidade, alguma carne de gado.

As verduras são raras e o povo não tem o costume de comê-las nem de plantá-las. Aliás, com seis meses de chuva e seis meses de verão ardente não é fácil cultivá-las.

Na cidade de Silves, um dos grandes problemas é a alimentação. Quando o pescado não é suficiente, o que é freqüente no tempo da cheia, ocasião em que o peixe se espalha e é difícil pescá-lo, vê-se o absurdo de a população mais pobre, que não pode comprar carne de gado, recorrer a sardinhas ou carnes enlatadas que, produzidas no sul, chegam a Silves por um preço muito alto. Mas com uma lata de sardinha misturada com muita farinha, a família inteira se alimenta.

As frutas são mais abundantes, mas mesmo essas nem sempre são encontradas para comprar. (RIBEIRO, 1991, p. 31)

Durante a estada da autora em Silves, passou a existir uma feira, aos sábados, com apoio da prefeitura, para que os lavradores das comunidades pudessem vender seus produtos e para que os trabalhadores da cidade pudessem se beneficiar com os preços mais baixos. A feira permanece até os dias atuais. Também nessa época, Ribeiro (1991) cita que o acesso a Silves era realizado apenas por um barco a motor que fazia, pelo rio Amazonas, o percurso Silves – Itacoatiara – Silves. Além disso, o barco, já velho, só saía uma vez por semana e os que necessitassem se deslocar a Itacoatiara nos demais dias precisava esperar que algum barco de comerciante, que fosse sair naquele dia, se dispusesse a transportá-los.

O atendimento de saúde, por sua vez, é desempenhado por uma Unidade Mista de Atendimento, com 13 leitos, que dispõe de atendimento hospitalar, ambulatorial e primeiros socorros (BIBLIOTECA..., 2005). A unidade presta atendimento desde 1972 (RIBEIRO, 1991). Os casos mais graves são encaminhados para as cidades próximas, como Itacoatiara, ou mesmo para a capital do estado. Na época da cheia, inclusive, é comum o aumento do número de doenças. Se, para os habitantes da cidade esse serviço público é, por vezes, deficiente, o que dizer da situação dos habitantes das comunidades ribeirinhas, que,

muitas vezes sem dispor de recursos na comunidade, precisam se deslocar até a cidade para os tratamentos de saúde.

Na área de educação, a Secretaria de Educação mantém duas escolas de ensino pré-escolar, básico e fundamental e a prefeitura, duas escolas com ensino pré-escolar (BIBLIOTECA..., 2005). Além disso, a prefeitura também disponibiliza transporte de barco para levar as crianças das áreas de várzea até as escolas.

Em pesquisa de campo, observou-se que algumas comunidades, possuem, em sua sede, posto de saúde e unidade de ensino pré-escolar e básico (Figura 6). De acordo com Ribeiro (1991), a maioria dessas escolas foi construída com recursos das comunidades, algumas vezes com ajuda da prefeitura.



Figura 6 – Comunidade ribeirinha<sup>5</sup>  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)

É conveniente, nesse momento, fazer alusão à organização comunitária na região de Silves. Por volta de 1960 (op. cit.), alguns movimentos da igreja católica questionavam a atuação dessa junto ao povo, diante de uma realidade em que estruturas que se perpetuam na história ocasionam a situação de pobreza em que vive a maioria da população. O Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965, contribuiu para

---

<sup>5</sup> As construções na parte frontal da comunidade são (da esquerda para direita): o local para reuniões e festas, o posto de saúde, a igreja e a escola.

uma visão da igreja mais voltada para o atendimento das necessidades do povo. Os questionamentos fizeram com que surgisse uma nova ordem, da qual se originaram as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, num esforço de aproximar a igreja das populações mais pobres. Azevedo (apud RIBEIRO, 1991) conclui que, a respeito desse novo posicionamento, a igreja chegou a uma dupla constatação que a surpreendeu:

A primeira, de quanto ela própria foi e é parte dessa mesma organização social, na qual a injustiça estabelecida se faz agente gerador de pobreza e opressão. A segunda, a de quanto ela própria contribuiu e, sob vários aspectos, continua a contribuir, por seus membros, seus métodos e instituições, para a manutenção e reprodução de tal situação. (AZEVEDO apud RIBEIRO, 1991, p. 114).

Em 1962, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) publicou o “Plano de Emergência” que valorizava as comunidades naturais, permitindo que o povo celebrasse cultos nos lugares onde não houvesse padre.

Em Silves, o movimento das CEBs foi o ponto inicial para a organização comunitária. Lá, como em quase todo interior do Amazonas, há menos aglomerações de populações. É comum serem vistas residências espalhadas nas margens dos rios e lagos, distantes umas das outras (Figuras 7 e 8). Essas populações, por sua vez, se reuniam quase que somente nas ocasiões de festas de padroeiros que ocorrem nas cidades (RIBEIRO, 1991). O intuito da igreja católica era o de reunir essas populações ribeirinhas para organizar a celebração do culto. Assim, os padres começaram a percorrer as casas das populações ribeirinhas convidando-os para as reuniões. A população reagiu positivamente, porém, como a passagem de padres era esporádica, depois de algum tempo os padres e o próprio povo passaram a escolher entre eles pessoas para serem catequizadas para dar continuidade às atividades da igreja. Das celebrações, resultou a construção de locais para encontro que, mais tarde, seriam os primeiros centros comunitários. Além disso, esses encontros também aumentaram a consciência coletiva da necessidade de escolas e postos de saúde o que culminou com a organização de lideranças e a constituição política das primeiras comunidades (idem).

Entretanto, nem todas as comunidades nasceram dessa maneira. Das primeiras que foram incentivadas pela igreja, começaram a surgir outras, algumas vezes por necessidades em comum (escola, melhoria de vida, construção de capela etc), outras vezes por dissidências entre líderes (ibidem).



Figura 7 – Casa na zona rural, população ribeirinha.  
Autor: SAN SOLO, Davis. (2003)



Figura 8 – Casa população ribeirinha.  
Autor: SAN SOLO, Davis. (2003)

Segundo Ribeiro (1992), o padrão de ocupação ribeirinha predominante na Amazônia tem sido de fundamental importância para a manutenção do ecossistema de várzea. A pesca para autoconsumo, combinada com agricultura de subsistência são as principais atividades desenvolvidas pelos ribeirinhos. Assim, a baixa

densidade demográfica, aliada a atividades de subsistência, não causa grandes modificações no ecossistema que se mantém em equilíbrio.

Sansolo (2004, p. 23) apresenta uma interessante descrição das comunidades em Silves:

É importante ressaltar que o significado de comunidade na região é muito peculiar. Trata-se de um território comum a um grupo determinado de famílias que habitam nas proximidades de uma determinada localidade, onde estão alocadas algumas estruturas de uso comum, como escolas municipais, postos de saúde, templos religiosos (a maioria capelas ou igrejas católicas), caixa d'água, sede comunitária onde se realizam reuniões e festividades. Em alguns desses territórios, devido ao investimento público em infra-estrutura básica, as famílias estão se mudando de suas áreas, onde trabalham para esses territórios comuns. Em outras comunidades existem algumas habitações que servem para habitação somente nos finais de semana, quando ocorrem as reuniões e cultos religiosos e, portanto o território da comunidade fica vazio ou praticamente vazio durante a semana, com exceção das escolas e eventualmente o posto de saúde.

É interessante destacar que quase todas as comunidades da região de Silves levam nome de santos, acompanhados do nome do rio ou lago onde se localizam. Isso ocorre devido à forma de organização das comunidades a partir do movimento das Comunidades Eclesiais de Base, conforme explicado anteriormente cujas sedes geralmente surgiam com a construção de uma igreja dedicada a um santo, que depois denominaria a própria comunidade. Segundo Ribeiro (op. cit.), no princípio nem todos participavam da comunidade, fosse por falta de conscientização, indiferença, ou por acharem que viviam melhor sozinhos, fosse por medo, no caso dos que tinham mais recursos financeiros, para não dividi-los com os outros comunitários. É importante ressaltar que o crescimento das comunidades incomodou o poder vigente:

[...] à medida que elas agrupavam mais gente e aumentavam as reivindicações, os poderes constituídos, o governo, começaram a tomar consciência de que as comunidades eram uma realidade nova: algo estava acontecendo no meio do povo.

Passaram a acusá-las de "comunismo", mas as comunidades continuavam a crescer, a aumentar em número e a melhorar sua organização, tornando-se força social e política.

Então as prefeituras passaram a reivindicar seus "direitos" sobre as comunidades, chegando alguns prefeitos a criar estatutos como forma de controlá-las. (RIBEIRO, 1991, P. 119)

Algumas prefeituras tentaram, até mesmo, cooptar as lideranças da comunidade, procurando manter a dominação (op. cit.). Convém observar que a organização comunitária se constitui na busca de uma estrutura menos desigual,

mais tolerável, com maior satisfação social, num processo mais democrático, porém as lideranças continuam existindo. Mesmo na organização comunitária existe uma forma de poder. Há uma diretoria, composta por um presidente e seus membros representativos, para deliberar sobre os assuntos de interesse da comunidade. Por outro lado, a consulta à comunidade, em decisões importantes, ocorre como um modo de evitar que somente um pequeno grupo decida por todos.

Atualmente, as comunidades menores são constituídas por cerca de 20 famílias, enquanto que as maiores como a comunidade São João e a comunidade São José da Enseada contam, na sua composição, com 90 e 74 famílias, respectivamente.

Durante alguns anos, apesar de as comunidades da região de Silves possuírem problemas em comum, não havia um meio que as reunisse para promover a comunicação entre elas e a discussão das questões comuns; não aconteciam encontros para achar soluções em conjunto. Essa reunião de interesses veio a acontecer, a partir da década de 1980, motivada pela necessidade de defesa do peixe.

O município, que sempre teve seus lagos e rios bem abastecidos de pescado, sofreu quando, por volta de 1968 (RIBEIRO, 1991), deu-se o início da pesca predatória com a entrada de barcos pesqueiros. Os peixes começaram a diminuir aos poucos e, por isso, a população não percebeu de imediato o dano que estava sendo causado. Além disso, tais barcos utilizavam técnicas proibidas de pesca que sacrificava também os peixes pequenos.

Muitas vezes, os barcos já estavam com as caixas de gelo cheias de peixes, quando encontravam cardumes de peixes de maior valor comercial; os já pescados eram jogados no rio ou enterrados nas beiras, poluindo as águas e servindo de alimento aos urubus; e o barco era abastecido novamente. (RIBEIRO, 1991, p. 138)

Vale salientar que o peixe é um dos principais alimentos consumidos pelas populações mais pobres da região, que fazem da lavoura ou da pesca o seu modo de subsistência. Além disso, há também outros fatores que levaram a uma dependência maior do peixe por parte dos ribeirinhos. Um desses fatores foram as facilidades oferecidas para o cultivo da juta que fizeram com que muitas famílias abandonassem a plantação de alimentos.

Os representantes das comunidades começaram a se reunir por volta de 1981 para combater a invasão dos lagos (op. cit.). Em 1982, um decreto proibiu a pesca

comercial em alguns pontos do município. Nesse ano, também ocorreu um encontro de líderes das comunidades, que foi o marco da intensificação do movimento comunitário em defesa dos rios e dos lagos de Silves.

Alguns anos depois, o movimento ganhou força, mobilizando órgãos do governo, como o Ministério do Meio Ambiente e conquistando o apoio de instituições estrangeiras, como a ONG italiana Movimento Leigo da América Latina (MLAL), que iniciou seus trabalhos na região por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), monitorando experiências de preservação comunitária, passou a trabalhar pela articulação social do ribeirão em relação à problemática da escassez da pesca (informação verbal)<sup>6</sup>. Além disso, o movimento impulsionou o desenvolvimento de estruturas paralelas de apoio, como a Associação Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e a Pousada Aldeia dos Lagos.

Sansolo (2004) afirma que a ASPAC, por ter sido fundada por alguns membros da pastoral da terra, militantes na questão das lideranças comunitárias, herdou seus ideais, mas sua luta está inserida em um contexto além do local:

A Amazônia torna-se um dos espaços privilegiados na nova ordem mundial, isto é, é destinada à preservação pelo grupo dos sete países mais ricos do planeta e as organizações não governamentais locais e internacionais, tornam-se os mediadores da conexão entre o local e o global assumindo um papel de dar novos conteúdos, novos significados à paisagem, fruto das dinâmicas naturais, sociais e culturais. Significados agora que venham a atender os interesses de diversos atores sociais em diversas escalas. Na escala local a natureza deixa de ser somente recurso de sobrevivência para tornar-se também um instrumento de negociação política. Para o Estado, a natureza local passou de valor econômico representado pelo subsolo, para reserva de recursos naturais e instrumento de captação de recursos internacionais representada pelas unidades de conservação. Para as organizações não governamentais, a natureza possui uma série de significados associados às idéias conservacionistas. Algumas mais preservacionistas, outras em busca de novos modelos de desenvolvimento econômico associados à conservação [...].(SANSOLO, 2004, p.12)

Para melhor compreensão da atuação da ASPAC, torna-se necessário saber que essa associação é uma organização não governamental, criada em 1983, para combater a exploração comercial da pesca na região e conseguir recursos para a manutenção do meio ambiente. O objetivo era o de “[...] desenvolver junto às comunidades ribeirinhas ações de conservação ambiental no âmbito do Município de

---

<sup>6</sup> Informação fornecida por uma entrevistada, missionária leiga da ONG Italiana MLAL, que atua desde 1989 na região, durante pesquisa de campo em Silves, em outubro de 2004.



Silves, e ajudar a definir uma política de meio ambiente, que pudesse resultar principalmente num controle do uso dos lagos da região [...]” (ASPAC, 2001).

Organizados, os moradores locais pressionaram o poder público a instituir padrões de uso dos lagos, conseguindo a aprovação de uma lei que regulamenta a proteção e manejo dos lagos. Além disso, a ASPAC iniciou um projeto de desenvolvimento comunitário do turismo na localidade, aliado ao sistema de uso dos lagos.

[...] com apoio das comunidades ribeirinhas, a Câmara de Vereadores aprovou a Lei Municipal nº 103, que proibiu por tempo indeterminado a pesca profissional no Município de Silves, a qual foi imediatamente Sancionada pelo Prefeito, assim como também dividiu os lagos em três categorias: lagos de manutenção das comunidades, lagos de procriação ou santuários e lagos livres, onde a pesca de subsistência seria permitida. A partir de então, as comunidades, o poder público municipal, o Ministério Público e ASPAC, passaram a agir numa ação conjunta para fazer se cumprir a Lei. Os lagos de Procriação tornaram-se prioridade para a ASPAC, a qual já estruturou bases de fiscalização flutuante em dois desses lagos: Lago do Purema e Piramiri, onde vem desenvolvendo pesquisa e mantendo o controle das espécies pesqueiras, quelônios, animais, pássaros e floresta de várzea. (ASPAC, 2001)

A atuação da ASPAC se dá em três componentes: conservação (pesca), ecoturismo e permacultura<sup>7</sup>. A idéia é que esses componentes tenham ligação entre si, como explicou o coordenador do componente de permacultura, já que a pesca e a agricultura, principais atividades econômicas desenvolvidas no município, utilizam recursos naturais que já se percebem escassos e, portanto, exigem ordenação do seu uso; e o ecoturismo, além de representar a possibilidade de ganhos financeiros extras, pode ter influência na questão da preservação do ambiente, já que sua prática pressupõe que as áreas naturais estejam conservadas.

Atualmente são 21 comunidades que participam dos projetos, em parceria com a ASPAC, sendo que 12 delas, desde o início do projeto. Entre essas comunidades, 8 trabalham diretamente com o ecoturismo (Tabela 1).

Os projetos desenvolvidos pela associação recebem apoio financeiro e técnico de instituições governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio do programa Pró-várzea e instituições não-governamentais nacionais e internacionais como o WWF da Áustria, a MLAL e o WWF Brasil.

---

<sup>7</sup> Tipo de agricultura sustentável, sem uso de agrotóxicos, reutilizando resíduos orgânicos para produção de adubo, por meio da compostagem.

Os flutuantes e as lanchas utilizadas pela ASPAC para fiscalização dos lagos, por exemplo, foram obtidos por meio de recursos advindos dos Programas Demonstrativos (PDA) do Ministério do Meio Ambiente, em 1999. Da mesma maneira, a estrutura de ecoturismo também foi beneficiada com a aquisição de um veículo do tipo Kombi (SANSOLO, 2004).

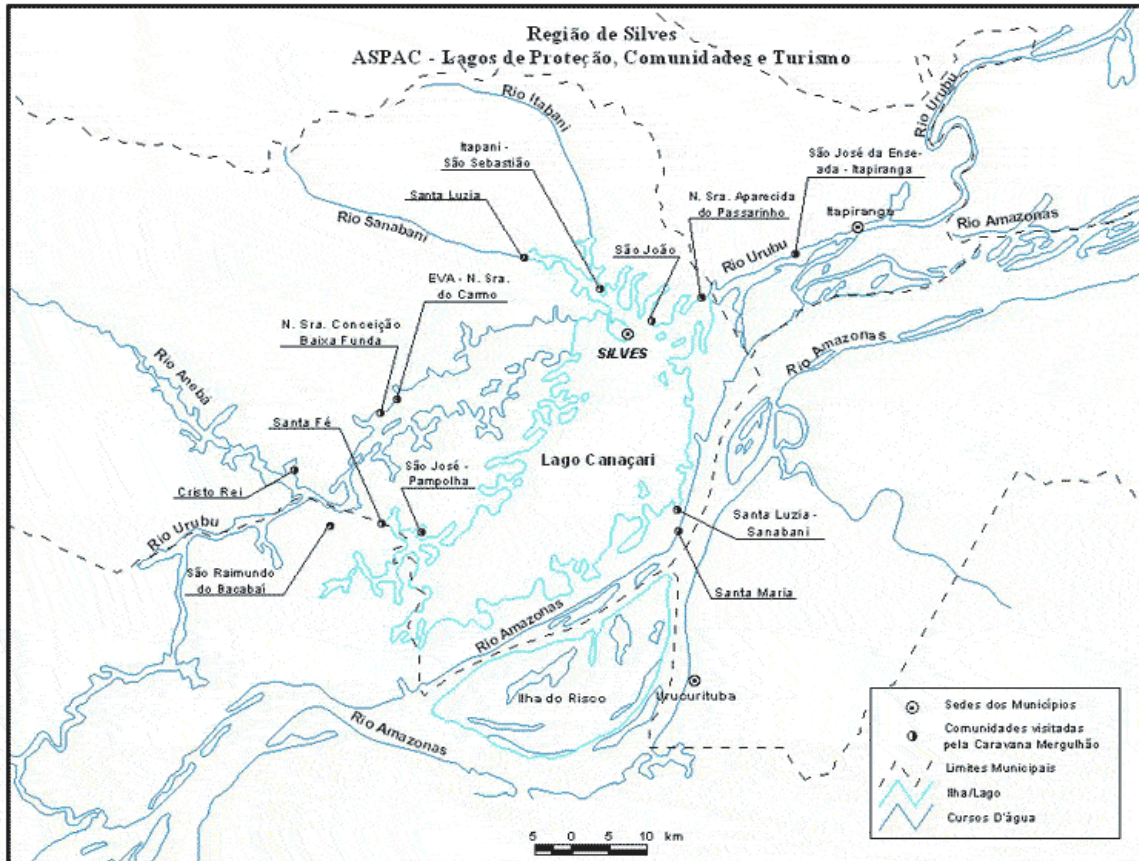
Cabe destacar que nem todas as comunidades relacionadas pertencem ao município de Silves. Assim, os projetos desenvolvidos pela ASPAC envolvem também comunidades dos municípios de Itapiranga e Itacoatiara, limítrofes do município de Silves. (Figura 9)

Tabela 1 – Comunidades envolvidas nos projetos da ASPAC.

<b>COMUNIDADES</b>	<b>COMPONENTES</b>	<b>TEMPO DE PARCERIA</b>
Cristo Rei do Anebá	Ecoturismo / Permacultura	Início do projeto
Livramento	Conservação	Recente
Santana do Anebá	Conservação	Recente
N. S. da Conceição do Anebá	Conservação	Recente
N. S. do Carmo (ex. Eva)	Conservação / Permacultura	Início do projeto
N. S. da Conceição (ex. Baixa Funda)	Ecoturismo / Permacultura	Início do projeto
N. S. das Graças (ex. Macuará)	Conservação	Recente
N. S. Nazaré (ex. Igarapé–Açu)	Conservação / Permacultura	Recente
São João	Conservação	Início do projeto
São Pedro	Conservação	Recente
São Raimundo do Bacabaí	Conservação / Permacultura	Início do projeto
Sto. Antonio do Macuarazinho	Conservação	Recente
São José do Pampolha	Ecoturismo / Permacultura / Conservação	Início do projeto
São Sebastião do Poção	Conservação	Recente
Santa Fé do Canaçari	Ecoturismo / Permacultura / Conservação	Início do projeto
Santa Luzia do Rio Amazonas	Ecoturismo / Permacultura	Início do projeto
Santa Maria do Rio Amazonas	Ecoturismo / Permacultura	Início do projeto
N. S. Aparecida do Passarinho	Conservação / Permacultura	Início do projeto
São José da Enseada	Ecoturismo / Conservação	Recente
São Sebastião do Itapani	Ecoturismo / Permacultura / conservação	Início do projeto
Santa luzia do Sanabani	Ecoturismo / Permacultura / conservação	Início do projeto

Fonte: adaptado de Nahum (2004, apud SANSOLO, 2005).

Figura 9 – Mapa das comunidades da região de Silves



Fonte: <http://www.estadao.com.br/ext/ciencia/silves/>, acesso em 29 ago. 2004.

Dentre os resultados alcançados com o projeto, estão: treinamento de turismo receptivo para a comunidade, capacitação dos produtores rurais para a atividade de permacultura, intensificação do trabalho de conservação, e implantação de um sistema comunitário de monitoramento de pesca e manejo dos lagos por meio da capacitação de agentes ambientais voluntários.

Percebe-se a participação efetiva da comunidade nos três componentes da ASPAC, entretanto ainda há necessidade de envolvimento de outros atores sociais como o poder público e empresários locais.

A idéia de participação, embora possa parecer utópica, pois “pode idealizar excessivamente as relações de poder” (DEMO, 1985, p. 151), em uma situação de organização comunitária como a de Silves, ajuda a diminuir a distância entre os que detêm o poder e os que são dominados, além de ser uma maneira de a redução da desigualdade ser forçada pelos desiguais. Demo (op. cit), também afirma que são as

idéias utópicas que mantêm a motivação de mudar, buscando alcançá-las e, “sem isso, teríamos o marasmo da rotina, o estigma da volta da dominação.” (DEMO, 1985, p.99)

Cabe retornar à descrição de Silves para comentar alguns aspectos cotidianos da cidade. Como foi dito, a sede do município está situada em uma ilha e, visando amenizar a erosão causada pelo vento e pelas águas, foi construído um muro de arrimo (Figura 10) na parte frontal da ilha. Nesse local, na época de seca, formam-se praias que se transformam no espaço de lazer da população. Aí se desenvolvem atividades como o nado e a prática de jogos.

Após o muro de arrimo (parte alta), há um calçadão e, em seguida, começam as ruas da cidade. À noite, o calçadão torna-se ponto de encontro, pois além de ser um local agradável para passeio, fica próximo à igreja e a alguns pontos de comércio. Em Silves, como é comum nas pequenas cidades, os moradores se conhecem e dificilmente não se localiza alguém dizendo apenas seu nome e alguma referência como filiação ou ocupação. Nas comunidades, esse tipo relação próxima entre os moradores é ainda mais evidente. O senso de coletividade na convivência entre as pessoas dessas comunidades é algo que chama a atenção de quem vive nos centros urbanos, nos quais, por questões de segurança e devido ao individualismo, são cada vez mais raras manifestações de alteridade.



Figura 10 – Vista frontal de Silves, com muro de arrimo.  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)

Há poucos pontos comerciais na cidade: um mercado para venda de alimentos e gêneros de primeira necessidade e uma farmácia. Há um posto de gasolina em frente ao porto. Na parte superior do muro de arrimo, são encontrados alguns locais de venda de bebidas.

A locomoção na cidade é feita, principalmente, a pé. Há poucos automóveis trafegando nas ruas, que são largas e cheias de ladeiras (Figura 11). Percebe-se também a presença de motos que atuam no serviço de táxi. Já nas comunidades rurais ribeirinhas, o barco é o principal meio de locomoção. A relação com o rio é intrínseca. “O amazonense passa horas, dias, dentro dos motores<sup>8</sup>, em canoas, em pequenos cascos em cima das águas. Desde pequeninas, as crianças aprendem a nadar [...]. Vão à escola de canoa.” (RIBEIRO, 1991, p. 32)



Figura 11 – Rua em Silves  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)

Os serviços de telecomunicação são ineficientes, dificultados pela distância, como é o caso da telefonia celular, e a ocorrência de chuvas prejudica a transmissão.

Considerando-se as características da cidade de Silves, a relação entre seus moradores e os espaços, bem como as relações sociais existentes nesses espaços,

---

<sup>8</sup> Os motores a que se refere a autora são espécies de barcos, semelhantes a canoas, movidos a motor.

percebe-se que Silves é um lugar. No respaldo a essa observação, cabe verificar a definição de Carlos (1996, p. 20) a respeito de lugar:

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade lato sensu, a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos. Motoristas de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. É evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente não é o que caracteriza a metrópole.

Silves é também um lugar turístico. Além da infra-estrutura de ecoturismo existente no município, o principal fator para caracterizá-la como lugar turístico é a existência de turistas. As características naturais, socioeconômicas e culturais deste espaço geográfico o tornam um atrativo pela sua singularidade. Aqueles que chegam a Silves registram no olhar algo que é exótico, porque não está presente no cotidiano da maioria das pessoas. Silves reúne as características de um lugar turístico, mas ao mesmo tempo, apresenta um paradoxo por ser um lugar com pouco desenvolvimento econômico, com problemas sociais evidentes, distante de outras cidades e de difícil acesso.

O item seguinte trata dos meios de hospedagem em Silves e do papel desses no contexto da gestão ambiental do lugar.

## **4.2 Os meios de hospedagem e a gestão ambiental em Silves**

O município de Silves está situado em uma região de belezas naturais. Há lagos, como o Canaçari, onde é possível ver diferentes espécies de pássaros (Figura 12), as matas estão repletas de animais, alguns existentes apenas na Amazônia, há a flora (Figura 13), com uma variedade imensa, e muitos exemplares que não são vistos comumente em outros locais, há os rios, com peixes, répteis e quelônios. Por esses e outros motivos, há uma demanda, que cresce sensivelmente, de pessoas que vêm de outras cidades ou países para conhecer a localidade.

Uma das principais motivações das viagens turísticas é a busca do exótico, daquilo que, de alguma forma, se diferencia do cotidiano do

turista. Como cada um de nós vive em uma porção bastante restrita do espaço geográfico – se comparada à totalidade do espaço do planeta – pode-se concluir que a maior parte do planeta será sempre exótica para os indivíduos, ou do ponto de vista de suas características naturais ou socioeconômicas e culturais. (CRUZ, 2001, p. 9)

A atividade turística no município é voltada para o ecoturismo e tem sua base de sustentação na atuação de dois meios de hospedagem. O desenvolvimento do ecoturismo relacionado à existência de hotéis de selva, aliás, é lugar comum no cenário de ecoturismo nacional, conforme visto em capítulo anterior.



Figura 12 – Revoada de Garças  
Autor: SANSOLO, Davis. (2003)



Figura 13 – Vitória Régia.  
Autor: SANSOLO, Davis. (2003)

Apesar de todas as características naturais do município, que podem ser consideradas atrativos para turistas, a falta de infra-estrutura de acesso e recepção limitou o fluxo turístico da cidade durante muitos anos a alguns raríssimos aventureiros que chegavam até lá. O fluxo maior de turistas começou de verdade a partir da construção de um hotel de caça e pesca, no início da década de 1980, que atualmente é a Pousada dos Guanavenas.

Cabe esclarecer que, para a realização da pesquisa, foram considerados apenas os meios de hospedagem que têm como público principal os turistas que visitam Silves: A Pousada dos Guanavenas e a Pousada Aldeia dos Lagos. Entretanto, vale citar que a localidade de Silves conta ainda com um terceiro meio de hospedagem que não foi considerado para efeito da pesquisa, porque atua como pensão, hospedando habitualmente residentes do município.

A caracterização dos meios de hospedagem pesquisados será feita, em seguida, descrevendo brevemente seus históricos, partes físicas e de operação para, enfim, analisá-los de forma comparativa em suas relações com a comunidade e ações desenvolvidas para a sustentabilidade local.

Antes, porém, convém ressaltar que as duas pousadas pesquisadas atuam no segmento de ecoturismo e se intitulam ecopousadas, conforme foi possível constatar no material promocional de ambas (site, folhetos etc) e conforme será demonstrado quando observadas as atividades que são oferecidas aos hóspedes. Assim, verificar-se-á também se as pousadas podem ser consideradas ecopousadas, ou seja, se atendem aos critérios de sustentabilidade para esse tipo de meio de hospedagem.

- Pousada dos Guanavenas

Localizada no Bairro Mucajatuba, foi o primeiro meio de hospedagem do município, planejado para receber os turistas, principalmente estrangeiros, que desejam conhecer a Amazônia. Apresenta um número total de 71 apartamentos, sendo 01 para utilização de guias. Possui disponibilidade de 148 leitos. Sua estrutura dispõe de: duas piscinas, sala de jogos, telefone na recepção, loja de conveniência, sala de TV, dois bares, um restaurante, mirante, área verde, museu, lancha e algumas facilidades como um auditório para 200 pessoas com ar-



condicionado, estacionamento, apartamento para deficientes, área de pouso para helicóptero, lavanderia e serviço de guia.

Por volta de 1978, um piloto e também proprietário de uma empresa de táxi aéreo, entrou em contato com as autoridades locais a fim de conseguir uma área de terra para construção de um hotel. Em entrevista, o proprietário da Pousada dos Guanavenas contou como surgiu a idéia (informação verbal)<sup>9</sup>:

[...] eu tive essa idéia de construir um hotel de natureza, mas naquela época não se falava em ecologia, não se falava em preservação ambiental, não se falava em eco, ecoturismo, não se falava essas... essas novidades, esse modismo, essa coisa toda que tá muito em voga hoje. Então a idéia surgiu porque eu sou aviador, eu voava muito aqui na região, voei vinte e seis anos e percebendo que muitos turistas, que chegavam aqui na região, gostavam, de voar, sobrevoar a região e muitos deles se interessavam pela natureza, assim, pelos rios, pela pesca, enfim, pela floresta e tá. Foi aí quando eu tive uma idéia de construir um hotel, onde eu pudesse, com meus aviões, trazer os turistas até aqui. [...] eu já conhecia Silves, há muito tempo que eu sobrevoava a região toda, enfim, fui eu quem trouxe os primeiros engenheiros pra construir o hospital aqui, foi feito por mim, por nós, pela nossa empresa e aí eu achava a ilha aqui sempre muito bonita, esse... é... uma coisa muito pitoresca, assim, muito interessante, enfim. Aí eu digo: 'Bom, eu acho que eu vou construir o hotel ali, em Silves'. E aqui, nós viemos pra cá e construímos o hotel.

Segundo Ribeiro (1991), ele veio acompanhado de um engenheiro e arquiteto e, depois de um encontro com o prefeito e vereadores da cidade, procederam a escolha do local. Após a escolha do terreno, a comunidade e as autoridades foram convocadas para discutir a idéia. Foi necessário também tratar da indenização do proprietário de uma roça que estava plantada na área escolhida, pelas benfeitorias realizadas. Ribeiro (idem, p. 58) também comenta que “o local é um dos melhores de Silves, com belíssima vista para o lago, e segundo os moradores, o terreno é de terra preta, a melhor para o plantio.”

A proposta feita pelo investidor era a de que o hotel empregaria mão-de-obra local, desde a construção, e utilizaria materiais existentes na região; apenas para os serviços mais especializados, quando não houvesse mão-de-obra local, seriam contratadas pessoas de fora. O terreno foi, então, cedido à Pousada de Caça e Pesca do Amazonas Ltda, por meio de lei municipal. No termo de cessão, consta que a área de 848.001,99 m<sup>2</sup> seria doada em troca de alguns benefícios como a conservação de parte da mata nativa, contratação de habitantes locais etc. Seria

---

<sup>9</sup> Informação obtida em Silves, durante entrevista ocorrida em março de 2004.

concedido um prazo de 15 anos, ao fim dos quais, caso o projeto não fosse implantado, o terreno voltaria para o patrimônio municipal (RIBEIRO, 1991).

No decorrer da fase de implantação do hotel, houve alguns desacertos entre a população e a administração do hotel, no que se refere ao cumprimento do acordo para a cessão do terreno. Para Ribeiro (1991), os benefícios para a população foram muito poucos, considerando-se o tamanho e a qualidade da área cedida e os benefícios que ela trouxe para o proprietário. O prefeito em exercício, em 1978, foi contra a doação de um terreno tão grande, mas foi voto vencido perante os vereadores. No início da operação do hotel, alguns problemas ocorreram, pois muitos moradores locais não se adaptaram ao serviço, não eram qualificados e acabavam sendo dispensados. Além disso, alguns munícipes comentavam que havia sido feita uma promessa sobre a vinda de agricultores japoneses para introduzir o cultivo de hortaliças e incentivar os lavradores locais, mas tal promessa, se realmente existiu, nunca foi cumprida.

Convém observar que o uso das palavras “caça e pesca”, na razão social da pousada, indica um completo descompromisso com o local, visando à exploração de seus recursos naturais, nesse caso específico, da fauna. Há algum tempo, a razão social foi modificada para Pousada dos Guanavenas Ltda., segundo a administração da mesma (informação verbal)<sup>10</sup>, por mudanças na legislação, o que leva a crer que tenha sido mais por motivos de proibição da caça e da pesca na região, do que pela percepção dos impactos que poderiam ser causados pelo hotel “de natureza”.

Na parte física, a pousada foi construída em partido horizontal, composta por um prédio principal, com treze apartamentos (Tucano); dois blocos com seis apartamentos, cada (Arara e Garça); cinco blocos com quatro apartamentos, cada (Jaçanã); e vinte e seis cabanas. A estrutura está bem conservada e tem uma boa aparência (Figura 14). Os apartamentos são confortáveis (Figura 15), com banheiro privativo, ar-refrigerado, chuveiro elétrico, frigobar e varanda. Alguns possuem cama de casal e os demais, duas ou três camas de solteiro. Não há cama extra. O prédio principal abriga também a cozinha e o restaurante para 150 pessoas. Da inauguração em 1980, até os dias atuais, a pousada passou por algumas ampliações e reformas, pois no início das atividades existia somente o prédio principal.

---

<sup>10</sup> Silves, entrevista em março de 2004.



Figura 14 – Pousada dos Guanavenas  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)



Figura 15 – Apartamento Pousada dos Guanavenas  
Fonte: Disponível em <<http://www.amazoniaecolazer.com.br/hoteis.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2005.

As vendas e todo o controle administrativo são efetuados pelo escritório da empresa, em Manaus. Nem mesmo ficha de hóspede é preenchida na chegada. De

acordo com uma recepcionista<sup>11</sup>, a grande maioria dos hóspedes que frequenta a pousada é de estrangeiros; em geral, grupos de terceira idade ou casais sem crianças, que compram o pacote, incluindo diárias, refeições e passeios. Há um pacote mais barato para o público nacional, e também a venda de pernoites para fins de semana, mas ela explica que “o público brasileiro não se interessa de conhecer a natureza”. Há também descontos para crianças. Verificou-se, entretanto, que os valores cobrados pela pousada, mesmo com desconto, somados os custos da viagem, tornam o produto caro para o público nacional e regional.

O pacote inclui serviço permanente de um guia, mas podem ser contratados outros, havendo necessidade. As épocas de menor procura são os meses de maio a julho e, no resto do ano, há um fluxo constante de hóspedes.

Na parte de pessoal, são 48 funcionários, sendo quase todos nativos, com exceção dos funcionários do escritório em Manaus (cerca de quatro), um funcionário da cozinha, o mecânico das lanchas e a gerente.

Nos anos que se seguiram à abertura da pousada, o proprietário da mesma foi eleito, por duas vezes, prefeito do município, situação que durou até o final de seu mandato, em 2004. Além disso, na última eleição municipal, no mesmo ano, a candidata eleita para o cargo de prefeita era sua secretária no escritório da pousada em Manaus. A candidata nem sequer residia no município até o resultado da eleição. Não é possível afirmar até que ponto o fato de a pousada ser a maior empregadora da cidade, depois da prefeitura, possa ter influenciado esses resultados, mas cabe aí uma reflexão a respeito de um quadro aparente de dominação, em que aquele que tem a posse dos meios de produção tem seu acesso ao poder facilitado e consegue prolongar sua permanência ou influência no poder mesmo que indiretamente.

É interessante também perceber a separação, em termos físicos, que ocorre entre a pousada e a população. O terreno da pousada é todo circundado de muros altos, com portão sempre fechado, impedindo qualquer visão de fora para dentro e vice-versa. Não há portaria ou um meio de comunicação, como interfone, na entrada; o que parece mais uma maneira de afastar as pessoas. Qualquer visita deve ser agendada previamente e autorizada pela gerente e, mesmo assim, é

---

<sup>11</sup> Silves, entrevista concedida em março de 2004.

preciso ligar para solicitar a abertura do portão, pois não há porteiro no local. Para uma empresa do ramo de hospitalidade, essa postura é pouco hospitaleira.

Pode-se dizer que a pousada atua, aparentemente, desvinculada do local. Além disso, o contato entre turistas e a cidade ou a população não é incentivado. O turista que chega à pousada vem de avião até a pista de pouso que fica atrás da mesma ou de veículo até a ponte do Urubu, onde é recebido pela lancha da pousada e desembarca em um porto próprio.

Os passeios oferecidos aos turistas dependem das condições climáticas e da época do ano. São basicamente seis opções: focagem noturna de jacarés, pescaria de piranha, caminhada na selva, passeio pelos igapós (floresta inundada), visita aos caboclos e passeio pelos lagos das vitórias-régias. A caminhada na selva é realizada em uma área dentro do terreno do próprio hotel. Há ainda a opção de vôo panorâmico, saindo da pista de pouso da cidade que fica atrás da pousada.

Ribeiro (1991, p. 60) fala de um desses passeios oferecidos pela pousada, à Ilha de São João, que era chamada de Ilha dos Pescadores pelos guias e de como os turistas agiam com a população:

Os moradores de lá nos contaram que muitos turistas, mal-informados e provavelmente de boa fé, levavam de presente para os habitantes da ilha, pentes, espelhos e outras quinquilharias; bombons (como se chamam aqui as balas), para as crianças. Repetem, assim, o gesto dos portugueses para enganar os índios, nos tempos em que os Guanavenas eram uma tribo e não uma pousada.

Esse fato ocorria há algum tempo e talvez não ocorra mais atualmente, porém não deixa de ser um indicativo da relação da pousada com a população: ao invés de sensibilizar os hóspedes para a cultura local, tenta tirar proveito de uma imagem preconceituosa para criar um cenário irreal. Fica clara a maneira distorcida com que as atividades oferecidas são conduzidas, utilizando os aspectos sociais, culturais e étnicos como produto a ser vendido aos turistas.

A administração da pousada afirmou (informação verbal)<sup>12</sup> que os hóspedes são orientados na chegada, sobre os passeios, para evitar comportamentos que possam causar danos à natureza. Também esclareceu que a pescaria de piranha é esportiva, pois os peixes são todos devolvidos ao rio. Todavia, é do conhecimento popular que a maior parte desses peixes não chega a sobreviver muito tempo, seja

---

<sup>12</sup> Silves, entrevista concedida em março de 2004.

por ferimentos causados na pesca, que os deixa doentes, seja porque são comidos por outros peixes.

Sobre a responsabilidade ambiental e social do meio de hospedagem, a administração da pousada, se posicionou da seguinte maneira:

Eu vejo o seguinte, eu sou mais frio. Eu acho que eu já cumpro minha responsabilidade se eu dou emprego, se eu pago. Se eu pago os meus impostos, cumpro o meu dever, já é um trabalho social fantástico. Hoje todo mundo pode investir na Amazônia, mas com certeza não tinham coragem de investir há vinte anos atrás, trinta anos atrás. Só nós, enfim, tivemos isso. Que nós fomos o primeiro hotel de selva a fazer isso. (informação verbal)<sup>13</sup>

Em seguida, questionado sobre sua opinião a respeito das cadeias de hotéis que estão investindo na Amazônia e destinam parte de seus lucros para a preservação ambiental ou que têm uma política ambiental definida, o dono da pousada afirmou que seus ganhos com a mesma são para sua sobrevivência. Além disso, complementou que trata da natureza, pois não joga esgoto no rio, cuida das plantas dos seus jardins e mantém a estrutura limpa. Percebe-se que é uma visão bastante limitada do papel que um meio de hospedagem pode ter na conservação do ambiente, principalmente estando localizado em uma área tão sensível a qualquer ação do homem e bastante carente socialmente.

- Pousada Aldeia dos Lagos

Localizada na ponta do Macário, no Bairro Panorama, a pousada Aldeia dos Lagos é propriedade da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC). Sua estrutura é composta por 12 apartamentos, com disponibilidade de 30 leitos. Possui área verde, bar, restaurante, barcos a motor, além de oferecer algumas facilidades como serviço de lavanderia, telefone na portaria, serviço de guia, sala para reuniões, que funciona como sede da Associação.

Em 1992, a ASPAC buscava meios para captar recursos visando à continuidade de seus trabalhos de proteção dos lagos, por meio de projetos que foram enviados para a Europa, para tentar obter apoio de organizações internacionais que se interessassem pela conservação de ecossistemas brasileiros.

O projeto de construção de uma pousada ecológica em Silves foi aprovado pelo WWF Áustria em 1993, ficando a cargo dessa instituição o suporte financeiro

---

<sup>13</sup> Informação obtida em entrevista concedida em Silves, em março de 2004.

para a construção de toda a infra-estrutura de ecoturismo. Em 1994, iniciou-se a construção do empreendimento de ecoturismo integrado às resoluções da legislação de proteção e uso dos lagos, no projeto chamado “Ecoturismo Integrado ao Manejo de Várzea em Silves (AM)”<sup>14</sup>. O WWF Brasil encarregou-se do suporte técnico, treinando, capacitando pessoas, realizando os estudos necessários, atuando como facilitador no processo de participação da comunidade, promovendo a educação ambiental e monitorando os resultados.

Durante os seis primeiros anos da ASPAC, o WWF Brasil atuou diretamente, com um corpo técnico presente no local, além de prover os recursos financeiros para a administração da pousada e a operação do ecoturismo. Em 2000, entretanto, devido à falta de recursos, houve um afastamento entre WWF e ASPAC, ficando a administração da pousada a cargo dessa última, que passou por dificuldades financeiras, por não ter experiência na administração do empreendimento. A relação se restabeleceu em 2002, com a volta da destinação de recursos do WWF Brasil para os projetos da ASPAC. Entre 2000 e 2002, no período de afastamento com o WWF, a ASPAC buscou estabelecer outros canais de obtenção de recursos e, em 2001, conseguiu aprovar um projeto com o Pró-Várzea que gerou recursos a partir de 2002. (SANSOLO, 2004)

Atualmente o WWF Brasil ainda financia projetos e injeta recursos na correção de falhas do projeto inicial, porém em menor escala que antes (informação verbal)<sup>15</sup>.

Segundo o WWF Brasil (MITRAUD, 2003, p.iii),

[...] cerca de 20% do lucro líquido da operação do ecoturismo pela ASPAC e seus parceiros são investidos no manejo e fiscalização da reserva sendo o restante investido na criação de um fundo de reserva para operação da pousada e para dar continuidade às atividades de envolvimento das comunidades ribeirinhas no ecoturismo.

O terreno da pousada foi em parte adquirido pela ASPAC e em parte doado pela prefeitura. De acordo com o Presidente da ASPAC, era um terreno de capoeira alta que seria usado como matadouro (informação verbal)<sup>16</sup>.

A estrutura física da pousada é constituída de três módulos horizontais, sendo um principal, onde fica a recepção, restaurante, cozinha e administração. Os outros dois são de apartamentos, tendo seis unidades cada. A construção é rústica e

---

<sup>14</sup> Informações obtidas por pesquisa documental.

<sup>15</sup> Informações obtidas por meio de entrevista, em Silves, em março de 2004.

<sup>16</sup> Informação fornecida por meio de entrevista, em Silves, concedida em outubro de 2004.

necessita de alguns acertos, mas a aparência geral é boa (Figura 16). Os 12 apartamentos possuem banheiro privativo, chuveiro elétrico, armário, ventilador, frigobar, ar-condicionado e varanda. São quartos simples e podem ter uma cama de casal ou duas de solteiro ou até três camas, utilizando-se camas extras.



Figura 16 – Pousada Aldeia dos Lagos  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)

As falhas percebidas na construção se devem a problemas que ocorreram durante o início da mesma: a construtora contratada para executar a obra faliu e os associados da ASPAC, juntamente com algumas pessoas das comunidades, tiveram que terminá-la sozinhos, pois não tinham dinheiro para contratar outra construtora. O principal problema observado está nos apartamentos, pois quando chove escorre água na parede, em alguns deles e o banheiro não apresenta uma estética agradável (Figuras 17 e 18).





Figura 17 – Goteiras na parede do apartamento  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)



Figura 18 – Banheiro apartamento Aldeia dos Lagos  
Autor: SOUSA, Stella. (2004)

As vendas são feitas por algumas agências de turismo de Manaus e por uma operadora de São Paulo e, via e-mail ou telefone, na própria pousada. Porém, conforme foi possível constatar, a principal divulgação é feita por intermédio de pessoas que conheceram o local e o indicam, a chamada propaganda “boca-a-

boca”. Há ainda uma voluntária, que atua como um escritório virtual, realizando contatos na Itália e repassando as reservas para a pousada. A comercialização, em geral, é feita por meio de pacote incluindo pensão completa<sup>17</sup>, traslado e dois passeios por dia. Na baixa estação, são comercializados pacotes para o turista doméstico, com opção de diárias somente com café da manhã, com pensão completa ou com pensão completa e um passeio, apesar disso, a procura ainda é incipiente. No geral, o principal cliente é o turista estrangeiro, que frequenta a pousada no período de alta estação. Crianças com até sete anos não pagam e de sete a treze anos pagam meio pacote. Os pacotes vendidos também incluem o serviço do guia.

Os passeios do ecoturismo podem incluir, dependendo da opção, *tour* de observação de aves, flora e fauna aquáticas, trilhas na floresta para observação da flora e fauna terrestres e visitas às comunidades, onde se pode participar de uma refeição típica ou mesmo passar a noite na casa de um comunitário. Percebe-se uma preocupação para que as atividades sejam realizadas com o mínimo de impacto possível, sempre enfatizando o respeito e a conservação, porém ainda não há estudos que dimensionem esses impactos.

Na chegada, os hóspedes são recebidos por um funcionário que os coloca a par das atividades desenvolvidas pela ASPAC e da relação da pousada com o contexto do local. Os hóspedes recebem também um folheto do WWF Brasil que explica a importância do ecoturismo para a comunidade e para a natureza. Isso indica que é feito um trabalho de educação procurando sensibilizar os hóspedes para as questões ambientais, convidando-os a conhecer a cultura local, a culinária e a natureza.

No terreno onde está localizada a pousada, desenvolve-se também a atividade de permacultura, um tipo de agricultura sustentável, para a produção de alguns legumes, hortaliças e frutas sem a utilização de agrotóxicos. A permacultura utiliza o adubo produzido na compostagem e os alimentos produzidos são consumidos pelos hóspedes (Figura 19).

O trabalho da permacultura foi implantado com o auxílio técnico e financeiro do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, pelo programa Pró-várzea, por um projeto

---

<sup>17</sup> Diária com café da manhã, almoço e jantar.

proposto pela ASPAC: Conservação dos Recursos Naturais de Várzea por meio do Turismo Ecológico e da Gestão Participativa na Região de Silves.



Figura 19 – Compostagem para produção de adubo.  
Autor: SANSOLO, Davis. (2003)

A administração da pousada é responsabilidade da Cooperativa de Trabalho Ecoturístico e Ambiental da Amazônia (COOPTUR), que foi criada em março de 1999, com essa finalidade. Os funcionários da pousada são, em sua maioria, cooperados.

Vale salientar que há participação das comunidades ribeirinhas, tanto na atividade de hospedagem na pousada, como nas atividades de lazer do turista, embora não haja um número fixo de pessoas que prestam serviços na pousada, pois essa quantidade varia conforme a demanda. Todos os cooperados são associados da ASPAC e membros da comunidade de um modo geral, tanto os moradores da zona rural, quanto da cidade.

Da mesma maneira, todos os guias que trabalham nas atividades de ecoturismo são pessoas das comunidades ribeirinhas. Há algumas contratações temporárias, de acordo com a necessidade, mas geralmente trabalham cerca de dez pessoas. As pessoas são capacitadas dentro da COOPTUR para realizar os trabalhos, portanto, a cooperativa atua também organizando e oferecendo cursos de capacitação para a comunidade.

Há ainda os comunitários que não trabalham diretamente com tais atividades, mas fornecem algum tipo de produto de pesca ou agricultura e, assim, podem beneficiar-se disso.

A gestão da pousada é participativa, mas, sobre esse aspecto, é oportuno frisar que há certa insegurança dos envolvidos locais em assumir esse controle, até porque falta experiência na administração de negócios. Além disso, os conhecimentos que os envolvidos apresentam sobre a operação de um meio de hospedagem são superficiais, principalmente no que se refere à área financeira; isso denota a necessidade da formação mais aprofundada na área de gestão de pousadas para os envolvidos diretos na operação do empreendimento. Por esses motivos, há expectativa de contratação de um gestor não cooperado com conhecimento na área de administração de pousadas.

Apesar de perceberem que o meio de hospedagem é a principal alternativa para a manutenção dos projetos de conservação, a maioria dos envolvidos na gestão da pousada vê as atividades de conservação como prioridade e as questões relativas ao meio de hospedagem acabam por ficar em segundo plano.

O mapa de ocupação da Aldeia dos Lagos, por exemplo, é controlado por uma pessoa que está envolvida no trabalho da ASPAC e da COOPTUR, mas que é um ator externo. Um cooperado que atuasse como funcionário da pousada deveria ser o responsável pelo controle das reservas, pois é função de um determinado cargo, mas como alguém mais experiente se prontificou a fazê-lo, não houve objeções. Do ponto de vista prático, essa atitude pode até evitar alguns problemas que ocorrem pela falta de experiência, entretanto não possibilitará o amadurecimento na operacionalização do negócio.

Tal quadro demonstra fragilidade na estrutura administrativa da pousada, já que a mesma está pautada em apoio financeiro e operacional de elementos externos. A partir dessa constatação, recomenda-se que os membros da COOPTUR encontrem seus próprios mecanismos de ação.

Em entrevistas com os membros da COOPTUR ligados ao trabalho na pousada, foi citada a necessidade da vinda de uma pessoa especializada para administrar a pousada e treinar alguém da cooperativa para assumir a administração após certo período. Todavia, questiona-se até que ponto essa solução não seria apenas um paliativo, pois enquanto houvesse um membro externo administrando a pousada, as responsabilidades seriam deixadas sob seu comando, sem que a

preparação de um cooperado para assumir *a posteriori* essa função ocorresse de fato.

Um aspecto que ficou claro em entrevista com um dos articuladores do projeto foi que, diante da necessidade de obter recursos financeiros para os projetos de preservação, a idéia de construir a pousada foi algo direcionado pelos financiamentos disponíveis; visto que havia recursos a serem doados para a construção de estruturas de ecoturismo e o local apresentava características para o desenvolvimento dessa atividade.

Entretanto, percebeu-se que os articuladores do projeto sentem o peso da responsabilidade de tocar esse tipo de negócio. As críticas feitas às exigências do WWF quanto ao trabalho na pousada demonstram claramente esse desconforto. Há também algumas discordâncias entre as prioridades de investimento na visão do WWF, na visão da ASPAC e as reais necessidades do negócio.

Sobre a relação com o WWF, é perceptível um certo paternalismo. Há uma expectativa de que todos os problemas sejam solucionados por essa organização. Nesse ponto, há um risco de a relação passar da promoção para o assistencialismo. Por outro lado, é também perceptível que o WWF tem tentado dar espaço à autogestão. Nos últimos tempos, a ONG tem se dedicado mais a preparar a COOPTUR para os desafios que surgem ou que podem surgir, do que simplesmente atender a todas as demandas financeiras da mesma.

É importante também observar que as mudanças e as adaptações que ocorrem na relação entre a administração da pousada e a comunidade que a administra seguem um ritmo próprio, ditado pela cultura local.

Feita a caracterização dos meios de hospedagem, cabe agora relacionar os aspectos ambientais observados, comparando suas atuações.

Segundo Mitraud (2003), a estrutura de meio de hospedagem voltada para o ecoturismo requer alguns critérios sustentáveis para a sua operação. Considerando que o principal tipo de construção para atender às finalidades do ecoturismo é a ecopousada ou ecolodge, a autora apresenta as diferenças básicas entre esse tipo de empreendimento e as pousada/hotéis (Quadro 1).

Quadro 1 – Diferenças entre ecopousadas e pousadas/hotéis

<b>DIFERENÇAS ENTRE ECOPOUSADAS E POUSADAS/HOTÉIS</b>	
<b>ECOPOUSADA</b>	<b>POUSADA/HOTEL</b>
Pequena área construída em relação à área verde.	Pode ter praticamente toda a área construída.
Incentiva a culinária local.	Não incentiva, necessariamente, a culinária local.
Valoriza a mão-de-obra local.	Mão-de-obra especializada ou de grandes centros.
Proporciona lazer e educação.	Proporciona lazer.
Construção mais rústica.	Construção mais luxuosa.
Estabelecida necessariamente em local com atrativos naturais e/ou culturais.	Maior flexibilidade para a localização.

Fonte: Mitraud, 2003, p. 218.

Além das características explicitadas, Mitraud (2003, p. 219) indica diretrizes de sustentabilidade de uma ecopousada, que visam à minimização do “[...] impacto ambiental na implantação e no consumo de recursos naturais na sua operação.”

Segue uma síntese dessas diretrizes levantadas por Mitraud (op. cit.), para a sustentabilidade de uma ecopousada:

- Durante o planejamento da ecopousada – definir zoneamento das áreas de uso e das áreas de proteção, procurando estabelecer reservas naturais próprias; respeitar os locais legalmente protegidos; ter atenção especial para as áreas extrativistas, recreativas e agrícolas da comunidade local, respeitando-as; certificar-se de que as edificações e os equipamentos estejam de acordo com a arquitetura e estilos regionais; priorizar o aproveitamento das condições solar e eólica, nas construções; utilizar fontes alternativas de energia (solar, eólica etc) e de água; proteger os recursos hídricos, por meio de práticas ambientalmente adequadas de abastecimento, de tratamento e lançamento de efluentes líquidos; realizar tratamento de resíduos sólidos (coleta seletiva, reciclagem, disposição adequada, produção de composto orgânico etc); realizar inventários de flora e fauna e recursos culturais atrativos, com o intuito de oferecer trilhas e equipamentos para atividades tais como: caminhadas, cavalgadas etc; buscar o envolvimento da comunidade local, tornando-se uma alternativa econômica; valorizar a cultura local / regional em todos

os aspectos possíveis (arquitetura, gastronomia, artesanato, folclore, produtos de consumo etc)

- Durante a implantação da ecopousada – utilizar práticas de mínimo impacto ambiental durante a construção; utilizar mão-de-obra local; implantar tecnologias tradicionais locais e utilizar materiais locais de fontes sustentáveis ou reciclados.
- Durante a gestão e operação da ecopousada – buscar a utilização racional dos recursos de água e energia; orientar os funcionários e clientes para esse uso racional; reduzir o desperdício de materiais, reduzindo o consumo e implantando métodos de reutilização e reciclagem; disponibilizar informações e recomendações ambientais aos clientes (guias e cartilhas); ter funcionários treinados nas atividades de educação ambiental; promover a integração entre os turistas e as comunidades locais; monitorar suas atividades para controle de eventuais impactos ambientais e/ou culturais.

Diante dessas diretrizes, para facilitar a análise da atuação dos meios de hospedagem pesquisados no tocante ao meio ambiente, estabeleceu-se primeiramente, a avaliação de quatro aspectos ambientais: consumo de água, consumo de energia, destinação de resíduos e esgoto. O impacto em si não foi possível mensurar, pois demandaria um estudo mais aprofundado e de outra natureza, mas verificou-se se o item observado apresenta potencial de degradação baixo, médio ou alto.

Para a aferição dos aspectos citados, verificou-se, no meio de hospedagem, a existência de elementos que evidenciassem a preocupação ambiental, tais como: práticas ambientalmente adequadas; uso de tecnologias alternativas para minimização de impactos; medidas de redução de consumo de água e energia, e de materiais, para reduzir a quantidade de resíduos; separação e destinação de resíduos e destinação e tratamento de esgoto. A medida de aferição foi assim definida: a ausência dos elementos mencionados representa o potencial de degradação alto, a pouca utilização dos mesmos representa o potencial médio, a utilização de dois ou mais elementos representa o potencial baixo.

No quesito consumo de água, Mitraud (2003) indica como prática adequada, a captação de água de nascente ou outra forma que atenda às necessidades de abastecimento e qualidade com o mínimo impacto. Além disso, recomenda a construção de cisternas para armazenar água da chuva, que deve ser coletada por calhas no telhado.

Para a redução do consumo de energia, a autora recomenda o uso de sistemas alternativos de geração de energia não poluentes e inesgotáveis, como o fotovoltaico (que transforma energia solar em elétrica), as placas solares para aquecimento de água e a energia eólica, podendo essas serem combinadas com outras fontes de energia para reduzir seu elevado custo. Uma opção boa, a baixo custo e que funciona bem em pequenas propriedades é a roda d'água. Mitraud (op. cit.) não recomenda o uso de biodigestores, se a região possuir fonte de energia elétrica a gás, devido ao seu funcionamento trabalhoso.

Sobre o tratamento e destinação de resíduos sólidos, Mitraud (Idem) considera que lixo e reciclagem devem estar sempre associados, portanto, afirma que é importante a prática da coleta seletiva que, além de facilitar a reciclagem e a compostagem, indica a existência de um programa de tratamento e reaproveitamento dos resíduos. O lixo, dependendo de sua composição, pode ter os seguintes destinos: compostagem (restos de alimentos), reciclagem (plásticos, alumínio, metais, papéis e vidro) e disposição em aterro sanitário (materiais não aproveitados). É importante destacar que o aterro sanitário deve seguir determinadas normas, como impermeabilização do solo com sistema de drenagem, para evitar a contaminação dos lençóis freáticos. A autora ainda sugere que, no quesito lixo, depois de tomadas as medidas de coleta e reciclagem, o empreendimento pode “pensar em um programa de educação ambiental, que envolva não somente o seu negócio, mas também a comunidade de entorno ou outros empreendedores locais.” (MITRAUD, 2003, p. 232).

Outro aspecto que merece atenção especial é a destinação e o tratamento de efluentes, Mitraud (op. cit.) comenta que, não havendo esgoto sanitário, o recomendável é que o esgoto seja disposto em fossa séptica. A autora também cita outras formas de tratamento, quando há transporte hídrico, como: utilização de Aguapé<sup>18</sup> em tanques isolados, fossa absorvente e tanque Imhoff<sup>19</sup>; porém esses apresentam algumas limitações. Já nas situações em que não há transporte hídrico, as opções mais adequadas são: fossa seca ou privada higiênica, fossa tubular e Bason<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Tipo de planta aquática utilizada como filtro biológico, além de recuperar nutrientes lixiviados e servir de matéria prima para compostos orgânicos. (MITRAUD, 2003).

<sup>19</sup> Consiste em dois tanques, um para sedimentação e outro para digestão. (Op. cit.)

<sup>20</sup> Sanitário seco que utiliza o mesmo princípio de funcionamento da compostagem. O material decomposto pode ser usado como adubo e apresenta ótima qualidade. (Idem)



As tabelas 2 e 3 a seguir, apresentam os resultados da avaliação dos quatro aspectos ambientais nas pousadas pesquisadas.

Tabela 2 – Potencial de degradação da Pousada dos Guanavenas

	<b>Pousada dos Guanavenas</b>	<b>Potencial de Degradação</b>
<b>Consumo de água</b>	A água consumida vem do servidor público. É tratada. Não utiliza medidas de redução de consumo.	Alto
<b>Consumo de energia</b>	A energia consumida é da rede pública. Não utiliza medidas para redução do consumo.	Alto
<b>Resíduos</b>	Parte do lixo orgânico (restos de frutas etc.) é utilizado para alimentação de animais na floresta. O restante é destinado para a coleta pública.	Alto
<b>Esgoto</b>	Destinado para fossas sépticas com sumidouros. São cinco fossas.	Médio

Organização: SOUSA, Stella. (2004), baseado em SAN SOLO, Davis. (2002)

Tabela 3 – Potencial de degradação da Pousada Aldeia dos Lagos

	<b>Pousada Aldeia dos Lagos</b>	<b>Potencial de Degradação</b>
<b>Consumo de água</b>	A água utilizada é tratada e provém da rede pública de abastecimento. Há um poço artesiano. Não utiliza dispositivos para redução do consumo. Há dois reservatórios de captação de águas da chuva para rega de plantas.	Médio
<b>Consumo de energia</b>	A energia consumida também vem da rede pública. Não há utilização de tecnologias para redução de consumo.	Alto
<b>Resíduos</b>	O lixo coletado separadamente. Parte dele é enterrado (plástico e vidro). Garrafas “pet” e latinhas são vendidas em Itacoatiara. As pilhas são depositadas em uma caixa de concreto e o lixo orgânico é utilizado na compostagem para virar adubo.	Médio
<b>Esgoto</b>	Destinado para fossas sépticas com sumidouros. São quatro fossas.	Médio

Organização: SOUSA, Stella. (2004). Adaptado de SAN SOLO, Davis. (2002).

Os resultados da Pousada dos Guanavenas parecem indicar que não há uma política estabelecida, tampouco um cuidado maior com os impactos que podem ser causados pela operação do meio de hospedagem. Por suposição, considerando-se a disponibilidade de leitos que possui, a uma ocupação média de 30% ao mês, o

volume de lixo produzido por 1332<sup>21</sup> hóspedes, nessa situação fictícia, já se justificaria um programa de reciclagem, podendo inclusive envolver a comunidade e outros negócios da cidade. Vale salientar que, pelo investimento na estrutura física que apresenta, a ocupação da pousada provavelmente supera os 30% (em média). Nos meses de alta estação, estima-se que a ocupação seja quase total. Na região de Silves, como na Amazônia em geral, o índice pluviométrico em alguns meses do ano é elevado, o que pressupõe certa facilidade de captação de águas de chuva, além do que, a pousada tem terreno suficiente para construção de cisternas para armazenamento dessas águas. Outra atitude simples que poderia ser implantada, seria a orientação de funcionários e clientes para a redução da demanda de água e energia, visando evitar desperdícios.

Avaliando-se o empreendimento à luz das diretrizes para sustentabilidade de uma ecopousada, chega-se à conclusão que vários itens não foram obedecidos. Por exemplo, a construção da pousada dos Guanavenas desrespeitou uma área de uso da população para produção agrícola e utilizou pouca mão de obra local (RIBEIRO, 1996); apesar do projeto arquitetônico ter sido premiado pelo IAB do Rio de Janeiro, as edificações não seguiram a arquitetura e o estilo regionais; não há treinamento de funcionários em atividades de educação ambiental; a interação com as comunidades locais é pouco promovida; não há monitoramento das atividades do empreendimento para controle de impactos; e, segundo o proprietário, não foram adotadas práticas de mínimo impacto durante a construção e nem foi feito um zoneamento do terreno, das áreas de uso e das áreas de proteção.

Na Pousada Aldeia dos Lagos, em comparação com os resultados apresentados na Pousada Guanavenas, nota-se um cuidado um pouco maior com os impactos que suas atividades podem causar. Há uma preocupação em controlar as possíveis agressões ao meio ambiente, mas as ações são ainda pouco significativas, do ponto de vista interno da pousada. É importante ressaltar que algumas tecnologias estão sendo testadas, como é o caso de uma privada ecológica, que transforma as fezes em adubo, e estão sendo estudados alguns acordos com fabricantes de pilhas, para que eles recebam o material descartado. Todavia, medidas simples de redução de consumo de água e energia seriam facilmente implantadas com a orientação dos funcionários e hóspedes. Além disso, o

---

<sup>21</sup> O cálculo considerou a quantidade de leitos/ dia (148), multiplicada pela quantidade de dias em um mês (30), para chegar à disponibilidade de leitos em um mês, e do resultado extraíram-se os 30%.

programa de coleta seletiva poderia melhor, sendo ampliado, para envolver outros empreendimentos locais e a comunidade.

Avaliando-se os outros aspectos concernentes às diretrizes abordadas por Mitraud (2003) para sustentabilidade de uma ecopousada, concluiu-se que a pousada Aldeia dos Lagos privilegiou um número maior de itens do que a pousada dos Guanavenas. Ressalta-se que o trabalho de operação da pousada não só respeita os locais legalmente protegidos como destina recursos para a conservação dos mesmos (lagos de preservação); houve um zoneamento do terreno (construção, área de permacultura etc); há uma preocupação e ações efetivas para envolver a comunidade e tornar-se uma alternativa econômica local; a cultura local é valorizada na gastronomia, produtos de consumo, como sabonetes produzidos por uma associação local – AVIVE; foi utilizada mão-de-obra local na construção; há uma cartilha, desenvolvida pelo WWF, que disponibiliza informações e recomendações ambientais aos clientes; os funcionários são treinados em atividades de educação ambiental; a interação entre os visitantes e a comunidade local é promovida de várias maneiras, seja com passeios na cidade, visitas às comunidades ribeirinhas e, até mesmo com atividades de interação como refeições nas comunidades visitadas. No entanto, a construção não mostra identidade com a arquitetura e estilos regionais; não foram adotadas práticas de mínimo impacto; e não há monitoramento de todas as atividades do empreendimento para controle de impactos ambientais e/ou culturais.

Fica patente que a relação que a Pousada Aldeia dos Lagos tem com o meio ambiente e a conservação em Silves não se restringe às políticas de gestão ambiental do negócio em si, pouco se destacando nesse sentido, mas está muito mais relacionada à gestão ambiental do lugar, tendo como eixo central as atividades de ecoturismo. Nesse caso, o ecoturismo desenvolve-se como alternativa de incremento de renda para as populações mais carentes e como aliado na conservação ambiental.

A seguir, será apresentado o modelo de ecoturismo desenvolvido na comunidade, que está intimamente ligado ao trabalho da Pousada Aldeia dos Lagos.

#### **4.3O turismo de base local como alternativa econômica e aliado na gestão ambiental em Silves**

O estado do Amazonas é considerado um dos principais destinos ecoturísticos do Brasil. Silves, por sua vez, é um dos 14 municípios amazonenses que fazem parte do pólo ecoturístico do Estado, considerados de potencial turístico por possuírem alguma infra-estrutura de acesso, seja rodoviário ou fluvial, além de produtos já em operação. (FARIA, 2005)

O Ecoturismo de base comunitária, em Silves, tem sido implantado como uma alternativa de geração de renda para as comunidades e para os projetos desenvolvidos pela ASPAC nos outros dois componentes; o de permacultura e o de conservação. A atividade está estruturada em uma cooperativa de ecoturismo (COOPTUR) que reúne os interessados em atuar no componente dessa forma de turismo; uma pousada ecológica (Aldeia dos Lagos) para viabilizar a vinda dos turistas; e as atividades oferecidas pela pousada que são os passeios na natureza e as visitas às comunidades.

Segundo Mitraud (2003), a primeira parte do projeto foi a construção da pousada Aldeia dos Lagos para viabilizar a vinda de turistas. Quando a estrutura física básica da pousada estava instalada, foram desenvolvidos programas de treinamento com a comunidade para que a mesma assumisse a operação do meio de hospedagem. O objetivo era desenvolver o ecoturismo a partir da estrutura da pousada, mas envolvendo as comunidades em todo o processo, desde a escolha das atividades realizadas com os turistas até a coordenação do trabalho.

Em 1998, as lideranças da ASPAC perceberam a necessidade de integrar mais comunidades às atividades que desenvolviam, entre elas, o ecoturismo. Assim foi elaborado o projeto de uma caravana que levaria o trabalho da ASPAC até as comunidades. Esse projeto recebeu o nome de “Caravana Mergulhão”, em homenagem a um pássaro muito comum na região.

A Caravana Mergulhão percorre as comunidades em barcos, com equipes formadas pelos comunitários, promovendo encontros e reuniões sobre educação ambiental com o apoio de material educativo e técnico. Além disso, busca o envolvimento das comunidades na gestão dos lagos, por meio de zoneamento e acordos de pesca; do controle da pesca, seja ela comunitária, comercial ou

esportiva; do monitoramento da qualidade da água; de técnicas de uso da agricultura (permacultura) e pecuária; de atividades de ecoturismo; e de geração e disposição do lixo. A Caravana Mergulhão recebeu apoio técnico e financeiro do WWF para sua realização. Num primeiro momento, o intuito desse trabalho era sensibilizar as comunidades para as questões ambientais da região pela educação ambiental para em seguida transformá-lo em um processo de planejamento participativo envolvendo a comunidade na definição dos caminhos futuros.

Esse trabalho de sensibilização realizado pela caravana ajudou a definir as comunidades que iriam atuar no componente de ecoturismo, pela conscientização e informação sobre a atividade. No princípio, onze comunidades foram visitadas e nove demonstraram interesse em receber turistas.

Nessas comunidades que se propuseram a trabalhar com o ecoturismo, foram desenvolvidas oficinas de planejamento, nas quais cada comunidade levantava suas potencialidades e definia as atividades que poderiam ser desenvolvidas com os turistas. Isso demonstra que todo o processo foi participativo.

Nas comunidades que oferecem refeições foram definidos pratos que contemplassem a culinária local e que inserissem produtos da comunidade. Por exemplo, na comunidade São José do Pampolha, o prato elaborado para oferecer ao turista é galinha à *cabidela* com castanha. A galinha à cabidela é um prato local e a castanha foi acrescentada por ser um item produzido na própria comunidade.

Atualmente seis comunidades atuam de forma direta com o ecoturismo, recebendo turistas. As atividades oferecidas pelas comunidades ao turista variam, e podem ser: piquenique noturno, contador de histórias, *tour* fotográfico, almoço na comunidade, pernoite na casa de um ribeirinho, entre outras. O mais importante é que essa interação entre os residentes e os turistas ocorre sem que a cultura local seja maquiada para se tornar um produto vendável.

O ecoturismo também foi uma ferramenta para inserir nas comunidades algumas práticas ambientais, visto que a atividade depende de um ambiente sadio. Observou-se que as comunidades pesquisadas aprovam o trabalho desenvolvido pela Caravana Mergulhão e sentem necessidade de que haja continuidade no que foi iniciado com as visitas. Alguns pontos relacionados a melhorias ambientais foram indicados pelos entrevistados como provenientes das oficinas realizadas pela Caravana: a preocupação com a destinação do lixo e com reciclagem; a

preservação dos lugares visitados pelos turistas; a inserção de técnicas sustentáveis de agricultura e a preservação dos lagos para manutenção da atividade de pesca.

Algumas melhorias nas estruturas das comunidades também podem ser observadas e contabilizadas como benefícios econômicos. Nesse sentido, foi citada por alguns entrevistados a produção de chapéus de palha para receber os turistas, mas que também são usados pela comunidade. Em outro caso, foi possível comprar um fogão para a comunidade com a renda proveniente da recepção de turistas. Vale ressaltar que o volume de renda gerado pelo ecoturismo nas comunidades ainda é pequeno, porém já são sentidos os benefícios desse incremento.

Os benefícios sociais observados, decorrentes da atividade ecoturística, foram basicamente o resgate da cultura, pela valorização de antigos costumes (canoa, artesanato). Os ribeirinhos que recebem turistas em sua comunidade ou em sua casa comentaram que se sentem valorizados por perceberem o interesse dos turistas na cultura local e em suas atividades cotidianas. A troca de experiências também é algo que satisfaz os ribeirinhos que recebem os turistas. Muitas vezes, a comunicação se dá por gestos ou outras formas não verbais, já que os turistas são estrangeiros, em sua maioria, entretanto essa limitação não atrapalha o convívio.

Um aspecto negativo, que foi observado no relacionamento dos ribeirinhos com os turistas, é que muitos se mostraram preocupados com suas casas, achando que não estão à altura de receber os turistas, sem perceber que a vida simples é, possivelmente, o que os turistas mais buscam nesse contato. Não é possível afirmar se, antes do turismo, eles viam suas casas dessa maneira ou se isso ocorreu depois do contato com turistas, mas o fato é que há talvez um sentimento de hospitalidade que não fica restrito à relação comercial, tanto que, muitas vezes, os ribeirinhos se amontoam com sua família em um cômodo da casa para que o turista tenha mais conforto.

Outro fato comum decorrente dessa preocupação é que muitos pintavam as casas para receber os turistas, porém, após uma espécie de acordo com a ASPAC, que incentiva a convivência, eles passaram a receber o hóspede da maneira que podiam, sem alterações nas casas.

Cabe esclarecer que, mesmo nas comunidades que aceitaram receber turistas, não são todas as famílias que se envolvem na atividade. Na comunidade de São José do Pampolha, uma entrevistada, cuja família está envolvida no programa de ecoturismo, citou que nem todas as famílias aceitam a visita de turistas à

comunidade e algumas pessoas chegavam a ter uma reação hostil para com os visitantes.

Um problema colocado pelos entrevistados sobre a recepção de ecoturistas é a dificuldade de conseguir alimentos para preparo das refeições devido à distância dos locais de venda, visto que não há local na comunidade para armazenar gêneros perecíveis. Um entrevistado comentou que às vezes tem que ir à cidade comprar mantimentos. Outra entrevistada reclamou que, em alguns casos, são avisados de última hora sobre a vinda de turistas e que não têm os mantimentos, sendo necessário pedir emprestado aos vizinhos. Se eles tiverem que fazer uma viagem à cidade para comprar os mantimentos, o gasto de combustível muitas vezes pode superar o ganho com os turistas. Nesse ponto, pode-se afirmar que o trabalho de permacultura, se consolidado nas comunidades, amenizaria esses problemas; desde, é claro, que o cultivo seja diversificado. Esse problema da alimentação, aliás, já foi ressaltado na descrição sobre Silves e tem prejudicado a vida dos ribeirinhos há tempos. É interessante observar que os agentes locais estão buscando soluções de baixo impacto para um problema tão sério, que compromete a saúde dos ribeirinhos e a própria condição de vida das comunidades.

Diante do exposto e conforme as teorias sobre ecoturismo abordadas no terceiro capítulo, pode-se afirmar que o ecoturismo desenvolvido em Silves, pela ASPAC procura seguir os princípios da atividade. A atividade é organizada para pequenos grupos e operada pela comunidade, apesar de ser mediada por ONGs. Além disso, atua como atividade complementar, a cultura local é valorizada, pois as atividades de ecoturismo realizadas nas comunidades aproximam o turista das tradições da população. O ecoturismo tem se mostrado gerador de recursos para as ações de preservação, a permacultura favorece o desenvolvimento sustentável das comunidades e o turismo é vivido no dia-a-dia dos ribeirinhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificando a atuação dos dois empreendimentos estudados como ecopousadas, pode-se afirmar que a Pousada Aldeia dos Lagos, apesar de não atender a todos os requisitos de uma ecopousada, pode ser considerada como tal, pois sua concepção abriga as principais atribuições de um empreendimento, cuja gestão está pautada na responsabilidade social e ambiental, ou seja, o empreendimento destina parte dos lucros para a conservação de áreas locais protegidas, valoriza a cultura local por meio dos costumes e culinária, envolve a comunidade no processo de gerenciamento e incentiva a convivência entre turistas e habitantes locais. Há falhas na parte administrativa do negócio que devem ser corrigidas. Além disso, seria necessário rever a gestão ambiental da pousada no tocante à avaliação dos aspectos de cada atividade que se relacionam com o ambiente, bem como implantar mecanismos de redução de consumo de recursos naturais.

Por outro lado, a Pousada dos Guanavenas não demonstra preocupação alguma com o seu papel social e ambiental e, apesar de receber ecoturistas, não pode ser considerada uma ecopousada. A pousada, isola o turista do convívio com a comunidade local e não se envolve nas questões ambientais e sociais do município. As atividades oferecidas pela pousada são conduzidas de uma forma que não valoriza os aspectos da cultura local e criando uma imagem errada para satisfazer o imaginário do turista. Além disso, por seu porte e capacidade de recepção de turistas, na situação atual, a Pousada dos Guanavenas apresenta potencial de risco de causar impactos ambientais bem maior do que a Pousada Aldeia dos Lagos.

O aumento exponencial do fluxo de turistas (população flutuante) nos hotéis de selva, em determinados períodos, agrava os problemas locais de gestão ambiental. A Pousada dos Guanavenas, devido à sua capacidade de hospedagem, se sofrer um aumento de ocupação que se mantenha durante os meses do ano, pode agravar os problemas em Silves, com o uso mais freqüente das trilhas, aumento da pesca esportiva e produção de resíduos. Outro fato marcante é que a Pousada dos Guanavenas, na condução de suas atividades, apresenta ao turista uma Amazônia fragmentada, destituída de sua história e cultura, configurando-se, assim como



outros empreendimentos turísticos, como um não lugar. Portanto, recomenda-se que a administração reveja sua atuação como meio de hospedagem que usufrui do ambiente em que está inserido para atrair turistas. Conforme foi apontado no item 4.2 deste estudo, algumas medidas ambientais simples e fáceis de serem adotadas na gestão do empreendimento minimizariam significativamente os impactos que podem ser causados por sua operação. Além disso, o envolvimento com as comunidades locais poderia fortalecer significativamente as ações conservacionistas que já ocorrem em Silves e potencializar os efeitos benéficos do ecoturismo nessas comunidades.

Quanto ao desenvolvimento da atividade turística no município, sugere-se que sejam realizadas mais oficinas para discutir a atividade nas comunidades, esclarecendo sua dinâmica, aspectos positivos e negativos. Percebeu-se em entrevistas nas comunidades, com os envolvidos com o ecoturismo, o desejo de que o fluxo de turistas aumente, para que possa gerar incremento de renda. Entretanto, pode haver degradação social em Silves se as atividades tradicionais forem substituídas pelo turismo e a população ficar dependente de uma única atividade que sofre influências externas na sua demanda. Essa dependência já ocorreu anteriormente com outras atividades econômicas, como o cultivo da juta, e trouxe sérios problemas para a comunidade quando a atividade entrou em decadência.

O objetivo de melhoria da qualidade de vida nas comunidades, conforme conceito adotado na introdução desse estudo, parece estar sendo alcançado. A percepção da comunidade é bem clara a esse respeito. Mesmo as comunidades pesquisadas, que não participam das atividades de ecoturismo, demonstram perceber que as condições de vida das pessoas e das comunidades envolvidas no ecoturismo têm melhorado e isso incentiva mais comunidades a participarem. Todavia, vale enfatizar o que foi exposto no parágrafo anterior: é necessário haver a conscientização da população a respeito dos prós e contras do turismo.

Os habitantes de Silves não têm uma idéia bem definida do que seja turismo, porque não estão inseridos nessa prática, pelo fato de não reunirem as condições materiais necessárias para viajar, assim como a maioria da população mundial.

Nesse ponto, recomenda-se também que o trabalho de educação ambiental desenvolvido pela Caravana Mergulhão tenha continuidade, pois os resultados apresentados parecem satisfatórios. Os problemas ambientais apresentam raízes antropológicas e a mudança a esse respeito tende a ser demorada, pois se choca

com costumes há muito arraigados na sociedade. A metodologia empregada na Caravana deveria focar mais a gestão ambiental de Silves, fazendo os levantamentos de infra-estrutura, recursos naturais e características biofísicas e estabelecendo objetivos ambientais que proponham a implantação de diretrizes de ações definidas com a comunidade, respeitando suas aspirações de ambiente, cultura e sociedade.

O apoio das ONGs no processo de planejamento ambiental em Silves tem sido primordial para as mudanças ocorridas na comunidade e no ecossistema. A participação, com apoio financeiro e técnico, responde a dois lados de uma mesma questão que é prover recursos, mas capacitar os atores sociais a assumirem a liderança do que está sendo proposto. O resultado desse processo só vai ser percebido em longo prazo, mas o monitoramento contínuo dos programas implantados vai indicar onde devem ser efetuadas correções. Tanto o WWF Brasil, quanto O Pró-Várzea, que implantaram projetos em Silves realizam o monitoramento dos impactos e do andamento dos mesmos.

Os passos dados pelo projeto da ASPAC, por meio da cooperativa, caminham para a gestão ambiental e conseguem envolver alguns dos atores sociais como comunidade, ONGs, instituições governamentais. Porém, falta ainda o apoio dos empresários locais e principalmente do poder público municipal para que as ações de conservação evoluam para o planejamento e gestão ambiental do lugar.

Por fim, fica respondida à pergunta de que os meios de hospedagem têm um papel estratégico na gestão ambiental do lugar, pois, no estudo de caso realizado, percebeu-se que a atuação do meio de hospedagem na condução de suas atividades vai influenciar o comportamento de turistas e comunidade, sendo determinante para o tipo de relação que se estabelecerá entre ambos e com o ambiente.

## REFERÊNCIAS

### **Livros e capítulos de livros:**

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de et al. *Planejamento ambiental: caminho para a participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. uma necessidade, um desafio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1999.

ALMEIDA, J. R. de; CAVALCANTI, Y.; MELLO, C. dos S. *Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2000.

ANDRADE, Rui Otávio de; CARVALHO, Ana Barreiros de; Tachizawa, Takeshy. *Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2003.

ASPAC. Resumo histórico da associação de Silves pela preservação ambiental e cultural. 2001. (documento)

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ed. Ática, 1990. (Série Princípios).

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 7.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CALLEMBACH, Ernest et al. *Gerenciamento ecológico*. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

COELHO, Maria Célia Nunes. Reflexões sobre ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). *Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1999. p.51-74.

CRUZ, Rita de Cássia A. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

DEMO, Pedro. *Sociologia: uma introdução crítica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985.

EMBRATUR. Deliberação normativa n. 429/02, de 23 abr. 2002. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, s/i, 2002.

FARIA, Ivani F. Hotéis de selva: as novas territorialidades no Amazonas. In: FARIA, Ivani F. (coord.). *Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades*. Manaus: EDUA, 2001. p.115-127.

FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/AEA, 1999.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Luiz Cláudio. *Gestão ambiental em meios de hospedagem*. São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo).

HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. *Ambiente & Sociedade*. Campinas: Nepam/ UNICAMP, n.02, 1.semestre 1998.

INTERCONTINENTAL HOTELS & RESORTS. *Environment Management for Hotels: The Industry Guide to Best Practice, 1996*. Cambridge, 1996.

IRVING, Marta de Azevedo. Educação ambiental como premissa ao desenvolvimento do ecoturismo. In: VASCONCELOS, F. P. (org.) *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: UECE, 1998.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.

LOBATO NETO, Oduval. Ecoturismo: o exemplo do Amazonas. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org.). *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém: UFPA/AEA, 1999. p. 127-152.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. In: FARIA, Ivani F. (coord.). *Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades*. Manaus: EDUA, 2001. p.17-29.

MITRAUD, Sylvia (org.). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003.

PIRES, Paulo dos Santos. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REIMBERG, Mariana L. B. *Turismo sustentável e os hotéis de selva: a inter-relação entre o ambiente natural e humano*. Dissertação (Mestrado em Ciências da comunicação)–USP, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, Berta G. *Amazônia urgente: cinco séculos de história e ecologia*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1992.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. *Vida e morte no Amazonas*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 8.ed. Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANSOLO, Davis Gruber. *Planejamento ambiental e mudanças na paisagem do núcleo picinguaba do parque estadual da serra do mar – Ubatuba, São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – USP, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Avaliação do subprojeto de conservação dos recursos naturais da várzea através do turismo ecológico e da gestão participativa na região de Silves*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2004. (documento)

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico para o WWF-Brasil referente as atividades de coordenação e execução da primeira fase da Caravana Mergulhão realizadas entre os meses de outubro a dezembro de 2002*. (documento).

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico para o WWF-Brasil referente as atividades de diagnóstico preliminar sobre a operação do ecoturismo da ASPAC/COOPTUR e proposta de intervenção participativa*. 2002. (documento)

SOUZA, Renato Santos de. *Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2002.

YASSUDA, Margarida Hiroko. *Gestão ambiental em hotel urbano*. Estudo de caso: Meliá Jardim Europa. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade), Universidade Anhembi Morumbi, 2004.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

**Internet:**

BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/silves.php>>. Acesso em: 07 fev. 2005.

ECOTURISMO integrado ao manejo de várzea em Silves (AM). Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/projetos/projeto.asp?lista=bioma&item=1item=53>>, acesso em 13 maio 2003.

FARIA, Ivani Ferreira. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Paginas/publi3-1.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

MELIA. Iniciativas medioambientales. Disponível em <<http://www.solmelia.com>>. Acesso em: 15 set. 2004.

POUSADA Lagoa do Cassange. Disponível em <[http://www.creseb.cepel.br/Publicacoes/download/info5\\_pag-1-12](http://www.creseb.cepel.br/Publicacoes/download/info5_pag-1-12)>. Acesso em: 10 set. 2003.

PROGRAMA hóspedes da natureza. Disponível em: <<http://www.abih.com.br>>. Acesso em: 13 maio 2003.

VIALLI, Andréa. O luxo do turismo sustentável. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 de jan. 2004. Caderno A11. Disponível em: <<http://www.investnews.net>>. Acesso em: 17 nov. 2004.